

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EVANGELIZAR E POLITIZAR:  
o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos de Trabalhadores  
Rurais no Seridó potiguar (1964-1979)**

Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração cultura e representação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para a obtenção do Título de mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso.

**MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA DA SILVA**

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso

Natal  
2007

**Maria Auxiliadora Oliveira da Silva**

**EVANGELIZAR E POLITIZAR:  
o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos de Trabalhadores  
Rurais no Seridó potiguar (1964-1979)**

Aprovado: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso - UFRN  
(orientador)**

---

**Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima - UECE  
(Convidado)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Dalcy da Silva Cruz - UFRN  
(Membro)**

---

**Prof. Dr. José Willington Germamo - UFRN  
(Suplente)**

A todos àqueles que estiveram envolvidos  
na luta pela concretização dos Sindicatos  
de trabalhadores rurais no Seridó  
potiguar.

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem devo agradecer pelas contribuições para a realização deste trabalho; porém, agradeço primeiramente a Deus, por me iluminar, dando força e sabedoria para enfrentar os obstáculos no seu decorrer.

No entanto, quero destacar aquelas que estiveram mais próximas acompanhando as minhas angústias nos momentos difíceis. À minha família, especificamente, minha mãe, meu pai e minhas irmãs, Antonia e Alcilene, e ainda à minha tia Rita, por todo o apoio que me deram para a minha estada em Natal.

Ao meu orientador, o qual o admiro pela sua sabedoria e competência, e pela paciência que teve comigo durante o período em que trabalhamos. Aos professores João Emanuel, Willington Germano e Dalcy Cruz, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. Quero destacar a professora Dalcy pelas orientações nos momentos em que a procurei. Desde já, quero agradecer à banca composta para a defesa da dissertação.

A um grande amigo que me orientou na elaboração do projeto para que eu pudesse ingressar no mestrado, o prof. Douglas Araújo, do Campus de Caicó, por quem tenho um grande carinho. Ao meu querido amigo Sergio Luis, que sempre me ajudou nos momentos mais angustiantes e nas horas em que precisei, assim como ao amigo Raimundo Reis (Pery), pelo expressivo apoio, me estimulando nas horas de desânimo e dando contribuições para a pesquisa, dispondo-se a ler o trabalho comigo e sugerindo modificações, os meus mais profundos agradecimentos.

Aos amigos, que foram à base de uma intensa amizade na minha estada em Natal, Andarair, Cristiane Lima, Glicia, Iane, Kátia, Lindinês, Juliana, Lenice, Célia, Bruna, Geovânia, Izabel, Anderson, Pablo, Tiago e Jossylucio (Capela). A todos os meus colegas da residência de pós-graduação, especialmente ao grupo de amigos que se construiu no decorrer da convivência, com o qual passamos a dividir os estresses e as aflições de estarmos distantes da família, em busca de um objetivo, Mirian, Olívia, Crigina e Cezinaldo. Aos meus mais recentes amigos Cecílio,

Renata, Antonio José e o senhor Wedson. Quero agradecer ainda a Antonio José e a Josslylúcio pela elaboração da capa.

Agradeço ao Departamento de Assistência ao Estudante (DEAE) e a Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE). Ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e aos seus secretários da Pós-Graduação, especialmente a Otânio Costa. À CAPES, por financiar a pesquisa e proporcionar aos estudantes e pesquisadores a realização de trabalhos científicos. A todos os meus colegas e funcionários da Biblioteca Setorial do CCHLA.

Enfim, quero agradecer a todos os depoentes, padres e leigos, que contribuíram para o resgate da história dos sindicatos de trabalhadores rurais na região do Seridó, especialmente aos funcionários do sindicato de trabalhadores rurais de Caicó, que sempre me atenderam, dando-me as maiores informações possíveis, Cristino Jerônimo, Expedito Jorge e Sinval Soares Dantas. Em suma, a todos que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o sentido da atuação da Igreja Católica junto aos sindicatos de trabalhadores rurais na Região do Seridó potiguar, no período compreendido entre os anos de 1964 e 1979. O surgimento dos sindicatos no Seridó está ligado ao trabalho desenvolvido pela Igreja Católica. Neste sentido, a pesquisa tem o intuito de compreender, também, qual a direção política dada aos sindicatos por esta instituição religiosa que, através do trabalho de sindicalização, procura reforçar e resguardar o catolicismo, como forma de preservar seus fiéis, afastando-os de movimentos como as Ligas Camponesas e da influência do Partido Comunista Brasileiro, considerados pela Igreja como anticristãos, evangelizando e politizando o homem do campo. Utilizamos, como fontes narrativas, orais e o Jornal A Folha, que circulou em Caicó entre os anos de 1954 e 1967 e era uma publicação da Diocese de Caicó (RN), bem como documentos escritos produzidos por sindicatos da referida região de estudo.

**Palavras-chave:** Igreja Católica. Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Seridó.

## **ABSTRACT**

The purpose of this work is to analyze the influence of the Catholic Church on rural worker's union in the Seridó potiguar region between 1964 to 1979. To the work developed by the Church is connected the beginning of worker's union in the Seridó region. In this way, this research tries to understand what is also the politic direction of the labor's union by means of the Cathólic Church that throught a process of creating Leagues have been looking for reinforcing and protecting catholicism as a way of maintaining its believers and distancing them from others movements such as Peasant League and the influence of Brazilian Communist Party. We use as sources oral narratives and newspaper "A Folha", wich was published by the Parish Church of Caicó (RN) between 1954 to 1967. Some writtten documents produced by worker's union from the Seridó region were also used.

**Keywords:** Catholic Church, Rural Worker's Union, Seridó.

## LISTA DE SIGLAS

ACB – Ação Católica Brasileira  
ACO – Ação Católica Operária  
ACR – Ação Católica Rural  
AP – Ação Popular  
CBTC – Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos  
CEB – Comunidades Eclesiais de Base  
Cimi – Conselho Indigenista Missionário  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural  
FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte  
Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
IDEMA – Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente  
ILPES – Instituto Latino Americano de Pesquisa Econômica e Social  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola  
JAC – Juventude Agrária Católica  
JEC – Juventude Estudantil Católica  
JFC – Juventude Feminina Católica  
JMC – Juventude Masculina Católica  
JOC – Juventude Operária Católica  
JUC – Juventude universitária Católica  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
Máster – Movimento de Agricultores Sem - Terra  
MEB – Movimento de Educação de Base  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDSS – Plano de desenvolvimento do Seridó  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
Prorural – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural  
RN – Rio Grande do Norte  
SAR – Serviço de Assistência Rural  
SERAS – Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa do Seridó Potiguar historicamente construído.....	28
Figura 02 – Mapa do Seridó potiguar: 22 Municípios – 1963.....	30
Figura 03 – Trabalhadores Rurais em ato público.....	97
Figura 04 – Festa do Agricultor em Parelhas.....	99
Figura 05 – Festa do Agricultor em Parelhas.....	99

## SUMÁRIO

### LISTA DE SIGLAS

### LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>I – Capítulo – A Igreja vai ao Campo.....</b>	<b>15</b>
1.1 - Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais: a disputa no Campo.....	16
1.2 - A atuação da Igreja Católica no Rio Grande do Norte: os Trabalhadores Rurais.....	20
1.3 – Seridó: Palco de discussões .....	27
<b>II – Capítulo - Faces do Autoritarismo.....</b>	<b>40</b>
2.1 – “A cruz e a espada”: a Igreja e o Regime Autoritário: 1964 – 1979.....	41
2.2 – A Igreja Católica e a organização dos trabalhadores.....	45
2.3 – Militares, Igreja e Sindicatos: a repressão e a resistência.....	58
<b>III – Capítulo - A luta sindical.....</b>	<b>70</b>
3.1 – Nasce a bandeira sindical: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Seridó.....	71
3.2 – O avanço sindical na década de 1970 e os conflitos no campo.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE 1 - Relação de entrevistados.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE 2 - Roteiro para Entrevista com padres e religiosos.....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE 3 - Roteiro para entrevista com os presidentes dos sindicatos e trabalhadores rurais.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO 1 – A relação da Igreja Católica com os trabalhadores rurais.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO 2 – Trabalhadores rurais em atos públicos.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO 3 – Matérias do Jornal A Folha.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO 4 – Ata de fundação do primeiro sindicato dos trabalhadores rurais no Seridó.....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO 5 – Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó - Participações Importantes nas Lutas Regionais, Estaduais e Nacionais.....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é proceder a um estudo para destacar o sentido da atuação da Igreja Católica na região do Seridó, junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, levando em consideração a direção política que era dada aos sindicatos por essa instituição. Pretendemos destacar de que forma se deu esse processo de participação política e as razões que levaram a essa tomada de posição.

Trazer ao presente fatos importantes que ficaram durante muito tempo empoeirados nos canteiros do passado, ou simplesmente foram esquecidos, não é tarefa fácil. Para tanto, buscamos o testemunho de pessoas que vivenciaram esse período, como sacerdotes, leigos e trabalhadores rurais que estavam fortemente envolvidos nessa luta, na tentativa de mudar o quadro de exploração, no qual vivia o trabalhador rural.

Vale ressaltar que o corpo documental do trabalho é constituído por narrativas orais. Na pesquisa, as narrativas são entendidas como base para a análise do recorte de estudo, pois por elas rerepresentamos e visitamos histórias da relação entre a Igreja Católica e os sindicatos de trabalhadores rurais. Também utilizamos o Jornal *A Folha*, que circulou em Caicó entre os anos de 1954 e 1967, que era uma publicação da Diocese de Caicó (RN), bem como documentos escritos produzidos por sindicatos da região estudada, e pesquisa bibliográfica que nos possibilita abordar o conhecimento sobre a Igreja Católica e movimentos sociais no campo.

Este estudo compreende o período de 1964 a 1979, por se tratar de um momento em que os sindicatos de trabalhadores rurais emergiam no Seridó, sendo afetado pela instauração do regime autoritário e marcado por um crescente número de conflitos na década de 1970 e ainda, pela procura aos sindicatos, constituindo na expansão dos mesmos.

A fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais, criados pela Igreja Católica, parte do pressuposto da penetração e expansão do comunismo no Rio Grande do Norte, na década de 1960, que seria uma das preocupações que fizera com que os párocos da região se empenhassem no processo sindicalização. Isto

resultou na criação de diversos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que as Ligas Camponesas, vistas pela Igreja católica como comunistas, já se encontravam no litoral do Estado e o Partido Comunista estava à frente deste trabalho.

O movimento sindical na região do Seridó está relacionado ao “Movimento de Natal”, coordenado pela Arquidiocese, que vinha desenvolvendo atividades com o homem do campo, através do Serviço de Assistência Rural (SAR), com o Movimento de Educação de Base (MEB), através das escolas radiofônicas, em que o homem do campo passaria a ser alfabetizado, recebendo orientações sobre seus direitos, deveres e a importância de se organizar em sindicatos.

Em suma, o trabalho aborda a discussão da atuação da Igreja Católica com os sindicatos de trabalhadores rurais na região do Seridó, no período do regime militar, reportando para a região do Seridó, onde foram fundados vários sindicatos, sob sua influência. Portanto, buscamos responder a questões, como: o que teria impulsionado a Igreja Católica a assumir o papel de “redentora dos pobres” e “portadora dos que não têm voz”? Qual seria o sentido dessa atuação?

As respostas a estas indagações estão contidas em três capítulos. O **primeiro Capítulo** faz um breve resgate da situação dos sindicatos no Brasil, e as dificuldades de legitimação, tendo em vista os obstáculos impostos pelo Ministério do Trabalho. O processo de sindicalização rural que era dirigido e apoiado por diversas forças, dentre elas estava o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas camponesas, ambas vistas pela Igreja como comunistas.

As péssimas condições dos trabalhadores que viviam no campo, fizeram com que eles lutassem contra o “poder senhorial”, assim, a presença das Ligas Camponesas nesse cenário iria marcar um outro momento de luta no campo. Devido à opressão desencadeada pelos proprietários, muitos trabalhadores passariam a freqüentá-las, buscando apoio para sua luta.

Para a Igreja, essa atuação poderia se constituir em uma “ameaça” para suas bases religiosas. Desta forma, na década de 1960, passa a reavaliar seu papel perante a classe trabalhadora e consolida sua atuação. Com efeito, constitui mais uma força que disputa a organização do trabalhador rural. Com toda a sua equipe de sindicalização no Rio Grande do Norte, penetra o interior do Estado, trabalhando, aqui o caso da região do Seridó, mostrando o quadro de exploração a que eram

submetidos o homem do campo e o trabalho desenvolvido por esta instituição através do Movimento de Educação de Base (MEB), com o surgimento das escolas radiofônicas.

No **segundo Capítulo**, analisaremos a atuação da Igreja Católica no contexto do regime ditatorial. Remontaremos como, durante um longo tempo, essa instituição tem se relacionado com o Estado, assumindo posições a favor da classe dominante e contribuindo em 1964 para a implantação do regime militar. Rompendo em 1965, parcela da Igreja Católica, que tinha apoiado o golpe, passa a atuar em prol da classe subalterna, principalmente da população do campo, que fora totalmente afetada pela política econômica conservadora, adotada pelos militares.

A Igreja Católica passa a ter uma atuação muito forte junto à população do campo, defendendo e denunciando as arbitrariedades e atrocidades praticadas pelos proprietários e pelos militares. Diante dessa posição assumida, muitos religiosos foram perseguidos, torturados e mortos. Os conflitos no campo entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terra aumentaram na década de 1970, devido às reivindicações que os trabalhadores faziam através dos sindicatos. O governo procedeu na tentativa de inibir as mobilizações dos trabalhadores rurais, com isso, muitos sindicatos sofreram intervenções militares, e em consequência militantes e líderes sindicalistas foram mortos, principalmente os que faziam parte das Ligas Camponesas, as quais foram totalmente desarticuladas.

No **terceiro Capítulo**, discutiremos a criação dos sindicatos na região do Seridó e o sentido de sua atuação junto aos trabalhadores rurais de 1964 a 1979, em um contexto em que sindicalismo era sinônimo de comunismo. Por isso, vários trabalhadores rurais foram ameaçados e mesmo expulsos das terras por fazerem parte desse organismo. Os trabalhadores rurais viviam numa extrema pobreza e humilhação no campo, trabalhando em regime de parceria com o proprietário de terra.

Através de toda uma infra-estrutura – as paróquias, o jornal “A Folha”, publicado pela Diocese, as escolas radiofônicas e a Escola de Serviço Social, dentre outros –, a Igreja consegue mobilizar a população do campo. Vários encontros são realizados, no sentido de orientar e organizar os sindicatos, conseguindo, junto aos trabalhadores, avançar nas lutas sindicais, impossibilitando a penetração das Ligas

Camponesas nessa região. Muitos párocos da região estavam fortemente engajados no processo de sindicalização.

Devemos levar em consideração o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), e ainda da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que contribuíram para que os trabalhadores conseguissem sair do anonimato e passassem a fazer parte do cenário político nacional e erguessem a bandeira de luta da reforma agrária.

Ainda discutiremos as conquistas realizadas pelos trabalhadores através das reivindicações sindicais, como a implementação do direito a aposentadoria do trabalhador rural, que era coordenado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), o direito à previdência social. Os sindicatos passavam a obter um aparato de serviço assistencial e previdenciário pelo Funrural, dispondo de atendimento médico e odontológico.

Enfim, procuraremos mostrar a atuação e as estratégias adotadas pela Igreja Católica como forma de barrar a influência de correntes políticas e religiosas no campo, que pudesse “ameaçar” sua base religiosa e reforçar o catolicismo na região.

*I - Capítulo*

# *A Igreja vai ao Campo*

“As classes populares [...], elas estão praticamente perdidas nas cidades, e à medida que se precipita a emigração dos trabalhadores desesperados para as grandes cidades, sua religião tradicional é condenada. São as novas religiões, seitas, cultos sincretistas, que recolhem a herança. Só uma rápida transformação da Igreja Paroquial em comunidades de base populares dotadas de seu próprio clero poderia ainda salvar algo das classes populares [...], conservar as massas na Igreja e no campo, impedindo que elas se percam nas cidades e nas religiões concorrentes.”

(COMBLIM, apud ROMANO, 1979, p. 180).

## 1.1 – OS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS: A DISPUTA NO CAMPO

As agitações no meio rural e a luta pelo acesso à terra foram tomando corpo no Brasil a partir da década de 1960, e intensificando-se com o surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais no governo de João Goulart. No governo Vargas, foi promulgado o Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que regulamentaria, apenas de maneira formal, a sindicalização rural, pois o referido Decreto-Lei acabava dificultando a estrutura sindical oficial definida pela Consolidação das Leis do Trabalho<sup>1</sup> (CLT), e as dificuldades burocráticas eram um empecilho para a criação dos sindicatos. “Até 1960 não existiam mais do que oito sindicatos reconhecidos” (FÜCHTNER, 1980, p. 115).

Segundo Julieta Calazans (1969 apud Coletti, 1998, p. 36), o Decreto-Lei nº 7.038 estabelecia que os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ainda “definia dentre os deveres [...] a sua colaboração com o Estado na solidariedade social, à subordinação de seus interesses profissionais a interesse nacional, a manutenção dos serviços de assistência para seus membros”. Procurava conciliar os conflitos de trabalho, dentre outras questões. Na verdade, esse decreto tratava-se apenas de uma manobra formal do governo para ampliar sua base de apoio político, em um momento de crise do Estado Novo.

O sindicalismo chegaria ao campo sob a forma de entidades oficiais na década de 1960, com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) oriundo da Lei nº. 4.214, de 2/3/1963, tendo uma pequena diferença do Decreto-Lei nº 7.038. O primeiro decreto foi de autoria do Executivo, enquanto o segundo, do Congresso Nacional. Segundo Claudinei Coletti (1998, p. 37-38), além dessa diferença, havia uma outra: o Decreto-Lei de 1944 não expressava nenhum resultado significativo da constituição de sindicatos de trabalhadores no campo, ao contrário do Estatuto do Trabalhador Rural, que surgia em meio à emergência de centenas de sindicatos

---

<sup>1</sup> Segundo Claudinei Coletti (1998, p. 36), “a CLT, os trabalhadores assalariados rurais permanentes, com mais de um ano de serviços prestados ao mesmo empregador adquiriam, pelo menos formalmente, o direito ao salário mínimo, as férias, ao aviso prévio, à jornada de trabalho regulamentada e à proteção das normas genéricas relativas ao contrato de trabalhos”.

espalhados por todo o país. O ETR exigia que os sindicatos rurais fossem reconhecidos oficialmente pelo Ministério do Trabalho. Conforme Manuel Correia de Andrade,

havia dificuldade, dentro da estrutura sindical corporativista do Brasil, para a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, face à repressão dos proprietários de terra e às restrições feitas pelo Ministério do Trabalho, que controlava o movimento sindical e que não via com bons olhos a organização dos trabalhadores do campo. Para contornar a situação, os sindicalistas rurais e o Partido Comunista do Brasil, em sua fase de legalidade, organizaram associações, registraram em cartório, nos termos do Código Civil, a que denominava Ligas Camponesas. Em 1945, foram organizadas numerosas Ligas Camponesas nas áreas periféricas de Recife e em alguns municípios do interior, aglutinando plantadores de legumes que se viam ameaçados de expulsão das terras arrendadas que tinham cultivado. (ANDRADE, 1986, p. 26).

Embora constituídas e registradas como associações civis, em sua maioria, ao tentarem transformar-se em sindicatos eram barradas pela resistência dos grandes proprietários de terra e vedadas pelo Ministério do Trabalho. As Ligas Camponesas tiveram uma atuação muito forte junto aos trabalhadores rurais. Surgiram no Estado de Pernambuco, defendiam a reforma agrária, sob a liderança de Francisco Julião, advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), defendendo a sindicalização do trabalhador rural, contra a expulsão das terras onde trabalhavam, a elevação dos preços do arrendamento, e também contra o cambão, que era a prática de o trabalhador ter que trabalhar alguns dias da semana na terra do proprietário sem nenhuma remuneração, dentre outras questões.

Segundo Fernando de Azevedo (1982), as primeiras formas de luta adotadas pelas Ligas Camponesas ocorrem na instância jurídica, representadas por seus advogados nos tribunais, assumindo os seus litígios contra os proprietários de terra, combinando-se com a luta política em torno da denúncia de arbitrariedades e violências que ocorriam no campo.

As Ligas Camponesas expandiram-se de forma horizontal, chegando a diversos Estados, mas sendo no Nordeste sua atuação maior, especialmente em Pernambuco e na Paraíba. Eram temidas e perseguidas nos Estados em que atuavam, por serem vistas como comunistas. Tinham uma posição autônoma em

relação ao Partido Comunista do Brasil, embora em alguns momentos, em que era preciso, atuassem em parceria, mas existia uma rivalidade entre ambos<sup>2</sup>. Ainda Fernando Azevedo comenta:

Em Pernambuco, os seus membros [das Ligas] eram vinculados ao Partido Comunista Brasileiro, ao Partido Socialista e ao Partido Trabalhista, tendo como presidente de honra Francisco Julião, e a eles cabiam as definições táticas e estratégicas de ação política das Ligas. Em contrapartida, as delegacias eram compostas exclusivamente por camponeses e dirigidas, localmente, por uma diretoria e pela Assembléia Geral dos sócios. (AZEVEDO, 1982, p. 76).

A expansão das Ligas e a atuação do Partido Comunista Brasileiro, na organização e fundação dos sindicatos, preocupavam a Igreja Católica, como também os setores da burguesia agrária. A partir da década de 1950, a Igreja Católica<sup>3</sup> passara a atuar de forma mais estreita junto à classe subalterna, principalmente, aos trabalhadores rurais. Relata Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo, que a condenação do comunismo vem de longe:

---

<sup>2</sup> Segundo Manuel Correia de Andrade (1986, p. 28-29), “inicialmente, no caso de Galiléia o PCB e as Ligas agiram juntos, de comum acordo, tendo inclusive o PCB apoiado em 1954 a escolha de Francisco Julião para a presidência das Ligas, porém logo surgiram divergência entre os dois, uma vez que Julião, influenciado pela Vitória do movimento de Fidel Castro em Cuba em 1958, e da revolução chinesa, conduzida por Mao Tse-Tung e liderada pelo movimento camponês, defendia que o campesinato era uma classe com grande potencial revolucionário e que poderia dirigir o movimento socialista no Brasil. O PCB, bastante autoritário e muito ligado aos postulados oficiais do marxismo-leninismo, não podia aceitar essa tese, alegando que a classe revolucionária por excelência e, conseqüentemente, destinada a conduzir a revolução socialista era o operariado urbano. Daí a sua meta de realização da revolução democrático-burguesa, com o entendimento de que o operariado deve aliar-se à burguesia progressista para fazer a revolução e para extinguir os restos feudais, antes da revolução socialista, o que justificaria a grande preocupação do partido em organizar um movimento que não entrasse em choque com o governo Federal, então de linha populista, com sindicatos que agrupassem os trabalhadores rurais assalariados, reivindicassem a aplicação da Consolidação das Leis de Trabalho e lutassem pela aprovação, no Parlamento, de uma série de leis que reconhecessem os direitos dos trabalhadores. Ocorre, porém, que os sindicatos só podem funcionar plenamente se reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, que controla – como forma de impedir que eles tenham uma atuação mais enérgica na articulação das suas reivindicações. Iniciava-se, assim, uma luta, que iria acirrar entre os sindicatos organizados pelo PCB e as Ligas Camponeses”.

<sup>3</sup> Segundo Hans Füchtner (1980, p. 135), “do mesmo modo que os Círculos Operários foram fundados nos anos 30, a fim da Igreja não perder a influência sobre o operariado, que se organizava em torno dos novos sindicatos, em 1959 uma parte do clero tentou fortalecer a posição da Igreja entre os camponeses”.

O comunismo restringindo a realização da Revolução Russa, nunca foi aceito pela Igreja Católica. Há documentos que o rejeita por razões filosóficas e religiosas [...] os escritos de Marx e Engels não eram aceitos pela Igreja Católica em sua parte filosófica e enquanto política, porque a Igreja já não aceitava a matriz dele que era o hegelismo. Porque quem primeiro proclamou a morte de Deus, que é tão vulgarizada pela filosofia de Nietzsche, foi Hegel, ele mostrou que o homem não mais precisava de Deus. [...] A Igreja condenava também o capitalismo liberal [...] nem ia com um e nem ia com outro, agora, havia um problema prático onde o capitalismo mandava, a Igreja conseguia viver, mesmo discordando dele, mais enquanto nos países comunistas a vida dos cristãos era cada vez mais difícil. As escolas ensinavam o ateísmo, a estrutura da Igreja foi abalada, houve muitos confiscos, morte de muitos bispos, padres e leigos, foram presos, assassinados contra-revolucionário e assim por diante<sup>4</sup>.

A emergência no campo de correntes políticas e religiosas despertara para uma atuação mais efetiva junto à classe trabalhadora, partindo para o surgimento de um sindicalismo capaz de enfrentar as tendências de esquerda, dando início às organizações sindicais sob sua orientação e fundação, vendo neste trabalho uma forma de combater seu adversário.

Apesar de politicamente haver setores mais conservadores dentro da Igreja, havia clérigos no interior que passaram a se preocupar com a situação da classe subalterna, embora, ao mesmo tempo, estivessem defendendo interesses da própria instituição, unindo-se em um só golpe, no sentido de preservar seus fiéis para que eles não fossem desviados por forças alienígenas e ao mesmo tempo mantivessem uma relação mais expressiva com essa classe. “A Igreja dirige-se as massas, organizando-as comunitariamente nas bases, e procurando, sem o Estado, pregar e promover a consciência modernizadora e a pequena propriedade, como garantia contra o êxodo rural e a conseqüente perda do controle social” (ROMANO, 1979, p. 184).

O êxodo rural era uma das preocupações da Igreja Católica, pois muitos trabalhadores saíam do campo para as cidades à procura de emprego, ficando praticamente perdidos nas cidades, em periferias urbanas; quando não eram

---

<sup>4</sup> Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor e diretor do Colégio Diocesano Seridoense. Padre da Diocese de Caicó, assessor da pastoral da Diocese e responsável pela sindicalização de trabalhadores rurais na cidade de Caicó.

acolhidos pela Igreja Católica, procuravam outras religiões, consideradas por esta instituição como religiões “inferiores” afastadas de Deus.

A Igreja disputava a organização dos trabalhadores rurais com as Ligas e o PCB, que estavam à frente desse trabalho. O PCB, por sua vez, vinha fundando sindicatos em vários Estados do país; diante deste quadro, podemos compreender as mudanças, como uma tentativa de defender seus interesses e de expandir sua influência. Desta forma, a Igreja passava a assumir uma posição favorável à reforma agrária, estimulando e apoiando a criação dos sindicatos, surgindo, pois, os sindicatos cristãos.

A base de realização desse trabalho – sindicatos rurais – saíra do SAR, (Serviço de Assistência Rural), que originara o MEB (Movimento de Educação de Base), criado no Rio Grande do Norte, em 1949, por D. Eugênio de Araújo Sales. A repercussão desse trabalho se estendeu por todo o Estado, penetrando no interior, e se estendendo por todo o Nordeste. O SAR foi pioneiro na criação dos sindicatos rurais com suas equipes de sindicalização nos Estados nordestinos, despertando para a luta dos trabalhadores. O sindicalismo rural se estendeu por todo o país.

## **1.2 - A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: OS TRABALHADORES RURAIS**

A Igreja Católica, o PCB e as Ligas Camponesas eram forças que disputavam a organização dos trabalhadores no campo. Como analisa Dalcy Cruz (1982, p. 11), “a Igreja Católica ao longo de sua história tem assumido posições ambivalentes, ora se alinhando ao fazendeiro, ao proprietário de terra, ao usineiro, ora voltando-se em defesa do trabalhador, como ocorre nos anos 50”. Para a Igreja Católica, era preocupante o trabalho que as Ligas Camponesas vinham desenvolvendo junto aos trabalhadores rurais. Temia a penetração do comunismo no meio rural e a perda de sua influência no campo, o que contribuiu para que esta instituição iniciasse, em meados dos anos de 1950, um trabalho nesta área, principalmente nas regiões que ofereciam maior ameaça.

A Igreja desenvolveu um expressivo trabalho no Rio Grande do Norte, no sentido de organizar os trabalhadores rurais e orientar na fundação dos sindicatos, ainda intervindo nas lutas no campo contra a exploração dos latifundiários, dando apoio aos trabalhadores que eram rigorosamente marginalizados da vida política e social.

A expansão das Ligas Camponesas, cuja penetração já se dava no Estado vizinho, Paraíba, e no litoral do RN, associada ao trabalho que vinha sendo realizado pelo PCB entre os trabalhadores, em que sindicatos urbanos de Natal e Mossoró eram, em sua maioria, já controlados pelo PCB, isto desencadeou uma atuação maior do clero junto a essa classe trabalhadora. Muitos padres se empenharam na sindicalização rural como uma forma de combater, o trabalho das Ligas Camponesas e do PCB. Nesse embate político, a Igreja se fazia presente no jogo de forças que também disputavam a hegemonia da organização do trabalhador rural e, a partir daí, vão surgir os sindicatos cristãos organizados pela mesma.

Um órgão de suma importância para a Igreja Católica no Rio Grande do Norte foi o SAR. Ao perceber que as causas maiores estão no campo, direciona seu trabalho para o meio rural, na fundação de sindicatos e trabalhos assistenciais, tendo uma expressiva atuação no Nordeste, notadamente, em várias instâncias, com as equipes de sindicalização; ainda realiza trabalhos paroquiais, e desenvolve programas assistenciais com a classe trabalhadora. Segundo Dalcy Cruz (1982, p. 45), foram criadas equipes de sindicalização no Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Bahia, Alagoas e o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. O objetivo dessas equipes era treinar e preparar líderes sindicais.

O SAR contava com a Ação Católica, a Juventude Feminina Católica (JFC), a Juventude Masculina Católica (JMC), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Juventude Agrária Católica (JAC), que também pregava a educação de base e o sindicalismo rural, dentre outros, que estavam empenhados juntamente com a Igreja; ainda contava com a atuação da Escola de Serviço Social, criada em 02 de junho de 1945 pela Igreja Católica. Assim, professores, estudantes e padres disponíveis desenvolviam trabalhos junto à população do campo. Foi dessa escola que saíram lideranças, como Julieta Calazans, Célia Vale, Safira Ammam

Bezerra, Socorro Freire e Lourdes Santos e outros que estavam empenhados nesse trabalho.

Em 1962 era criada, na sede do SAR, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN). Embora sua fundação tenha acontecido após a existência de vários sindicatos no Estado, desde sua fundação atuou ao lado dos trabalhadores rurais e, contando com a equipe do SAR, defendeu e reivindicou o direito dos trabalhadores rurais.

Vários encontros foram realizados no Estado, para discutir a “promoção” do homem do campo. Conforme Ruy Rocha Filho,

em 1951, acontece a I Semana Rural do Estado, que seria sucedida por mais de 13 eventos semelhantes até 1959. A “Volante da Saúde” foi uma das primeiras ações do órgão, contando com um médico e um dentista, que levavam alguns medicamentos e prestavam assistência de urgência. A Missão Rural ampliou esta assistência ao formar uma equipe mais ampla, que contava com um médico, um dentista, um assistente social e um sacerdote. Foram cerca de 110 visitas a comunidades de todo o Estado, desde Extremoz até Mossoró. (ROCHA FILHO, 2005, p. 61-62).

Trabalho como esse, que foi realizado pela Igreja católica, iria constituir, posteriormente, a base de estratégias para a implementação do sindicalismo rural. A Igreja Passava, portanto, a assumir uma postura de “redentora dos pobres”, inclusive com a competência da organização dos trabalhadores. O sindicalismo rural no Rio Grande do Norte ocorre a partir da década de 1960<sup>5</sup>. O primeiro sindicato de trabalhadores rurais no Estado foi fundado em Serra Caiada, em 15 de novembro de

---

<sup>5</sup> Segundo Dalcy Cruz (1982, p. 5), “antes mesmo que existisse uma legislação específica que legitimasse sua organização e participação em sindicatos, o trabalhador já se organizava em Círculos Operários, Associações Benéficas e de Ajuda Mútua”. A esse respeito, Hans Füchtner (1980, p. 134-135) comenta que “o Ministério do Trabalho recusou o reconhecimento dos Círculos na década de 30 como sindicatos, porque sindicatos partidários tinham sido proibidos {sic}. Para os sindicatos católicos, isso significou que eles só podiam ainda contar com a possibilidade da conquista ideológica dos sindicatos estatais. Os Círculos tiveram então de se limitar a desenvolver sua organização paralelamente aos sindicatos estatais. Cada membro de um Círculo deveria pertencer a um sindicato. A organização por profissões, prevista originalmente, foi abandonada. Os Círculos reuniram-se, em nível estadual, em Federações, que por sua vez formaram uma Confederação Nacional, hoje denominada Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC)”.

1960, que contou com o apoio de D. Eugênio, que foi o idealizador do sindicalismo, a esse respeito relata:

Criado o setor de sindicalização do SAR; procurei ajuda-lo, fortemente, Assim, consciente das dificuldades imensas, fui primeiro ao presidente Jânio Quadros. Recebi inteiro apoio. Em seguida no mesmo dia, tive uma longa conferência com o Ministro Castro Neves no próprio palácio do Planalto. Depois de uma hora e meia de entendimento, o resultado foi aparentemente, negativo. O Ministro muito prudentemente, mostrava que eu não tinha uma estrutura para lançar o sindicalismo no Brasil. Uma investidura sindical concedida aos sindicatos organizados pelo setor de sindicalismo do SAR no Rio Grande do Norte, acarretaria idêntica concessão a 5.000 sindicatos não idênticos e o resultado seria negativo. Ao Dr. Monteiro Filho, oficial de gabinete da Presidência da República que estava comigo, respondi que era uma batalha perdida, mas não a guerra. Imediatamente, comecei a agir como se tudo tivesse sido favorável. (apud Cruz, 1982, p. 59-60).

A partir desse momento, o clero começa a se mobilizar na organização dos sindicatos. Contando com toda a equipe do SAR, leigos que se comprometera com a sindicalização. Uma grande força desse trabalho para a Igreja Católica no Rio Grande do Norte, foi Julieta Calazans que, segundo D. Eugênio (Apud CRUZ, 1982, p. 60), “era [...] a alma do setor de sindicalização do SAR”, sempre empenhada na intensificação dos sindicatos. Para Julieta Calazans (1983, apud OLIVEIRA, 1992, p. 243), esse contato com outras categorias sociais possibilitou ao trabalhador rural livrar-se do isolamento em que vivia no campo, a mercê da obediência ao patrão, inserindo-se no meio social. Através dos sindicatos, de associações, cooperativas e clubes sociais, os trabalhadores passaram a manter contato com outras populações do campo.

A Igreja seria o novo parceiro do movimento camponês, constituindo uma força importante de mobilização, organização e orientação do trabalhador rural, não só no Rio Grande do Norte, mas em todo o Nordeste, criando equipes de sindicalização, que tinham como objetivo treinar e orientar os líderes sindicais na organização e fundação dos sindicatos. A Igreja agiu de forma astuciosa, pois estava no momento certo, na hora exata e bem estruturada, tentando resolver a situação do trabalhador de forma a evitar que ele buscasse, em outros espaços, apoio para sua luta. Para Dalcy Cruz:

O sindicato orientado pela Igreja se constitui numa forma de conquistar as populações para seu interior, 'protegendo-as' assim do perigo marxista. A grande penetração da Igreja junto às populações rurais é favorecida pelo prestígio de que goza e é reforçada pela confiança que nela depositam igualmente, os chefes locais, representados pelos proprietários, políticos, etc. (CRUZ, 1982, p. 84).

Desta forma, fortalecia sua influência sobre o trabalhador, estreitava suas relações com essas camadas populares, e, ao mesmo tempo, afastava seu adversário desse cenário político, mantendo o controle de seus fiéis. A partir de então, a Igreja assume uma outra posição quanto aos problemas sociais e aproxima-se das causas populares, denunciando as explorações e injustiças. Entra em conflito com os latifundiários em prol do direito dos trabalhadores rurais e incentiva a criação dos sindicatos, atuação analisada por José Willington Germano (1994) como uma forma de conter seu "rebanho".

Ainda reforça Germano (1994) que a Igreja passa a assumir uma postura, em favor da população mais pobre, posicionando-se ao lado do trabalhador para tentar impedir o avanço comunista. Conforme o autor,

esta instituição [Igreja] também se preocupava com a situação social e política e, temendo perder o controle do seu 'rebanho', organizou sindicatos rurais, concorrendo com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com as Ligas Camponesas. A Igreja chegou a criar um sistema de radiodifusão educativa com o MEB (Movimento de Educação de Base) e envolveu-se em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos (GERMANO, 1994, p. 50).

Seguindo nessa perspectiva, a Igreja utilizou-se de recursos pertinentes naquele contexto histórico. Como as pessoas ainda estavam preocupadas com a salvação da alma, a Igreja explorou essa crença para impedir que seguissem as Ligas Camponesas, que eram vistas por ela como anticristãs. Afirma Francisco Julião:

Quando começamos a defender os camponeses, os vigários mais reacionários começam a denunciar que se tratava de uma coisa perigosa, contra a religião, contra Deus. Portanto, pude perceber que muitos estavam preocupados em perder a alma, como era colocado pela Igreja Católica, de não poder se confessar, batizar os filhos, casar-se na Igreja. (1962 apud CRUZ, 1982, p. 43).

Como vanguarda do catolicismo, entra nesse cenário de disputa bem equipada, comprometendo-se através da educação, ou melhor, da alfabetização, em que não só o trabalhador seria alfabetizado, mas toda a sua família, e demais pessoas que procurassem as escolas orientadas pela Igreja Católica.

Atuava, ainda, em prol da criação de sindicatos rurais, tendo êxito nos trabalhos realizados junto a essa classe. “A Igreja entra com uma grande infraestrutura material e humana para mobilizar o campo. [...] com a Emissora de Educação Rural, o Jornal A Ordem, a Escola de Serviço Social e as paróquias” (CRUZ: 2000, p, 83), ainda, a “Vida Rural”, jornal publicado pela Arquidiocese de Natal e com o apoio da Diocese de Caicó, que tinha como veículo de comunicação o jornal “A Folha”, que relatava as injustiças cometidas contra os trabalhadores, e a Diocese de Mossoró.

Com toda essa infra-estrutura, obteve bons resultados no trabalho desenvolvido, mobilizando o campo em oposição ao trabalho das Ligas Camponesas e de outras forças políticas. Desta forma, supera as idéias ou o discurso comunista, através da divulgação negativa de sua imagem, reforçada pela visão da Igreja de que este destruiria a liberdade, semearia o ódio, a vingança entre os homens e que, portanto, seria contra Deus.

Anteriormente à década de 1960, a Igreja já desenvolvia trabalhos sociais, porém de caráter catequético, voltados para ação apostólica, limitando-se, assim, a exercer práticas mais assistencialistas. Somente depois, adota ações mais voltadas para o povo e, a partir de 1960, consolida sua atuação política, através da conscientização e da mobilização junto aos trabalhadores rurais, propondo, através de cartas pastorais, uma ação mais efetiva no campo.

Com o surgimento das escolas radiofônicas, a Igreja vai desenvolver trabalhos através da educação popular, como o processo de alfabetização à distância pelo rádio. Devido ao alto índice de analfabetismo, assim, o rádio poderia

substituir a imprensa escrita, pois mesmo sem saber ler seria possível obter conhecimentos através desse meio de comunicação.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido pelas Ligas e pela importância que elas tiveram, junto ao trabalhador rural na organização e orientação dos sindicatos, e ainda o trabalho desenvolvido pelo PCB na fundação dos sindicatos, observa Regina Novaes (1997), que os primeiros sindicatos rurais a serem oficialmente reconhecidos eram os sindicatos de influência da Igreja Católica, “os sindicatos cristãos”. Para Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo,

onde os sindicatos cristãos foram fortes, as Ligas camponesas foram fracas, não tiveram tanta força, como é o caso do Rio Grande do Norte, porque entre um sindicato e uma Liga, só mesmo uma pessoa que tava com outro objetivo, mais político [...] permanecia nas Ligas. As Ligas não tinham estrutura para responder a uma organização mais centrada, mais sólida dos sindicatos.

Conforme Dalcy Cruz (1982, p. 36), “apesar da radicalização das Ligas Camponesas, mas elas não conseguem estabelecer, com clareza, um projeto político, onde tivesse como objetivo, a superação da sociedade”. Ainda a autora, “era influenciada pelo PCB, que defendia as teses nacionalistas e não conseguem ultrapassar as propostas reformistas e, sobretudo, de Reforma Agrária. Por questões, tanto de ordem interna, quanto por fatores de ordem externa”. Portanto, o enfraquecimento das Ligas vai contribuir para o surgimento dos sindicatos cristãos.

Os setores da Igreja Católica passam a patrocinar e organizar os sindicatos rurais em oposição ao trabalho das Ligas Camponesas. Esse novo cenário de disputa contribuiu para que os padres saíssem das Igrejas e fossem buscar uma relação mais estreita com a população, principalmente, do campo.

O papel da Igreja, a partir desse momento, não se resumiria apenas em missas, batizados, casamentos, enfim, em celebrações religiosas, mas passava a mobilizar e orientar o homem do campo para que se unissem e formassem seus próprios sindicatos e, através deles, lutassem por seus direitos. O trabalho desenvolvido pela Igreja Católica impossibilitou a penetração de seus concorrentes em outras regiões do Estado, como no caso do Seridó, onde as Ligas Camponesas não tiveram atuação, ficando a frente da sindicalização a Igreja Católica.

O Rio Grande do Norte, nessa época, já contava com três Dioceses: a de Natal, que fora fundada em 1909, Mossoró, criada em 1934, na Zona Oeste do Estado; e a da cidade de Caicó, em 1940, que abrangia toda a região do Seridó, ficando ligada à Província da Paraíba até 1952. Quando a Diocese de Natal, em 1952, foi elevada a Arquidiocese, portanto, a Diocese de Caicó passou a fazer parte da Província Eclesiástica de Natal.

Com a ameaça da penetração das Ligas Camponesas, a Arquidiocese de Natal, juntamente com as Dioceses, passaram a se articular para combatê-las, no sentido de abraçar o sindicalismo rural e desenvolver a ação sindical no campo. Com a necessidade de resguardar o catolicismo dos riscos políticos, os sindicatos cristãos, que surgiam como contraposto ao comunismo, foram adentrando em todo o Rio Grande do Norte.

A criação dos movimentos sindicais no Seridó será marcada pela atuação da Igreja Católica no meio rural, a qual se impõe como uma entidade que deu grande apoio ao homem do campo.

## **1.2 – SERIDÓ: PALCO DE DISCUSSÕES**

“O Seridó encontra-se no espaço que a geografia chama de semi-árido, dentro do polígono das secas [...] com precipitação de chuvas irregulares; solo pedregoso e erodido [...] com predominância da caatinga; rios temporários”. (MACÊDO, 1998, p. 90). A micro-região do Rio Grande do Norte está situada na porção centro-meridional do Estado, no semi-árido nordestino, conforme podemos observar no mapa seguinte:

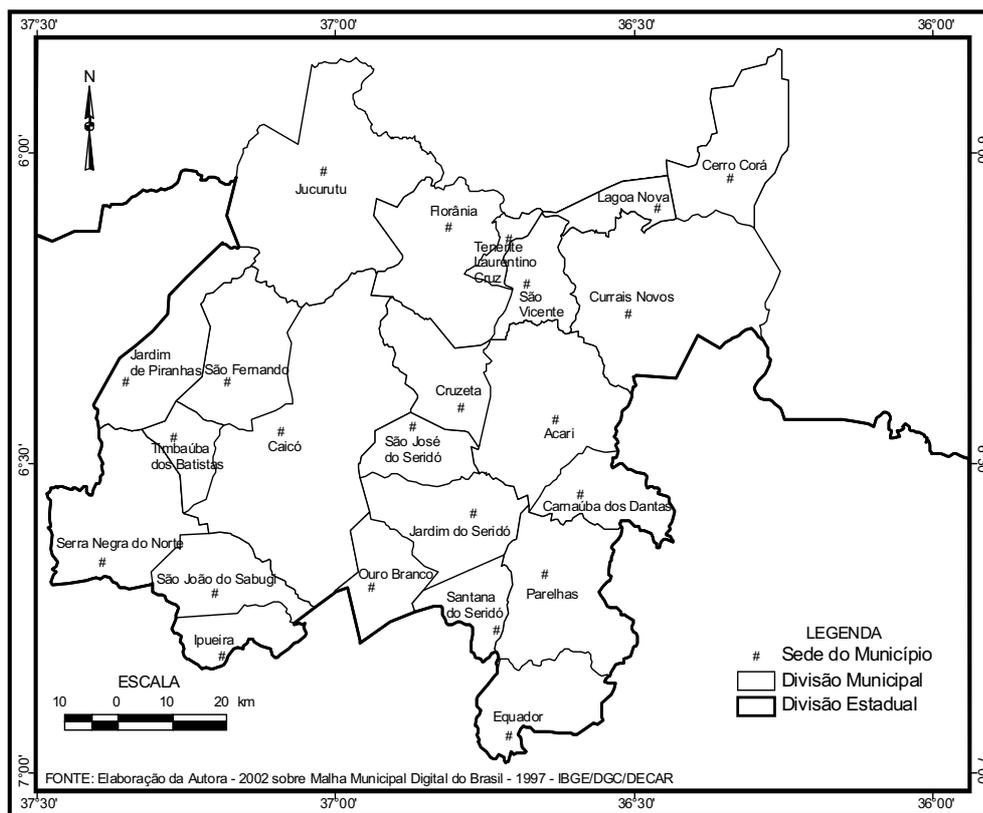


Figura 01 - Mapa do Seridó Potiguar historicamente construído – 23 Municípios. Fonte: Moraes (2005, p. 272)

Segundo Ione de Moraes (2005, p. 27), “o termo Seridó expressa muito mais do que a designação de um dado espaço, tornou-se referência de uma identidade espacial com forte conteúdo histórico-cultural”. Portanto, sua configuração parte de uma personalidade construída no decorrer de toda sua trajetória de formação, estruturação e reestruturação. Para Moraes:

Considerando a perspectiva de estudo delineada que remeteu à sua formação, estruturação e reestruturação enquanto espaço regional definiu-se que a sua cartografia encetaria a representação de sua história. Assim, o recorte regional perscrutado correspondeu ao que se identificou como Seridó historicamente construído, atualmente representado por vinte e três municípios<sup>6</sup>. (2005, p. 26).

<sup>6</sup> “Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Florânia, Parelhas, Jucurutu, Jardim de Piranhas, São João do Sabugi, Ouro Branco, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, São Vicente, São Fernando, Equador, Santana do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Lagoa Nova, Ipueira e Tenente Laurentino Cruz”. (MORAIS, 2005, p. 26).

Ainda, segundo a autora, a justificativa deste recorte, que não compartilha com a divisão regional estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>7</sup> (IBGE) e pelo Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente<sup>8</sup> (IDEMA), “encontra-se na própria história seridoense, mais precisamente na relação-temporal que referendou uma cartografia regional impregnada de conteúdo político, econômico e cultural” (MORAIS, 2005, p. 27).

Dentre os marcos históricos, que descrevem a região, está a forte expressão de religiosidade da população. “A vivência dessa religiosidade refletia um forte grau de conformação à providência celestial, a que atribui à abundância das chuvas ou os rigores da seca, portanto, tudo estava nas mãos de Deus” (MORAIS, 2005, p. 147). Conforme Douglas Araújo (2006, p. 19), “até o início dos anos setenta, a vida rural foi o centro, *habitat* da maioria dos moradores do Seridó potiguar”, tendo como atividades a pecuária e, posteriormente, o cultivo do algodão. Até 1970, a região tinha uma população de 147.573 habitantes, vivendo a maioria da população na zona rural<sup>9</sup>, com um total de 75.243.

Além das condições socioeconômicas no campo, somamos o advento das secas que contribuiu para a expulsão do homem do campo para a zona urbana. Após a década de 1970, a região passa a ter uma aglomeração maior da população nas cidades, como podemos perceber no quadro abaixo:

---

<sup>7</sup> “Para o IBGE, dados recentes, o Seridó é composto por 17 municípios e está dividido em: Seridó ocidental (Caicó, São João do Sabugi, Ipueira, São Fernando, Timbaúba dos Batistas, Jardim de Piranhas e Serra Negra do Norte) e Seridó Oriental (Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, São José do Seridó, Ouro Branco, Santana do Seridó, Parelhas e Equador)”. *Ibid.*, p. 27.

<sup>8</sup> “De acordo com o Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó: Diagnóstico, p. 37: Em 1975, com assessoria do Instituto Latino-Americano de Pesquisa Econômica e Social (ILPES) das Nações Unidas, foi desenvolvido um estudo cuja metodologia com base no princípio de variabilidade definiu o grau de homogeneidade e/ou heterogeneidade do conjunto de indicadores demográficos, sociais e econômicos e físicos para cada município. O Seridó foi partilhado entre as zonas homogêneas de Caicó (Caicó, Jardim de Piranhas, São Fernando, Timbaúba dos Batistas, Serra Negra do Norte, São João do Sabugi, Ipueira, Cruzeta, São José do Seridó, Jardim do Seridó, Ouro Branco e Santana do Seridó), Currais Novos (Currais Novos, Acari, Parelhas, Carnaúba dos Dantas, São Tomé e Equador) e parte das Serras Centrais (Santana do Matos, Florânea, Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Cerro Corá, Bodó, São Vicente, Jucurutu, Triunfo Potiguar e Campo Grande). Esta divisão foi incorporada ao Plano de desenvolvimento do Seridó (PDSS) fazendo emergir uma cartografia inusitada em termos regionais ao incorporar sociedades cuja vida de relações está mais atrelada à dinâmica de outras regiões”. MORAIS, *Loc. Cit.*

<sup>9</sup> Segundo Douglas Araújo (2006, p. 20), “até aquela época, no plano da organização, social e cultural da região, o campo se sobressaía frente ao urbano em desenvolvimento. Este último, na proa do dinamismo mercantil do algodão e pela forte pressão demográfica, virou terreno fértil, onde os signos da modernidade fecundaram, dando um verniz de progresso ao antigo. Em alguns casos, esses símbolos modernos proliferaram, espalhando-se, à fronteira campesina”.



A maioria da população vivia na zona rural desenvolvendo a agricultura. A cotonicultura, que era uma atividade desenvolvida na fazenda como atividade complementar à pecuária, passa a constituir a base econômica do binômio gado- algodão na região do Seridó.

Ainda conforme a discussão de Ione Moraes (2005), a difusão do algodão, no Rio Grande do Norte, deu-se, basicamente, nas áreas do Agreste e do Sertão, devido às condições do solo propícias ao plantio. No Agreste especializou-se na produção do tipo herbáceo, por exigir um solo mais úmido, enquanto que no Sertão o cultivo do algodão arbóreo, principalmente do tipo mocó, que era mais resistente à escassez de água. Conforme a autora (2005, p. 161),

o algodão mocó era reconhecido internacionalmente pela excepcional qualidade de sua fibra em termos de comprimento, sedosidade, colocação e resistência. A associação entre o tipo de algodão e a região em que melhor adaptou-se repercutiu em termos de designação, passando a malvácea a ser denominada de mocó ou Seridó. Dentre as múltiplas leituras que este fato pode suscitar, uma delas alude à associação imagética entre o seridoense, *homem de fibra*, tão resistente quanto o algodão *fibra longa* que produziu.

A ascensão do algodão propiciou a expansão do cultivo em áreas em que predominavam as pastagens. Muitas áreas proliferaram-se com um sistema que envolveu a pecuária, algodão e o plantio de produtos alimentares. Em algumas propriedades havia o desenvolvimento da pecuária e a plantação do algodão, uma vez que a semente e o restolho do algodão eram utilizados para alimentar o gado, enquanto que em outras envolveram o cultivo de algodão e de culturas alimentares. Essa base produtiva repercutiu na organização socioeconômica do Seridó, entrando em crise a cotonicultura, na década de 1970. Ainda segundo Ione Moraes (2005, p. 253),

a deflagração da cotonicultura seridoense decorreu da falta de competitividade do produto do mercado em função de uma série de fatores que se apresentam inter-relacionados e conjugados, em dado período, como: baixo nível técnico de produção, baixa produtividade, alto custo de produção, difícil acesso a linhas oficiais de crédito, juros

elevados aplicados aos financiamentos da produção e preços poucos compensados no mercado.

A análise de Maria Livramento Clementino (1987 apud Moraes, 2005, p.253-254) acrescenta a esse quadro “a modernização e a desconcentração geográfica da indústria têxtil paulista que passou a utilizar fibras sintéticas no fabrico de tecidos antes confeccionados, exclusivamente, com o algodão mocó, [...] nas unidades fabris que se instalaram no Nordeste”.

Embora a indicação da seca como uma das causas [...] também recorrente, principalmente no imaginário popular, posto que a seca de 70 foi avassaladora, optou por considerá-la apenas como um agravamento do quadro sócio-econômico em questão. (MORAIS, 2005, p. 254).

O trabalhador rural que em sua maioria dependia da plantação do algodão se vê drasticamente afetado, pois, de certa forma, contribuiu para o desmoronamento da vida rural. A cotonicultura era uma atividade praticada nas fazendas, e desenvolvida por pequenos arrendatários, que trabalhavam no sistema de parceria com os proprietários de terra ou trabalhadores que eram contratados e residiam na propriedade – os moradores.

O algodão, em relação aos outros produtos que eram plantados no inverno, era o mais resistente ao período de estiagem, por ser um produto resistente, muitas vezes, era o que salvava os trabalhadores rurais no período de seca. Segundo Sinval Soares Dantas,

o algodão tem uma resistência de até cinco anos, dependendo da terra. O tempo do algodão era a salvação da pobreza, porque sabia que tinha aquela produção garantida, se chover, mesmo em ano fraco que não dava o milho e o feijão, mais a colheita do algodão era garantida. Não dava igual à de um ano bom, mas dava<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida à autora em 12/02/2007. Trabalhador rural – vazanteiro. Presidente atual do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.

O algodão que iniciava sua plantação no inverno e atravessava o tempo de estiagem, embora com uma produção reduzida, afetado pela escassez de chuva, era o que ainda garantia a permanência do trabalhador rural no campo, no período de seca. Quando a seca era avassaladora, e a plantação do algodão não era possível, o homem do campo não tinha alternativa a não ser migrar para as cidades.

Os trabalhadores rurais viviam em estado de extrema pobreza no campo, mal tinham o que comer e o que vestir. Ainda relata Sinval Soares Dantas,

quando queria sair [os trabalhadores rurais] só tinha uma roupa, pois não tinham condições de ter mais de uma roupa, de comprar. A situação era apertada demais. Eu conheci um grupo de irmãos, eram uns cinco irmãos ou mais, moravam na fazenda Coelho, município de São Fernando; eles tinham um terno branco. Uma vez eles foram para um forró na Dominga e eu vi, eu lembro [...] cada festa que eles iam um ia com o terno. Tinha um outro caso que era de uma calça, só tinha uma calça, trocava de camisa mais a calça era a mesma, pra tudo quanto era lugar ele ia com essa calça.

Esse quadro, ao qual estavam submetidos, foi responsável por muitos conflitos no campo, mas os trabalhadores estavam dispostos a romper com essa situação. Os sindicatos de trabalhadores rurais, que surgiam na região do Seridó, viam nessa organização um apoio para sua luta, uma vez que a atuação dos padres contribuía para que os trabalhadores rurais procurassem os sindicatos.

Com efeito, a Igreja passava a ser uma aliada das lutas no campo, embora seu único interesse não estivesse na pobreza crônica em que vivia o trabalhador rural. Em cada cidade, recebia o apoio das paróquias e do SAR, que desencadeou uma intensa campanha de sindicalização, utilizando-se de uma rede de emissoras controladas pela Igreja, a cargo dos párocos locais. Assim, convocava os trabalhadores para as reuniões, onde a equipe de sindicalização os esclarecia sobre os seus direitos através de uma cartilha. Um outro instrumento utilizado pela Igreja Católica no Seridó fora o Jornal “A Folha<sup>11</sup>”, que era de sua propriedade,

---

<sup>11</sup> O jornal A Folha era da Diocese de Caicó. Fundado pelo Monsenhor Walfredo Gurgel em 1954, tendo como diretor e tesoureiro padre Ausônio Tércio de Araújo, atualmente Monsenhor.

criado em 1954 e circulando até 1967 na região, a qual denunciava a situação do homem do campo e divulgava a doutrina social da Igreja<sup>12</sup>.

A atuação da Igreja Católica com os trabalhadores rurais na região do Seridó não se limitou aos sindicatos, pois, paralelo ao trabalho de sindicalização que era realizado pela Igreja Católica estava o MEB, que promoveria a educação do homem do campo. Em sua essência, se caracterizaria como um movimento da Igreja Católica, com uma finalidade social e educativa, no sentido de alfabetizar, orientar os trabalhadores em noções de direitos políticos e trabalhistas.

Com a fundação da Emissora de Educação Rural, em agosto de 1958 em Natal, foi ao ar a primeira escola radiofônica, depois se estendendo às outras localidades. As escolas radiofônicas foram orientadas pela CNBB, que passou a impulsionar a sindicalização em diversos Estados.

Essas escolas eram constituídas por grupos de estudantes, cada um contando com um monitor, que dispunha de um aparelho de rádio, de uso exclusivo das escolas. A Igreja chegou a distribuir aparelhos para as comunidades que participavam das escolas, para que estas pudessem ouvir a programação divulgada pela Igreja e acompanhar as orientações através do rádio. No Seridó, essa difusão só foi possível um pouco mais tarde.

Dom Manuel Tavares de Araújo, na época, impressionado com o sucesso e potencialidade para a evangelização demonstrada pelas Emissoras Rurais de Natal e de Mossoró, cria, em 1º de maio de 1963, a primeira rádio na região, a Emissora de Educação Rural de Caicó, conhecida como Rádio Rural, pertencente à Fundação Educacional de Santana. A transformação sociocultural da região foi desenvolvida com a educação de base através das escolas radiofônicas e os programas de evangelização através do rádio. Segundo Sebastião Arnóbio de

---

<sup>12</sup> Segundo José Miguel Langlois (1990, p.23), “a doutrina social professada pela Igreja Católica se constitui a partir do dogma e da moral cristã, enquanto estes se projetam necessariamente sobre o domínio social, dando lugar a um conjunto de princípios que regulam a vida do homem em sociedade e a vida humana, face a Deus, na sua dimensão social. Desta forma, o ensino social da Igreja é a aplicação da regra cristã de fé e costumes às relações sociais”.

Morais<sup>13</sup>, “[...] a Rádio Rural era um emissora comprometida com o trabalho de educação nas comunidades através do MEB”. Vários Cursos foram realizados através deste meio. No jornal “A Folha”, eram feitos os convites.

Está sendo anunciado para Caicó o Curso de Madureza. Trata de um curso ministrado pelo rádio durante 11 meses correspondente ao Ginásio. Recebe o patrocínio do Ministério da Educação, da Secretária da Educação, do Serviço de Assistência Rural de Natal. Os interessados deverão fazer sua inscrição aqui em Caicó, com o pessoal do MEB. O curso é gratuito e tem valor jurídico, com diploma reconhecido pelo Ministério, equivalente ao Ginásio. (PEREIRA, I. pe. 1967, p. 01).

Desta forma, tratava-se de uma educação à distância realizada através do rádio. O trabalho desenvolvido pelas escolas radiofônicas teve uma penetração muito forte na zona rural, no sentido de alfabetizar o homem do campo e orientar a fundação de sindicatos e a sua organização. Como coloca D. Manuel Tavares de Araújo (2003), “a Rádio é a fonte de Educação religiosa e civil do povo do Seridó, porque o povo precisa de uma educação a toda prova, para que se torne mais consciente de sua missão”. Relembra Cristino Jerônimo da Silva:

Quando eu vim à rua com papai para procurar pelo Funrural, eu chegando aqui na cidade, logo, me orientaram, um secretário do MEB para que eu procurasse um movimento que era desenvolvido pela Igreja, o Movimento de Educação de Base. Quando eu me associei ao sindicato em 72, aí me inscrevi no MEB e voltei a estudar. O MEB foi para mim muito bom, porque a gente vivia lá no sítio trabalhando de dia e de noite e não tinha como estudar. Eu tinha 28 anos e tinha iniciado lá no sítio o 3º ano primário, estudei um mês, dois, três [...] não tinha tempo para estudar. Essa oportunidade de estudar no MEB que eu tive, com os livros individuais levando para casa e estudando à noite e vindo fazer as provas aqui em Caicó, foi para eu terminar até a 5ª série primária<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida à autora em 19/07/2006. Sebastião Arnóbio de Moraes é secretário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Jardim do Seridó. Ao longo dos anos acompanhou o trabalho de sindicalização feito pelo padre Ernesto nas comunidades rurais.

<sup>14</sup> Entrevista concedida à autora em 12/09/2005. Trabalhou na agricultura através do regime de parceria – a meia. Ex-aluno do MEB. Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó de 1978 a 2002, sendo reeleito sete vezes. Atualmente vice-presidente.

Devido à exploração de trabalho a que era submetido o homem do campo, muitos não haviam freqüentado escolas. Também muitos pequenos proprietários trabalhadores ou arrendatários trabalhavam em regime de economia familiar, levando toda a família para trabalhar no campo. Os filhos iniciavam na agricultura muito cedo, muitas vezes ainda crianças, ficando impossibilitados, de freqüentarem a escola. Uma outra dificuldade seria em relação ao deslocamento para as cidades, pois, em muitas comunidades rurais não havia escola, e, nas que existiam, só era oferecido até o 4º ou 5º ano primário. A carga horária de trabalho no campo acabava não permitindo a freqüência à escola, gerando, assim, um grande número de analfabetos. Somamos a isto, a reação dos patrões. O padre Raimundo Sérvulo da Silva afirma:

Quando o Movimento de Educação de Base surgiu em Cruzeta e em Serra Negra e em outros lugares, a gente teve muitas reações dos patrões, achava que o MEB instruindo o trabalhador rural ia despertar neles os seus direitos, que era uma coisa óbvia, quem é consciente conhece seus direitos e deveres. Então havia esse medo e essa reação de não querer os trabalhadores nas escolas radiofônicas e nem no sindicalismo porque eles iam exigir seus direitos<sup>15</sup>.

Os trabalhadores, através do MEB, passariam a freqüentar as escolas que eram organizadas pelo clero da região, uma vez que os alunos poderiam levar os livros para estudar em casa, em horário disponível, voltando à escola apenas para realizar uma prova. A Escola de Serviço Social que era fortemente influenciada pela Igreja saía com suas equipes para a zona rural, orientando, organizando e desenvolvendo trabalhos com essa população.

O MEB chegou a funcionar em muitas comunidades rurais. Teve uma repercussão expressiva na região do Seridó, atuando através das escolas radiofônicas. Foi responsável pela alfabetização de muitos trabalhadores rurais,

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida à autora em 18/10/2006. Padre Raimundo Sérvulo da Silva, quando se envolveu com o trabalho de sindicalização rural era pároco das cidades de Parelhas, Equador e Santana do Seridó, mas seu trabalho não se limitou a esses municípios, atuou juntamente com os párocos em outras cidades no Seridó.

politizando e conscientizando. Na região do Seridó, onde havia o trabalho da Igreja Católica, lá estava o MEB atuando. Conforme Exedito Jorge de Medeiros,

as pessoas que participavam do MEB era voluntárias, solidário. Nas comunidades a gente conseguia umas contribuições financeiras com os próprios comunitários para que a gente custeasse algumas despesas com as escolas radiofônicas. Então tinha que ter uma mesa, papel, lápis. Tinha que participar de encontros em outras comunidades e tinha que ter esses recursos para custear essas despesas e a gente conseguia através das comunidades. No Badaruco a gente construiu uma mesa com um dinheiro de um leilão que nos realizamos<sup>16</sup>.

A equipe do MEB tinha seu núcleo no Seridó, localizado na cidade de Caicó, e era composta de um coordenador e alguns supervisores. A Diocese era quem coordenava em toda a região, mas cabia às paróquias de cada cidade ficar responsável pela sua atuação. O MEB fornecia um rádio cativo, que só sintonizava a Rádio Rural de Caicó. Como nas comunidades rurais ainda não havia energia elétrica, eram fornecidas também lâmpadas a gás, acompanhada de um pequeno botijão.

Havia uma grande massa de trabalhadores que eram analfabetos ou semi-analfabetos. Segundo o trabalhador rural e presidente atual do sindicato de Parelhas o senhor Joaquim Enéas Batista, “[...] havia membros da diretoria [do sindicato] que não sabia assinar nem o nome”. Com o surgimento das escolas radiofônicas<sup>17</sup>, muitos trabalhadores rurais passaram a freqüentar as escolas, iniciando o processo de alfabetização através do rádio.

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida à autora em 08/01/2007. Ex-trabalhador rural, secretário do sindicato de trabalhadores rurais da cidade de Caicó e sócio do de cruzeta; foi professor do MEB (Movimento de Educação de Base) no Seridó, atuou como secretário da FETARN na região do Seridó e atualmente é assessor.

<sup>17</sup> Segundo Dalcy da Silva Cruz (1982, p. 57), “em 1958 são criadas as escolas radiofônicas, embora em 1948, antes, até mesmo da criação do SAR, já tenha surgido a idéia do rádio como instrumento de educação. Entretanto, estas só foram concretizadas com a viagem de D. Eugênio Sales à América Latina, onde teve a oportunidade de conhecer a experiência colombiana de educação pelo rádio, através da ‘*Acción popular cultural*’ (Rádio Sutatenza), orientada pelo pe. Salcedo, e a aquisição de um canal conseguido através do Decreto n° 43.729, de 21 de maio de 58, concedido e autorizado, segundo o desejo do SAR. Com a Emissora de Educação Rural, em 10 de agosto do mesmo ano, teve início a experiência de educação pelo rádio. Em 20 de setembro, o SAR transmite a 1ª lição a 69 escolas”.

A Rádio Rural de Caicó tinha como diretor o padre Ausônio Tércio de Araújo, o qual cedeu um espaço, gratuitamente, aos sábados – que era o dia em que os trabalhadores se reuniam com maior frequência, devido à feira livre, em que traziam produtos agrícolas para serem vendidos – para que trabalhadores rurais produzissem o programa “Em marcha para o Campo”, que objetivava mandar sua mensagem sindical ao homem do campo.

Segundo Cristino Jerônimo da Silva, tomando por base a atuação da Igreja em relação aos trabalhadores rurais, esta, “[...] desempenhou um grande papel, ela tinha força para juntar aos coronéis e as autoridades, as pessoas importantes da sociedade de viabilizar e mostrar que não era assim, que o caminho não era aquele”. Com o surgimento dos sindicatos ocorreram muitos conflitos entre os trabalhadores rurais e os proprietários devido ao surgimento dos mesmos; em alguns momentos, a Igreja tentava intervir, no sentido de pacificar esse atrito.

Embora a Igreja Católica tenha desenvolvido um expressivo trabalho de sindicalização na região do Seridó, existiam clérigos que eram contra esse trabalho, conforme relata Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo: Um era claramente contra por ser político e seu partido era muito conservador, e o outro por ser um grande proprietário de terra.

Conforme consta no livro “Diocese de Caicó: meio Século de fé” (1990), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na Diocese de Caicó, tiveram como origem remota o tradicional e importante trabalho pastoral das capelas rurais, modificado pela ação das equipes rurais da Juventude Agrária Católica (JAC), do MEB, do Sindicalismo, da Ação Católica Rural (ACR), da Emissora de Educação Rural de Caicó e do Circulo Bíblico.

A Igreja Católica teve uma militância fundamental na região do Seridó juntamente aos sindicatos, contando ainda com o MEB, que lutava pela melhoria da vida do trabalhador rural, mesmo que, como é colocado por Expedito Jorge de Medeiros, “[...] a Igreja pregava a criação do sindicato para combater o comunisr

# *Faces do Autoritarismo*

“Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe acontece. O “desaparecido” transforma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrindo a última luminosidade da existência terrena”. (ARNS, 2001, p. 12).

“Morto – é aquela pessoa que tem certidão de óbito e túmulo. Desaparecido – é aquele que a repressão não entregou o corpo, nem tem túmulo onde colocar uma flor”.

(Apud Silva; Dutra, 2000, p. 33).

## 2.1 – “A CRUZ E A ESPADA”: A IGREJA E O REGIME AUTORITÁRIO: 1964 – 1979<sup>18</sup>

A Igreja, durante muito tempo, foi uma grande parceira do Estado. A separação Igreja/Estado, em 1890, iria marcar um outro momento da história da Igreja Católica. No Brasil, esse rompimento libertou-a de uma relação de subserviência ao Estado. Embora tivesse uma crescente população católica, mas a Igreja enfrentava uma expressiva crise interna, o que a fragilizava como força religiosa<sup>19</sup>. Sentindo-se ameaçada, procurou realizar reformas dentro da instituição, ajudando a melhorar sua imagem. Buscou reverter a decadência institucional, recrutando novos membros religiosos, criando novas dioceses e o controle episcopal sobre as atividades clericais passou a crescer.

Apesar da reformulação da doutrina social, ainda havia elementos conservadores. O papa Benedito XV (1914-1922) e Pio XI (1922-1939) faziam críticas ao mundo moderno. “A Igreja percebia o mundo moderno como sendo essencialmente maligno porque corroía a fé devota e encorajava o culto da personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder” (MAINWARING, 2004, p. 44). Em relação ao comunismo, condenava profundamente. A Igreja deveria rejeitar as tendências seculares que abalavam as bases religiosas da doutrina cristã. Os fiéis deveriam manifestar sua relação com Deus através da ação, pois a salvação da alma só se alcançaria através da fé. Segundo Gustavo Gutiérrez, “os atos que acompanhavam a fé não tinham nenhum significado sem ela e não eram tão

---

<sup>18</sup> O regime militar no Brasil, iniciado em 1964, vigorou até 1985, a pesquisa se propõe a trabalhar até 1979.

<sup>19</sup> Segundo Scott Mainwaring (2004, 41-42), “muitos padres constituíam família e passavam pouco tempo em atividades eclesiais; os seminários estavam deficientes em termos de números e de qualidade; o chefe titular da Igreja era o imperador brasileiro, Dom Pedro II (1840-1889), que era um católico pouco fervoroso: os vínculos que mantinha com o Vaticano eram frágeis, e o número de padres e freiras havia diminuído depois de 1855, quando o Estado proibiu novas admissões às ordens religiosas. A Igreja passava por um declínio institucional, durante boa parte do século XIX. Sentido-se ameaçado, o Vaticano procurou manter um maior controle sobre as Igrejas nacionais, passou a promover uma presença católica mais marcante dentro da sociedade. Durante a segunda metade deste mesmo século, líderes eclesiais tentaram dá um outro rumo a Igreja, mas esses líderes reformistas eram extremamente conservadores, adeptos dos ensinamentos do papa Pio IX. Embora em 1890, tenha ocorrido a quebra dos laços oficiais entre a Igreja e o Estado, incorporado na constituição de 1891, entretanto, a Igreja começou a restaurar de uma forma não oficial os vínculos com o Estado que oficialmente havia sido rompido”.

importantes quanto a devoção pessoal” (Apud MAINWARING, 2004, p. 45). Para Scott Mainwaring,

não havia senso comum de que a fé exigisse um compromisso político ou de que ação política pudesse ser um componente maior da fé. A maioria dos sacerdotes não conciliava a fé com as tentativas de se criar um mundo mais justo. Até aqueles que sentiam que a Igreja deveria buscar uma missão social, geralmente limitavam a natureza dessa missão à caridade e as medidas paliativas. A Igreja não encarava a transformação da sociedade como sendo parte de sua missão; pelo contrário, a maioria do clero se opunha vigorosamente às grandes mudanças sociais como sendo prejudiciais à ordem cristã tradicional. (2004, p. 45).

Embora defendesse o discurso de que o envolvimento com o mundo moderno corroia a fé, a ambição do homem ao poder. Porém, nas décadas de 1920 e 1930, aliou-se às forças conservadoras de toda a Europa. “Na Espanha insistia para que os católicos apoiassem as tropas de Franco.<sup>20</sup> Durante o reinado de Pio XI, ocorreram [...] violentos movimentos anticlericais na União Soviética, no México e em outros países latino-americanos” (MAINWARING, 2004, p.33-34). Segundo Roberto Romano (1979, p. 145), “a política católica, efetivamente, notabilizou-se por justificar governos autoritários desde que, *conditio sine qua non*, a liberdade da Igreja fosse garantida”.

Ainda conforme o autor a Igreja Católica durante um longo tempo apresentou-se como inimiga de todo movimento social que pusesse em perigo o status das instituições, a qual estava alinhada, especialmente a do Estado. “A Igreja e o Estado devem ser ligados um ao outro, como alma e corpo, que constitui no homem um todo natural” (ROMANO, 1979, p. 145).

---

<sup>20</sup> Segundo Scott Mainwaring, (2004, p. 44), “Pio XI tentou usar o Estado fascista para afirmar as metas da Igreja, e Mussolini por sua vez também se esforçou para conquistar o apoio do Vaticano. A maioria das vezes as relações foram cordiais. A concordata de 1929, pela qual Mussolini reconheceu o Vaticano como estado soberano, foi o auge desta cordialidade; no entanto as tendências totalitárias do fascismo promoveram atritos pertinentes à autonomia eclesiástica. Conflitos semelhantes também ocorreram entre Hitler e o Vaticano”.

Afirma Scott Mainwaring (2004, p. 46) que “durante o período da neocrisandade<sup>21</sup> a Igreja conseguiu o laicato da classe média no Brasil”. Na década de 1920, foi criado o Centro Dom Vital, que era um pequeno instituto constituído por católicos, que tinham uma grande atuação na política. Em seguida foi criada a Liga Eleitoral Católica, tendo em vista propagar a adoção dos princípios católicos nas leis. Na década de 1930 era criada a Ação Católica que, embora não fosse um partido político, agia como um partido da Igreja. Os líderes católicos se envolveram profundamente na política. Ainda o autor:

A Igreja desejava que o Estado reinstituísse de uma maneira informal a relação de favorecimento que a separação formal entre Igreja e Estado terminava do ponto de vista legal. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, segurou essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa. (MAINWARING, 2004, p. 47).

A Igreja Católica no Brasil aproximou-se do Estado e passou a ser uma grande força, permanecendo politicamente conservadora. Criticava a secularização e era contra o surgimento e a prática de outras religiões. Embora anterior ao governo Vargas, já mantinha relação com a classe dominante, mas foi neste governo, 1930 a 1945, que atingiu seu maior apogeu, com a ascensão da facção que estava no poder. O presidente procurou aliar-se a diversas classes e setores sociais que pudessem servir de apoio a seus planos de dominação; a Igreja foi um desses, vista como uma grande força.

No governo Vargas, esta instituição reatava os laços políticos e ideológicos, acelerando o processo de sua influência, perdida com a República<sup>22</sup>. “A

---

<sup>21</sup> Conforme Mainwaring (2004, p. 41-43), “atribui a neocrisandade ao período que compreende entre 1916 a 1955. Era uma forma de lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma. Por volta dos 30, a instituição havia revertido sua decadência”.

<sup>22</sup> Segundo Marlúcia de Paiva Oliveira (1992, p. 48-49), “a separação Igreja e Estado fez com que a Igreja perdesse tradicionais redutos de influência na sociedade. Liberais e positivistas consideravam-na uma instituição anticientífica e, por isso, irracional, contrária ao progresso e à modernidade, e, sob o lema de “Igreja livre no Estado livre”, várias medidas foram adotadas pelo governo republicano, que feriram os interesses daquela instituição religiosa. Medidas, como a criação do ensino leigo, a eliminação da obrigatoriedade da educação religiosa nas escolas, foram providências que provocaram grande impacto e abalaram o prestígio da Igreja. É incontestável que esta ganhou em

tendência de defender seus interesses tem sido e continuará sendo um elemento chave no envolvimento da Igreja Católica na política” (MAINWARING, 2004, p. 16). Dentro desta ótica, embora tenha como objeto a divulgação da sua fé, ela passa a se preocupar e defender interesses leigos, em detrimento da mensagem religiosa, se envolvendo no meio político, apoiando a classe dominante como uma maneira de manter seus privilégios.

Como forma de agradar e retribuir o apoio da hierarquia da Igreja, em 1931 era inaugurado, no governo Vargas, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Também foram aprovadas várias medidas que lhe eram favoráveis<sup>23</sup>. A Igreja procura defender seus próprios interesses, quando se sente ameaçada, busca táticas para combatê-los. Em relação ao seu “rebanho” tenta preservar os antigos e conquistar novos fiéis. Para Scott Mainwaring (2004), a Igreja está em constante interação com o “meio ambiente, procura adaptar-se às mudanças ocorrentes na sociedade, políticas, sociais e econômicas”. Enquanto criticava os partidos políticos, buscava aliança com o Estado para defender os interesses da instituição.

Durante um longo tempo, esteve ligada aos grandes proprietários de terra e à realização de seus interesses<sup>24</sup>. A atuação dessa instituição junto ao Estado sempre se deu de forma muito estreita em toda a sua trajetória. “O clero conservador afirmava que a extrema diferença de classes, com todas as suas conseqüências, correspondiam à vontade de Deus”. (FÜCHTNER, 1980, p. 140). Argumentava o bispo Geraldo de Proença Sigaud em um livro publicado em 1960, intitulado “Reforma Agrária: Questão de Consciência”, em que expressava sua opinião sobre prevenção contra a Reforma Agrária:

---

autonomia, em relação ao Estado, mas perdeu na sua capacidade de angariar recursos para sua manutenção e mobilização”.

<sup>23</sup> “Colocou a constituição sob a proteção de Deus; permitiu assistência espiritual às organizações militares e oficiais; e, como conquista mais importante, conseguiu que o Estado financiasse a Igreja, em nome de um vago interesse coletivo, e que as escolas públicas adotassem o ensino religioso”. (OLIVEIRA, 1992, p. 50).

<sup>24</sup> Conforme Cícero Soares Neto (1984, p. 91-92), “na República velha, os coronéis não se valiam apenas do aparelho repressor e judiciário do Estado, pois também se socorriam de uma outra instituição: a Igreja (católica, apostólica, romana). A Igreja também se constituía num aliado para a política dominante do coronelismo. Não só contribuía para a exploração do trabalhador, como ainda se socorria do seu apelo ideológico para o “sentimento de religião que bons frutos têm dado a esta terra e mantido a paz e harmonia entre seus fiéis”.

Propriedade e família são inseparáveis uma da outra e a vontade da civilização cristã não pode ser manipulada. A estrita recusa de uma Reforma Agrária é no caso ligada ao elogio da propriedade e dos grandes proprietários de terra, como empregadores bondosos, verdadeiros pais de seus empregados. (FÜCHTNER, 1980, p. 140).

Um grande representante da Igreja Católica no Brasil em combate ao comunismo era D. Geraldo de Proença Sigaud. “Suas idéias revelavam traços essenciais do pensamento reacionário em nosso país, e, ao mesmo tempo, dão conta do combate intransigente que amplos setores da Igreja, aliados a grupos latifundiários, travavam contra a reforma agrária”. (GERMANO, 1994, p.51). A Igreja Católica no campo alinhava-se aos grandes proprietários, para garantir as doações que eram feitas pelos mesmos, que eram utilizados para a construção e a reformas das Igrejas. Conforme Carlos Minc (1985, p. 29), “Os [...] pequenos colonos, meeiros e parceiros eram vistos pela Igreja como uma categoria menos relevante e que [...] enquanto ‘bons católicos’, deveriam sujeitar-se com humildade e respeito às condições impostas pelos donos da terra e do poder”.

As transformações ocorrentes no clero brasileiro, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, estão ligadas às mudanças conjunturais, como políticas, econômicas e sociais, ocorridas no cenário nacional e internacional. Os anos 1950 serão marcados pela emergência de uma nova Igreja no País. A partir daí, vamos ter uma Igreja mais próxima da população pobre, principalmente da população do campo, que era a classe mais sofrida.

Após a Segunda Guerra Mundial, os países enfrentavam uma forte crise econômica, mais sentida nos países “subdesenvolvidos”. A fome se alastrava e era um mal que deveria ser combatido, pois, quem mais sofria era a população mais pobre. A desigualdade social tenderia cada vez mais a aumentar, a opressão, a expropriação, a violência e a exploração tanto por parte da classe dominante, como também do próprio Estado, que não buscava soluções para esses problemas. Ainda a influência do marxismo no meio intelectual e o crescimento notável da parte não-católica da população, com o número reduzido de católicos nas missas, alarmando os clérigos católicos brasileiros. “Os líderes mais proeminentes da Igreja sentiram que essas mudanças ameaçavam a instituição” (BRUNEAU apud MAINWARING,

2004, p. 33). Todas essas questões contribuíram para que a hierarquia repensasse o seu papel na sociedade brasileira. Para o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns,

a transformação política vivida pelo Brasil no início da década de 60 e, especialmente, em 1964, coincidiu com mudanças que a Igreja Católica passava a experimentar, a partir do Concílio vaticano II, num sentido de maior comprometimento com os setores marginalizados da população e seus anseios de justiça. (ARNS, 2000, p, 147).

Segundo Marlúcia de Paiva Oliveira (1992, p. 46), “a conjuntura político-social e a emergência do trabalhador rural como força política e sua crescente organização, sob a liderança do Partido Comunista e as Ligas Camponesas, soaram como um alerta para a Igreja<sup>25</sup>”. Essa realidade produziu uma polarização ideológica e constituiu uma ação efetiva de associações, sindicatos e de outras organizações de classe que, na sua maioria, tinham o apoio de forças de esquerda, na denúncia e na luta pela transformação desse quadro.

## **2.2 – A IGREJA CATÓLICA E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

As reivindicações sociais no campo nasciam em meado da década de 1950 no Nordeste brasileiro, adquirindo em 1960 um dinamismo inusitado pela atuação dos mais diversos grupos. Em um momento em que a região enfrentava uma tensão avassaladora gerada pelo desenvolvimento econômico e pela rápida industrialização do Sul, surgem vários problemas para a região. A Igreja percebera que através desses movimentos o comunismo vinha ganhando força, e que deveria ser combatido. No Nordeste, essa expansão se dava através das Ligas Camponesas. Para a Igreja Católica era preocupante o trabalho que as Ligas vinham desenvolvendo junto aos trabalhadores rurais.

Além das Ligas Camponesas, uma outra questão que preocupava a Igreja era a expansão de correntes políticas, como o PCB, além do surgimento e a

---

<sup>25</sup> Conforme Marlúcia de Paiva Oliveira (1992, p. 46-47), que “segundo Pio XI, já havia perdido, no século XIX, a massa operária, agora no século XX, estava ameaçada de perder um outro segmento da classe trabalhadora: os trabalhadores rurais”.

expansão de outras correntes religiosas, como a penetração e o crescimento do Protestantismo<sup>26</sup>, que, de certa forma, desenvolvia ações sociais, inclusive, relacionadas às Ligas Camponesas, espiritismo, cultos afro-brasileiros e outras que estavam atuando não só no meio rural, como também na cidade, desenvolvendo trabalhos assistencialistas junto às classes subalternas.

De acordo com Marcio Moreira Alves (1979, p. 68), “o engajamento da Igreja Católica em um trabalho de promoção do homem do campo, começando no Nordeste, e, posteriormente estendendo-se em todo o Brasil, teve motivações que podem ser esquematizadas em três grandes linhas”; primeiro, os grupos mais ligados à Igreja Católica desejavam combater as Ligas Camponesas, que eram vistas como comunistas por esta instituição religiosa, não admitindo dividir a massa trabalhadora, com seus adversários; em segundo lugar, esta seria uma forma de conservar sua influência sobre a população do campo, uma vez que já havia perdido a classe operária no século XIX, e agora estava ameaçada por forças a-religiosas ou anti-religiosas; em seguida, a preocupação de promover o homem, levando ao envolvimento de jovens, padres e leigos que se empenharam nesse trabalho. Ainda comenta o autor:

É difícil determinar qual desses fatores pesou mais para a multiplicação do trabalho junto aos camponeses. O certo é que o engajamento existiu e deve ser encarado como um todo, em suas origens e conseqüências. É importante observar-se também que, quaisquer que tenham sido as motivações iniciais dos diversos grupos engajados – políticas ou espirituais, defensivas ou transformadoras, de solidarismo ou revolucionárias – seu trabalho foi geralmente sincero e proveitoso. O camponês brasileiro tinha tão pouco, passara tanto tempo na estagnação que qualquer pessoa que se dispusesse a ajudá-lo, na tentativa de aquisição de sua condição humana, encontrava receptividade e largos terrenos virgens à sua frente. (ALVES, p.69).

---

<sup>26</sup>Segundo depoimento de Francisco Julião que consta na tese de Dalcy da Silva Cruz (1982, p. 43), “em determinado momento, os protestantes ocuparam um “vazio” deixado pela Igreja Católica, que não apoiava a atuação das Ligas Camponesas: “O camponês que entrasse numa Liga não podia entrar na Igreja (...) a religião protestante ainda era perseguida no Brasil. Então eu dizia: ‘você são da religião oprimida, os camponeses também estão sendo oprimidos. Por que vocês não se juntam comigo pra fazer um trabalho no campo? Pode cantar seus hinos, recitem os trechos dos grandes profetas, e fazemos um trabalho em conjunto”.

Para Marlúcia de Paiva Oliveira (1992), embora houvesse a preocupação da Igreja em melhorar a vida do homem do campo, a expansão e o surgimento de novos personagens no campo contribuíram para seu engajamento, uma vez que o medo do comunismo fora expressado nas encíclicas do papa João XXIII, de 1961. “Diante desses fatos a Igreja passou a adotar uma política de intervenção mais direta no processo social, agindo mais nas áreas rurais<sup>27</sup>”. Relata ainda:

Inicialmente junto às Missões Rurais (Campanha/MG, Nata/RN) e, depois, mais no final da década de 50, nos setores do sindicalismo e educação de base. Esses setores tornaram-se prioritários em sua ação evangelizadora, contando para isso com a participação efetiva dos leigos da Ação Católica, que vão exercer importante papel nesses movimentos. (OLIVEIRA, 1992, p. 48).

Portanto, ainda que o discurso da hierarquia insista em dizer que a Igreja estava preocupada com a situação de marginalidade e exploração em que vivia a classe trabalhadora, ao mesmo tempo havia a preocupação das crescentes forças políticas e religiosas, que poderiam passar além do seu controle. Desta forma, precisaria agir para combatê-las. Em declaração na *Mater et Magistra*<sup>28</sup>, o Papa João XXIII, conclama ao povo:

Entre o comunismo e o cristianismo, o Pontífice declara novamente que a oposição é radical. E acrescenta não poder-se admitir, de maneira alguma, que os católicos adiram ao socialismo moderado: tanto porque ele foi construído sobre uma concepção da vida fechada no temporal, com o bem-estar como objetivo supremo da sociedade, como porque fomenta uma organização social da vida comum, tendo a produção como fim único, não sem grave prejuízo da liberdade humana; como ainda porque lhe falta todo o princípio de verdadeira autoridade social. (2004, p. 12).

---

<sup>27</sup> Ainda segundo Marlúcia de Paiva Oliveira (1992, p. 73), “em 1950, a população rural representava 70% da população brasileira. Em 1960, esse índice baixou para 60% e, em 1970, essa relação já era invertida, estando em apenas 48%, evidenciando um grande êxodo rural e uma política perversa de concentração de renda”.

<sup>28</sup> MATER ET MAGISTRA. Carta Encíclica de sua santidade o papa João XXIII sobre a evolução da questão social. 12ª ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

A Igreja assumia uma postura claramente contra a infiltração do comunismo na sociedade, que era demonstrado através de seu trabalho junto à classe trabalhadora, como forma de barrar essa penetração. Para Willington Germano (1989), embora a Igreja desse ênfase ao combate ao comunismo, criticava também o capitalismo, como afirma Dom Eugênio de Araújo Sales no jornal A “Ordem<sup>29</sup>”: “Há os que admiram a Igreja patrocinar a sindicalização rural, mas é assim que os trabalhadores se livram dos enganos do comunismo e da pressão do capitalismo liberal [...]”. (Apud GERMANO, 1989, P. 33). Ainda o autor “em uma outra nota publicada em a Ordem, pode-se ler”:

‘Combatendo o comunismo não dizemos que tudo está correto na nossa organização política e social’. Pelo contrario, o capitalismo individualista tem determinado a mais revoltante exploração dos economicamente mais fracos. Procure conhecer como a Doutrina Social da Igreja quer estabelecer uma justiça social. (1989, p. 33-34).

Em nota, a Igreja tentava mostrar que além do comunismo, também condenava o capitalismo, mas em suas críticas não enfatiza nenhuma proposta de superação. “Desse modo, a Doutrina social da Igreja aparece como algo capaz de atenuar as injustiças do capitalismo e não como proposta de mudanças fundamentais nas relações de produção” (GERMANO, 1989, p. 34). Em seu pronunciamento, expressava nitidamente a abominação ao comunismo e tentando passar uma imagem de insignificância, desta forma, tentando enfraquecer a influência das forças políticas, consideradas, por esta instituição, como de esquerda ou comunista.

Na verdade, o que podemos perceber é que existia uma grande disputa na organização dos trabalhadores. Por um lado, estavam as Ligas Camponesas e o PCB; por outro, a Igreja Católica que ainda tinha que concorrer com o protestantismo, que vinha se expandindo. Para a Igreja, havia a necessidade de resguardar o catolicismo desses discursos políticos e religiosos.

Procurou consolidar um espaço de influência na sociedade. Tinha como instrumento eficaz a Ação Católica Brasileira (ACB), que foi criada em 1935. Esta

---

<sup>29</sup> Jornal editado pela Arquidiocese de Natal, RN.

passou a ser o braço da Igreja Católica brasileira nos setores leigos. Desenvolveu um papel preponderante na ação pedagógica renovadora da Igreja no meio social. Gramsci,

considera o aparecimento da Ação Católica como uma necessidade da Igreja criar um partido político para recuar o menos possível e se defender da visão laica, anticlerical, disseminada no mundo moderno, notadamente a partir de 1948, com a consolidação do liberalismo sobre o pensamento cosmopolita e papal do catolicismo. (Apud OLIVEIRA, 1992, p. 54).

A Ação Católica, sem ser um partido político, atuava como um verdadeiro partido da Igreja. Tornou-se uma divulgadora da política social do clero brasileiro, e, através de sua ação, a Igreja tentava controlar seus fiéis. Ainda, segundo Marlúcia de Paiva Oliveira (2000, p. 20), “esta instituição possuindo características organizativas próprias de um partido político, possuía também capacidade de controlar/organizar os fiéis, sendo por sua vez diretamente controlada pela hierarquia”.

Além da reorganização da ACB<sup>30</sup>, foi criada, em 1952, a CNBB, idealizada pelo Monsenhor Helder Câmara. A criação da CNBB foi muito importante para o povo nordestino, pois a maioria dos bispos pertencia ao Nordeste ou atuavam no Nordeste. Ainda o SAR, que foi fundado em Natal, Rio Grande do Norte, tendo núcleos de sindicalização em todo o Nordeste, foi considerado uma iniciativa moderna e progressista. Através de encontros e discussões, promovidos pela CNBB, tem início a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Paralelo ao trabalho da CNBB estava a Teologia da Libertação, que foi criada na década 1960 e que teve uma grande expansão e atuação na década de 1970, com sua ação voltada em favor dos pobres e excluídos. Embora a Igreja já desenvolvesse trabalhos sociais junto à classe trabalhadora, anterior ao

---

<sup>30</sup> Conforme Itamar de Sousa (1982, p. 30-31), “a Ação Católica Brasileira tinha desde 1947, como assistente o Padre Helder Câmara. Seu objetivo era procurar evangelizar a partir do meio ambiente onde o militante estava engajado, mediante uma análise da realidade conforme o método do ver, julgar e agir. Por isso ocorreu a sua departamentalização em vários setores, tais como a JOC, a JEC, JUC e JAC, cada um procurando atuar no meio estudantil secundarista e universitário, e no meio rural. Para orientar estes movimentos, os Bispos nomearam os padres mais preparados daquela época e, ao mesmo tempo, os de mentalidades mais abertas para as mudanças do mundo moderno”.

pronunciamento do Papa João XXIII, mas é a partir desse momento que essa instituição consolida seu trabalho junto a essa população. Como reforça Willington Germano:

A Igreja se preocupou com a “questão social” do Nordeste antes mesmo das encíclicas de João XXIII – *Mater et Magistra*, 1961, e *Pacem in Terris*, 1963 –, pois foram realizadas três reuniões para discutir o problema; a primeira em 1956, em Campina Grande e a segunda em 1959, em Natal, tendo sido realizada uma terceira em 1962, também em Natal. Não se deve esquecer, por outro lado, que o “medo” da Influência das Ligas Camponesas e do “comunismo”, junto às massas rurais, foi ponto importante para tomada de posição da hierarquia católica em favor da sindicalização. (GERMANO, 1989, p. 33).

O crescimento dos movimentos populares constituía uma ameaça para essa instituição, no sentido em que adquiriam um enfoque progressista e anticatólico; questionavam o caráter hierárquico da sociedade, e desafiava a visão de mundo dos católicos tradicionais. A partir dos anos 1950 a Igreja passava a adotar práticas pastorais mais progressistas junto aos trabalhadores, como também aos estudantes. Ambos já mantinham uma relação com as forças de esquerda que emergiam na sociedade.

O campo preferencial da ação da Igreja Católica iria ocorrer nas áreas rurais, visto que os trabalhadores deveriam se organizar em sindicatos ou em cooperativas, ou ainda buscar outros meios reivindicatórios. Para a Igreja, essa seria uma forma de combater o comunismo. Esses fatos contribuíram para que muitos líderes católicos reavaliassem o papel da Igreja Católica no Brasil. Conforme Hans Füchtner,

em novembro de 1959, por ocasião de uma conferência dos Bispos latino-americanos em Roma, o Papa João XIII exigiu que fossem elaborados planos de ação. Essa exigência foi repetida em novembro de 1961. O papa solicitou aos Bispos que demonstrassem aos governos dos seus países a urgência das reformas estruturais e as reivindicações das massas. [...] No Brasil, o Bispo Eugênio Sales, do Rio Grande do Norte, aproveitou a iniciativa e promoveu em 1960 o Serviço de Assistência Rural (SAR), uma organização beneficente da Igreja, destinada a fundar sindicatos. Sob a direção de Julieta Calazans foram fundados, até 1963, 48 sindicatos com 48 mil

membros; 16 dentre esses foram reconhecidos nessa época. (FÜCHTNER, 1980, p. 135-136).

Do Rio Grande do Norte, a campanha de sindicalização rural, iniciada através do SAR, expandiu-se não só pelo Nordeste, mas por todo o País. Como já foi mencionado, anteriormente, o primeiro sindicato de trabalhadores rurais sob a influência da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, foi na cidade de Serra Caiada em 1960; a partir daí expandiu-se por todo o Estado.

O Sar foi um órgão que, a princípio, tinha uma atividade educativa, foi responsável pela fundação das primeiras escolas radiofônicas, o MEB que iria atuar em nível nacional, principalmente no campo. Um outro esforço da Igreja nas áreas rurais acontece no sentido da elevação dos padrões educacionais dessa população. O analfabetismo no País supera os 50%; no Nordeste, três quartos da população não sabiam ler e nem escrever<sup>31</sup>.

Para a Igreja, um dos fatores que contribuía para a marginalização e exclusão desta classe do meio político-social era a falta de conhecimento e conscientização, e que, para promover as massas rurais, só seria possível através da educação, pois só a educação poderia proporcionar essa interação do homem com o meio social. Para Willington Germano:

[...] a educação assumia, então, um caráter instrumental e se propunha a expressar os interesses populares na medida em que procurava desvendar o quadro de “injustiça social” no qual estavam inseridos, fornecendo, assim, elementos que pudessem contribuir para a transformação da situação. A alfabetização de adultos e os movimentos de cultura popular constituíram-se nos pontos nodais de tal processo. (1989, p. 27-28).

Um mecanismo utilizado para pôr em prática essa filosofia foi através do MEB, que nasceu da experiência das escolas radiofônicas. Tinha uma equipe especializada para dar cursos, aos líderes rurais e treinamentos com as equipes de

---

<sup>31</sup> Conforme Cláudio Veliz (1970, p. 227), “na época do censo de 1950 a porcentagem total de analfabetos para o Brasil era de 52 por cento para os habitantes de mais de dez anos. Para alguns estados nordestinos as cifras eram: Alagoas, 72 por cento; Piauí, 74 por cento; Ceará, 60 por cento; Pernambuco, 68 por cento”.

coordenadores. Instituído e organizado sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e promovido no Nordeste, conforme Vanilda Paiva:

Ligado à CNBB, financiado pelo governo da União e em funcionamento desde 1961, o Movimento de Educação de Base começou a se caracterizar como um movimento de cultura popular-desenvolvendo uma metodologia própria a partir do seu segundo ano de atuação. Quando da proposta da criação do movimento, pretendia-se oferecer à população rural oportunidade de alfabetização num contexto mais amplo de educação de base, buscando ajudar na promoção do homem rural e em sua preparação para as reformas básicas indispensáveis, tais como a reforma agrária. (PAIVA, 1985, p. 240).

O MEB definia sua posição nessa luta colocando-se na defesa das classes subalternas. Tinha também a finalidade não só de alfabetizar, mas de conscientizar e de politizar através das escolas radiofônicas. Segundo Márcio Moreira Alves (1968, p. 70), a ação das equipes do MEB desenvolvia-se no sentido de dar assistência legal a formação de sindicatos e encaminhar sua documentação. Em 1963, a assessoria nacional se reúne no Rio de Janeiro para discutir a atuação do setor de sindicalização rural. “Decidiram que, [...] deveria concentrar-se na faixa de educação sindical e só participaria diretamente, em caráter supletivo, [...] onde não houvesse organizações sindicais capacitadas para desenvolver este trabalho”. (ALVES, 1968, p. 71).

Nesse sentido, o MEB tinha por objetivo proporcionar aos trabalhadores um aparelhamento sindical, mas, ao mesmo tempo não podia desviar totalmente os esforços de suas equipes de trabalhos educacionais. As equipes de sindicalização rural ligadas à Igreja Católica passavam a promover campanhas, que expandiram e ganharam destaque em todo o país. Na análise de Scott Mainwaring (2004, p.55), “a Igreja mudou em grande parte devido a ameaças externas, mas não foi somente através de ameaças à Igreja tradicional que os movimentos populares encorajaram as mudanças eclesíásticas”. Ainda prossegue o autor nessa discussão:

Eles também ajudaram a gerar uma nova consciência dos problemas fundamentais da sociedade brasileira, modificando assim a forma com que muitos líderes e instituições percebiam a sociedade.

Politizaram os problemas sociais que existiam há gerações, tornando o clero progressista mais consciente das injustiças sociais e da necessidade da Igreja de dedicar-se a elas. (MAINWARING, 2004, p. 55-56).

A partir do pontífice de João XXIII (1958-1963), o catolicismo procurou tornar-se mais complacente ao mundo moderno. “No entanto, continuou a manter muitos costumes, crenças e práticas tradicionais. Surgiram novas propostas, dentro da Igreja, mas as idéias antigas, ainda, têm revelado certa resistência” (MAINWARING, 2004, p. 10). Os diferentes grupos no interior da Igreja apresentam reações variadas. É das divergências políticas, internas, que vão originar os grupos católicos progressistas, com uma concepção diferente da hierarquia, de seu papel na sociedade e de seus interesses, que desejavam contribuir para a mudança da instituição, no sentido de uma Igreja mais ampla e popular. Conforme Scott Mainwaring,

é verdade que a Igreja modificou-se em parte para proteger interesses tradicionais no momento em que a sua influência entrava em declínio. Mas de igual importância é o fato dela ter mudado porque a luta política levou pessoas e alguns movimentos a ter uma visão de fé profundamente preocupada com os pobres e com a justiça social. Esses grupos tinham uma nova visão da missão da Igreja e estavam prestes a abandonar muitos dos interesses tradicionais em nome dessa nova concepção. (MAINWARING, 2004, p. 33).

As Encíclicas *Mater et Magistra* do Papa João XXIII, de 1961, e *Pacem in Terris* (1963) do Concílio Vaticano II, que tiveram uma grande repercussão no meio católico, desenvolveram uma nova concepção da Igreja. Promoveram a sintonia da Igreja com o mundo secular moderno e contribuíram para que parte da ala conservadora diminuísse a resistência aos trabalhos sociais que a CNBB vinha desenvolvendo e passasse a aceitar as mudanças da nova ideologia da Igreja no Brasil. Ainda foi discutida, no Concílio Vaticano II, a aproximação e atuação da Igreja com as classes marginalizadas, comprometendo-se em melhorar o destino dos

seres humanos na Terra e em promover a justiça social. Do Vaticano, o Papa João XXIII<sup>32</sup> declarava ao povo:

Enquanto nas mãos de poucos acumulavam-se riquezas imensas, as classes trabalhadoras iam gradualmente caindo em condições de crescente mal-estar. Salários insuficientes ou fome, esgotadoras condições de trabalho, que nenhuma consideração tinham pela saúde física, pela moral e pela fé religiosa. Sobretudo inumanas as condições de trabalho a quem eram freqüentemente submetidas as crianças e as mulheres. Sempre ameaçador o espectro do desemprego. A família, sujeita a contínuo processo de desintegração. (2004, P. 07).

Muitos bispos começam a se envolver de forma mais efetiva no quadro político e social, defendendo, perante as autoridades políticas, as reivindicações dos trabalhadores. O clero progressista e o laicato insistiam para que a Igreja desenvolvesse trabalhos para ajudar as massas. Segundo Scott Mainwaring,

um crescente número de padres criticava as estruturas e práticas sociais, inclusive o elitismo, a concentração de poder e de recursos econômicos nas mãos de uma pequena minoria, a pobreza de milhões de brasileiros, as limitadas oportunidades de educação e de mobilidade social do pobre, o sistema fundiário e as condições das favelas urbanas. (MAINWARING, 2004, p. 68).

A Mater et Magistra de 1961, dentre outras questões que favoreciam a classe oprimida, defendia o direito de sindicalização do trabalhador rural, como prossegue o papa João XXIII em seu discurso:

Nosso pensamento afetuoso e nosso paternal estímulo dirigem-se para as associações profissionais e os movimentos sindicais de inspiração cristã, presentes e ativos em vários continentes. Apesar de muitas dificuldades, por vezes bem sérias, eles têm sabido trabalhar e continuam a fazê-lo, a favor dos interesses dos trabalhadores e de sua elevação material e moral, tanto no interior de cada país como no plano mundial. (2004, p.33).

---

<sup>32</sup> Mater et Magistra- Carta encíclica de sua santidade o Papa João XXIII sobre a evolução da questão social – À luz da doutrina cristã.

O Concílio Vaticano II, do papa João XXIII, estimulava a Igreja a um novo relacionamento social com a população, uma vez que seu discurso e suas práticas tinham sido até então em prol de setores da classe dominante. A partir desse momento, a Igreja Católica passava a assumir uma nova postura. Segundo Zilda Gricoli Iokoi (1996), politicamente, tomava partido dos “humilhados e ofendidos”, denunciando a desordem estabelecida pelos governantes, com a falta de compromisso com as classes subalternas.

A Igreja passava a desenvolver trabalhos junto às classes populares. Na cidade, com os Círculos Operários; no campo, incentivando os trabalhadores rurais na organização de sindicatos. A questão agrária, a partir dos anos de 1950, passou a ser um dos principais planos de discussão na política, até mesmo do clero brasileiro. Nesse período, muitos trabalhadores sofriam pela falta de terra para trabalhar, sem falar da exploração no campo.

Embora a maior parte da Igreja fosse conservadora, alguns líderes religiosos começaram a apoiar as reformas sociais no campo, focalizando as péssimas condições de vida dos trabalhadores. Criticavam os grandes proprietários rurais e denunciavam a situação dos trabalhadores no campo.

Apesar do clamor da Igreja em defender a reforma agrária, parte do episcopado passou a defender que o problema no campo não seria a posse de terra, e sim, o desenvolvimento econômico, que afligia o homem do campo. E que para melhorar essa situação, só seria possível a partir da modernização dos grandes latifúndios, o que iria proporcionar uma condição melhor de vida dos trabalhadores rurais; ao menos proporcionava a harmonia entre os proprietários e os trabalhadores, acabando com os conflitos que existiam entre ambos.

Na verdade, como podemos perceber, era uma visão extremamente conservadora que só iria beneficiar os proprietários de terra, pois a modernização que chegara ao campo expulsara os trabalhadores e pequenos proprietários que não tiveram condições de manter-se na terra. Portanto, esse discurso entrava em choque com as Ligas Camponesas e os sindicatos fundados pelo Partido Comunista, que consideravam a pressão popular a melhor forma de promover a reforma social no campo.

A Igreja Católica no Brasil, na década de 1960, se encontrada profundamente dividida. Em sua maioria ainda era permanentemente conservadora, enfrentava fortes conflitos internos. De um lado, estava a ala da Igreja mais progressista, comprometida com uma transformação social mais radical; no outro, os tradicionalistas e ainda a direita católica. Muitos se mantiveram fiéis à concepção de fé católica tradicional e contribuíram para a instauração do Regime Militar.

Conforme a análise de Scott Mainwaring (2004), a revolução cubana causou profundos impactos na Igreja em toda a América Latina. Os conflitos entre a Igreja e o regime de Fidel Castro reforçou as mudanças dentro da Igreja Católica. A “ameaça comunista” mudou nitidamente as perspectivas da hierarquia da Igreja no Brasil em relação à reforma agrária. Segundo Gramsci (2001, p.193), “a Igreja está disposta a lutar apenas para defender suas particulares liberdades corporativistas [...] os privilégios que proclamam ligados à própria essência divina e que para a realização dessa defesa, ela não exclui nenhum meio”. O comunismo era visto pela Igreja Católica como um mal a ser combatido, pois considerava que ele e a ação de seus partidários eram responsáveis pelo enfraquecimento da instituição e pelo impedimento da sua ação pastoral com as classes subalternas.

Muitos padres passavam a se envolver com a sindicalização, entrando na luta para conquistar espaço político e ideológico e não perder a classe trabalhadora, principalmente a do campo. De acordo com Abdias Vilar Carvalho (1985, p. 93), uma arma utilizada pela Igreja Católica foi a sindicalização rural, “que em nome dos Direitos Humanos e dos valores cristãos eleva as Ligas à categoria de inimigo maior, por serem consideradas comunistas, pecado de que padecerão os grupos de esquerda no campo”. A Igreja abominava todos os movimentos que pudessem ameaçar sua base religiosa. Para Dalcy Cruz (1982), a expansão das Ligas e a atuação do PCB no campo foram os principais impulsionadores da atuação da Igreja na organização de sindicatos de trabalhadores rurais.

A Igreja passava a ser a nova parceira dos trabalhadores, defendendo e organizando em sindicatos, assumindo a bandeira da mudança, especialmente a da reforma agrária. Na interpretação de Roberto Romano (1979, p. 224), “de todos os pontos litigiosos entre o Estado e a Igreja, o mais grave é sem dúvida a reforma agrária. Para os fins da Igreja ela deveria ser implantada imediatamente, de modo

rápido e global”. O ano de 1963 e os primeiros meses de 1964 foram profundamente agitados com a crescente mobilização pelas reformas de base e especialmente pela reforma agrária.

Ainda em 1963 foi realizada a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, em Natal, no período de 15 a 20 de julho, contando com a presença de representantes de diversos Estados, em que foram discutidos a reforma agrária, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR); a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a previdência social para o homem do campo. Ainda nesse encontro ocorreu uma tensão entre os grupos cristãos, ficando os católicos da Ação Popular (AP) em oposição aos sindicatos diretamente ligados aos bispos.

Durante o ano de 1963, a AP aproximou-se mais da linha marxista, passando a agir quase sempre, em comum, com o Partido Comunista, chegando a formar uma Frente Popular. Portanto, a ala progressista que se fazia presente nessas mobilizações foi extremamente criticada pelas classes conservadoras, como também por setores da Igreja, liderada por Dom Sigaud. Foi dessa ala conduzida por D. Sigaud que saíram os católicos que contribuíram para a deposição de João Goulart, dando total apoio aos militares. Para Zilda Gricoli Iokoi,

o temor da hierarquia da Igreja de que os comunistas e as Ligas Camponesas estivessem gestando a revolução, aproximou as lideranças da Igreja dos militares, uma vez que ambos possuíam identidade na concepção do tipo de Estado a ser defendido com eixo na centralização e no conservadorismo. (IOKOI, 1996, p. 73).

Ainda a autora, (1996) para o setor conservador da Igreja Católica, além de impedir uma revolução socialista, os militares iriam corrigir os desvios que estavam em curso desde o governo de Juscelino Kubitschek, promovendo o apoio e, conduzindo manifestações que desencadearam ao golpe. O setor progressista não realizou nenhuma posição efetiva à marcha dos militares, mas apelava à Igreja e aos leigos cristãos para assumirem uma tarefa de comprometimento com os problemas da humanidade. O golpe militar de 1964 iria barrar as mobilizações, perseguindo, prendendo e torturando pessoas que eram consideradas como “subversivas”.

### 2.3 – MILITARES, IGREJA E SINDICATOS: A REPRESSÃO E A RESISTÊNCIA

O golpe militar contou com um grande apoio da Igreja Católica que via no crescimento das mobilizações a ameaça comunista, como também com muitos proprietários de terra e partidos políticos de direita. Com a instauração do novo regime, começou um período autoritário que reprimiu o movimento popular no campo. Os sindicatos de trabalhadores rurais foram fortemente reprimidos, muitos sindicatos chegaram a fechar, outros, como é colocado por Marcio Moreira Alves (1968), “ficaram com vida mais ou menos vegetativa”. Os militares proibiram qualquer tipo de mobilização. Os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, assim como os partidos de esquerda, principalmente o PCB, começam a sofrer forte repressão.

A partir do momento em que foi instaurado o regime militar passou a existir uma perseguição generalizada a todos os movimentos de reforma social. Ainda conforme Alves (1968, p.15-16), as classes que apoiaram o golpe de Estado, “não estavam interessadas em saber se a ameaça a seus privilégios parte de comunistas [...] de padres, de pastores, [...]. Onde quer que observem um fator ou uma organização de mudança, tratam de persegui-lo”.

Membros da Igreja Católica, que tinham apoiado o golpe militar, passam a questionar, chegando até mesmo a romper com o regime que tinham apoiado. Segundo Manuel Correia de Andrade (1987, p. 68), os trabalhadores rurais ganharam um grande apoio da Igreja Católica e de agremiações evangélicas, “à proporção que essas instituições se voltaram para os pobres e passaram a atuar no setor social amparando contra os ricos e poderosos”. As arbitrariedades praticadas pelos proprietários de terra, após o golpe militar, aprofundaram a atuação de instituições e movimentos religiosos nas áreas rurais, principalmente da Igreja Católica.

No campo, dezenas de trabalhadores foram assassinados, após a instauração do novo regime, sendo bem acentuado no Nordeste<sup>33</sup>, onde os conflitos

---

<sup>33</sup> Segundo Marcio Moreira Alves (1968, p. 75), “enquanto os camponeses começavam a viver, os latifundiários organizavam a reação. Chamavam seus aliados políticos dos partidos tradicionais, criavam fundos para a compra de armas e de homens, lançavam uma barragem de propaganda

de terras, entre o trabalhador e os proprietários de terra, eram constantes especialmente envolvendo pessoas que faziam parte das Ligas Camponesas<sup>34</sup>, as quais foram sendo combatidas, seus líderes presos e o movimento foi perdendo força. “Após o golpe militar, em muitos lugares, exigiam que os camponeses apresentassem a carteira rasgada para receberem o salário” (ALVES, 1968, p. 76). Era uma forma de os proprietários não cumprirem o estabelecido por direito aos trabalhadores.

Devido às tensões e conflitos no campo, e ainda as reivindicações dos trabalhadores rurais e pressões de partidários da reforma agrária, o presidente Castelo Branco envia ao congresso um projeto de reforma agrária em novembro de 1964, que será denominado de Estatuto da Terra. Setores progressistas da Igreja Católica orientavam os trabalhadores para que exigissem do Estado a aplicação do Estatuto da Terra, como também apoiavam e orientavam na sindicalização rural, definida no Estatuto do Trabalhador Rural.

A Igreja Católica tinha uma grande expectativa em relação ao cumprimento do Estatuto, que resolveria os problemas no campo. O projeto que foi enviado ao Congresso Nacional, que recebera o nome de Estatuto da Terra, foi elaborado por empresários e militares, destinado a realizar uma reforma agrária, em que não fossem confiscadas as terras dos grandes proprietários, mas que permitisse a ocupação e utilização das terras, ainda com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Conforme José de Sousa Martins,

o Estatuto abria acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fecha o acesso quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra: a reforma agrária beneficiaria preferencialmente lavradores com vocação

---

anticomunista. A Paz deixou de existir nos campos. Primeiro no Nordeste, depois no Rio Grande do Sul, finalmente na tradicionalista Minas Gerais, sucederam-se as invasões de terras, os conflitos violentos. Homens morriam e matavam. Os camponeses morriam muito mais do que matavam. A radicalização crescia, acirrada pelo medo, pelo ódio, pelos agitadores políticos. Neste clima, pela primeira vez na História do Brasil, o homem do campo lutava pelos direitos que os operários da cidade gozavam há tempo que até esqueciam terem um dia sido motivo de reivindicações e lutas: salário-mínimo, limite de horas de trabalho, repouso remunerado, férias, estabilidade no emprego e indenizações trabalhistas. A carteira do sindicato tornou-se uma carta de alforria”.

<sup>34</sup> A esse respeito ver REALIDADE RURAL. - Listas de mortos e desaparecidos após o golpe militar feita pela Contag. FETAESP, 1981. Assassínatos no campo – crime e impunidade: 1964-1985. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, 1986.

empresarial. Ao mesmo tempo, as desapropriações só ocorreram no caso de conflitos ou de tensão social grave. Entre 1965 e 1981, o governo federal baixou somente 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. O que dá menos de 8 desapropriações por ano, enquanto que o número de conflitos por causa de terra foi pelo menos 70 por ano. (MARTINS, 1984, p. 22).

Na verdade, essa reforma agrária no governo militar nunca aconteceu. Segundo Manuel Correia de Andrade (1987, p. 60), “o Estatuto procurava possibilitar uma reformulação fundiária e ao mesmo tempo desenvolver uma política agrária que levasse a agricultura brasileira a se enquadrar no modelo capitalista empresarial”. Ainda foram criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que ficaria encarregado da reforma na estrutura fundiária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), que ficaria à frente do processo de colonização.

Muitos trabalhadores, pequenos agricultores desapropriados de suas terras para a ocupação das grandes empresas, deslocavam-se de suas terras de origens e iam para áreas onde não haviam sido desmatadas ou terras improdutivas. Outros, quando não migravam para outras regiões, ficavam trabalhando nas próprias terras para o grande latifundiário. O IBRA e o INDA transformaram-se em um único órgão, sendo criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que após a junção dos dois, ficaria responsável pelo processo de colonização e estava vinculado ao Ministério da Agricultura.

Na interpretação de José de Sousa Martins (1985), o Estatuto da Terra foi uma forma proposta pelo Estado para manter um controle no organismo que lhe permita administrar os conflitos sociais no campo. Devido à pressão dos trabalhadores, acabou fazendo com que o governo o aplicasse para promover desapropriações por interesse social, mas inicialmente sua finalidade era permitir o controle e a administração das lutas pela terra.

A deficiência da aplicação do Estatuto fez com que a Igreja, na década de 1970, mudasse sua posição. Enquanto o capitalismo se expandia no campo com uma empresarialização da agricultura, era cada vez menor o número de desapropriações de terras, que estabelecia o Estatuto, aumentando o êxodo rural, provocando graves conflitos que envolviam a Igreja. Os confrontos com as forças

repressivas do governo em torno da questão da terra, acarretaram várias prisões de padres, bispos e agentes de pastorais.

O governo tentava garantir sua hegemonia no campo e era claramente contra a ação sindical, com detenções e prisões de líderes sindicalistas, aterrorizando a população que ali vivia. Conseqüentemente, as lutas pela terra foram se intensificando, agregando posseiros, trabalhadores rurais que tinham sido expulsos das terras ou resistiam à expulsão, parceiros meeiros e ainda o Movimento de Agricultores Sem-Terra<sup>35</sup> (Master), todos unidos com o objetivo de lutar contra o grande capital e em defesa da terra para trabalharem.

Não obstante, os conflitos no campo adquirem um nível elevado de violência, uma vez que o Estado defendia interesses internacionais, no sentido de dispor da territorialidade em troca de capital estrangeiro para seus empreendimentos, em que foram instaladas várias empresas no campo. Os conflitos, apesar da repressão e da censura, se multiplicaram rapidamente devido à redefinição da política fundiária em favor das grandes empresas.

A Igreja era vista naquele momento, pelo regime ditatorial como incentivadora dos movimentos sociais, o que foi motivo de repressão e perseguição aos membros do clero, permitindo uma aproximação mais explícita com os diferentes grupos partidários, em que representantes da Igreja passavam a atuar, embora houvesse dentro da própria instituição clérigos que eram contra a atuação da Igreja nos movimentos sociais. De um lado, estavam os partidários adeptos da Teologia da Libertação, que constituíam um grupo mais preocupado com o apoio às classes subalternas e contra as arbitrariedades praticadas pelos militares; de outro, as forças conservadoras, que se aproximaram do poder ditatorial e passaram a ser mais agressivas denunciando a subversão. Conforme Zilda Grícoli Iokoi,

em 4 de maio de 1977, D. Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, enviou à imprensa, às autoridades políticas e religiosas

---

<sup>35</sup> Segundo Zilda Grícoli Iokoi (1996, p. 73-74), “o Movimento de Agricultores Sem-Terra (Master), foi criado nos anos de 1960, articulando-se com o Partido Trabalhista Brasileiro. O Master constituía uma forte presença de assalariados rurais que trabalhavam nas grandes e médias propriedades e lutavam por terra para seu próprio cultivo. Era composto por agricultores que tinham perdido suas terras ou contratos de arrendamentos e posses, e que por meio de movimentos procuravam áreas para seu plantio”.

um relatório denunciando infiltração comunista em todas as partes e também na Igreja. Acusava explicitamente D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino, como os responsáveis pela crise entre a Igreja e o Estado. (IOKOI, 1996, p.119).

Mesmo após a instauração do regime autoritário, havia membros da Igreja que eram contra o apoio que muitos católicos passaram a dar aos grupos que faziam oposição ao regime e à atuação junto aos trabalhadores rurais, declarando apoio ao regime. Como coloca Kenneth Serbin (2004, p.104), “até o início dos anos 70, muitos bispos mantinham uma cautelosa, porém esperançosa atitude em relação ao regime, e permaneceram praticamente em silêncio enquanto católicos radicais eram presos e torturados”.

D. Sigaud era extremamente conservador; reuniu um dossiê acusando Dom. Casaldáliga de praticas comunistas e solicitando ao Estado sua expulsão do país. “Os conservadores elogiavam o golpe e condenava o comunismo, enquanto os progressistas defendiam uma critica mais dura ao novo governo” (SERBIN, 2001, p.102). Outros não tomavam partidos, enquanto que havia setores que estavam totalmente envolvidos e criticavam a ação dos militares e dos próprios setores conservadores da Igreja.

Os atos de atrocidades cometidos pelos militares fizeram com que muitos membros da Igreja Católica aderissem às causas populares. Muitos que tinham apoiado em 1964 o golpe militar passavam a em atuar em favor dos subalternos, aumentando o número de membros que faziam oposição ao regime e às suas praticas arbitrárias. A “cruz e a espada” entravam em profundos conflitos entre si.

Segundo Mainwaring (2004, p. 09), “a presença da Igreja Católica na política brasileira tem sido muito marcante, em que parcela da instituição estava vinculada ao Estado e às classes dominantes até 1964, entrando em atritos com o Estado durante as duas décadas seguintes ao regime militar”. Portanto, no final da década de 1960, alguns bispos passaram a denunciar a violência e as praticas de tortura, como também a política econômica adotada pelos militares que cada vez mais beneficiava os grupos que compactuavam com o regime. “Durante o período de maior repressão (1968 – 1974), a Igreja, com freqüência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender

os direitos humanos” (Mainwaring, 2004, p.9). Em um discurso em Paris, D. Helder Câmara denunciava a prática de tortura no Brasil, o que foi motivo para o governo desencadear uma forte repressão.

Em 1.º de maio de 1967 foi publicado um manifesto pela Ação Católica Operária (ACO), que referia a necessidade de uma política de combate a fome, a repressão praticada pelos militares, o desemprego e a humilhação humana, o documento era intitulado: “Nordeste, Desenvolvimento sem Justiça”, que era direcionado às autoridades para que desenvolvessem uma política desenvolvimentista na produção de alimentos, pois a fome no campo afligia o setor da Igreja. Ainda relatava no documento que o governo deveria investir na criação de empregos para a população e fazer com que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) fosse mais eficiente, atuando e adotando medidas para solucionar ou amenizar os problemas nas regiões mais necessitadas.

De acordo com Zilda Gricoli Iokoi (1996, p. 33), dentre outras questões discutidas no documento, “apelava aos patrões para que analisassem o que representou e o que representava cada operário na formação de sua fortuna, propondo uma reciprocidade entre esta e os benefícios produzidos pelos trabalhadores”. Ainda a autora, os sindicatos deveriam ser autênticos organismos de luta e promoção dos trabalhadores, dando a função reivindicatória como uma dimensão humana.

Seguindo em sua discussão, o manifesto ainda ressaltava que “uma Igreja verdadeiramente integrada no mundo e identificada aos homens, [...] não merecerá acusação de ópio do povo, porque se transforma em esperança e fonte de vida e continuadora de Cristo” (IOKOI, 1996, p.33). A Igreja se mostrava perante esse documento como uma força que lutava pelo desenvolvimento humano, sendo “mãe e mestra de todos”. Segundo Kenneth Serbin,

ela criticava o regime nas missas, procissões, panfletos, declarações à imprensa e pronunciamentos oficiais. As condenações proféticas dos bispos foram um divisor de águas. Não constituíram apenas inovações teológicas, mas declarações com a intenção de atacar o regime politicamente. Assim que o poder na CNBB passou para os progressistas, antigos membros da ACB e outros militantes retomaram a atividade em movimentos populares políticos e religiosos. A emergente Igreja progressista implementou uma série

de inovações importantes no âmbito político, como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e encorajou a formação de um movimento trabalhista independente. O projeto teórico da Igreja progressista foi à teologia da libertação, que enfatizava a transformação social como salvação. (SERBIN, 2001, p.106-107).

Relata D. Paulo Evaristo Arns (2000) que, embora exista um consenso entre os pesquisadores e estudiosos que a hierarquia da Igreja tenha desempenhado um papel fundamental na intervenção militar, engajando-se na campanha contra os comunistas, essa não era uma postura de toda a Igreja Católica. O Cardeal procura mostrar que, embora fosse uma minoria, já existiam bispos, sacerdotes, religiosos e leigos que assumiam uma atitude contrária. Aponta D. Helder Câmara e os movimentos leigos, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC) como engajadores na luta a favor dos oprimidos.

Segundo Marcio Moreira Alves (1968), muitos católicos, sacerdotes e leigos, foram presos e exilados; outros, no entanto, caminhavam para o radicalismo; enquanto outros retrocediam devido à repressão. A ação praticada pelos militares e a reação da oposição variou de Estado para Estado, de acordo com a situação de cada um. Os atritos entre os aparelhos repressores do Estado e representantes da Igreja Católica, multiplicaram-se. Ainda conforme o autor,

foi profundamente atingida a Ação Católica, sobre tudo a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), e a Juventude Operária Católica (JOC). A intensidade que estas organizações sofreram foi de tal ordem que os bispos foram obrigados a defendê-las da suspeita que contra elas se levanta de serem órgãos auxiliares do Partido Comunista. (ALVES, 1979, p.17).

Alguns padres e bispos reagiram desenvolvendo uma rede de resistência. A partir de 1968, com a instauração do AI-5, que foi o mais cruel de todos os atos, muitos membros da Igreja, que até então tinham apoiado o regime, passaram a perceber as arbitrariedades praticadas pelos militares, e a optar pela defesa dos oprimidos. Segundo Serbin (2001, p. 9), “a Igreja assume perante os militares, o

papel de ‘portadora dos que não têm voz’, defendendo e denunciando as mais brutais atrocidades e as injustiças cometidas pela ditadura”. Em represália a essa posição, os militares iniciaram uma forte repressão sobre os bispos e padres, sacerdotes e religiosos. Muitos foram perseguidos, presos e torturados, outros foram mortos pelo regime. Conforme Kenneth Serbin,

uma contagem parcial feita pela Igreja entre 1968 e 1978 documentou a prisão de mais de uma centena de padres, setes mortes e numerosos casos de torturas, expulsão de estrangeiros, invasão de edifícios, ameaças, indiciamentos, seqüestros, infiltração de agentes do governo, censura, proibição de missas e encontros, além de vários documentos e publicações falsificadas e forjadas. Trinta bispos foram vítimas da repressão. Padres enfrentaram processos por causa de sermões e críticas ao governo, alegadas participações em organizações subversivas, por darem guaridas a fugitivos, por defenderem os direitos humanos, por seu trabalho pastoral em movimentos e outras atividades. (SERBIN, 2001, p. 109).

Em um levantamento de presos políticos, percorrendo as prisões do Brasil e as inacabáveis listas de indiciados em inquéritos policiais-militares, feito por Alves (1979), verificou-se que em fins de 1964 a 1965, os cristãos perseguidos representavam um dos maiores contingentes de vítimas do regime militar. A Igreja se comprometeu de uma maneira muito profunda com a luta pela terra, ao lado dos trabalhadores, ao mesmo tempo, assumiu de maneira muito intensa o conflito com o Estado. Para os militares, o Estado agora teria mais um inimigo a combater: a Igreja.

O contato da Igreja com a classe subalterna passou a ser visto pelos militares como uma ameaça ao regime. Consideravam um ato de traição à “revolução” e que essa estava trabalhando com a oposição, com os que queriam comunizar o país em 1964. Acusava a Igreja de subversão e de abraçar o comunismo. Portanto, os órgãos de repressão tornaram-se mais violentos, muitos membros da Igreja Católica tiveram suas casas invadidas por militares – à procura de livros subversivos –, os quais chegaram a praticar atos de tortura. Mas a resistência tomou várias formas. Relata Kenneth Serbin:

Bispos, padres e militantes progressistas montaram um esquema para evitar a repressão contra si próprios e contra outros, desenvolvendo táticas específicas para escaparem da vigilância e da

agressão. Padres, bispos e freiras escondiam revolucionários fugitivos e outros indivíduos procurados pelas forças de segurança. Algumas dessas pessoas fugiram do país com a ajuda da Igreja. (SERBIN, 2001, p.123).

Muitos refugiados eram abrigados em escolas católicas. Os padres faziam o elo de contato com a família dos militantes. Até mesmo o confessor foi utilizado como tática para desviar a atenção dos militares. Era o local em que os clérigos passavam informações para a família dos refugiados e dos presos políticos.

Como podemos perceber, mesmo com toda a repressão militar ainda havia focos de resistência por parte da oposição que questionava o regime. Em 1973, foi realizado o 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag em Brasília, reunindo 700 delegados sindicais unindo diversos representantes dos Estados, em que os militares tentaram barrar a realização.

Os militares deixariam clara a proibição de qualquer discussão sobre reforma agrária, ameaçando colocar policiais dentro do Congresso. Mas diante da firmeza dos dirigentes sindicais, os militares não conseguiram impedir a realização. O evento contribuiu para que os trabalhadores lutassem contra a estrutura sindical vigente que era um empecilho para o avanço do sindicalismo no Brasil, controlado pelo Ministério do Trabalho<sup>36</sup>. Em contrapartida, aumentava a repressão contra as iniciativas do movimento sindical. A violência no campo ampliou-se principalmente nas áreas de fronteira agrícola, em que as grandes empresas disputavam o uso da terra.

A Contag sofreu fortes repressões, mas não se deixou abater; foi discutido no 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais a questão da reforma agrária e sobre a colonização, pois esta era uma questão condenada pelos dirigentes, pois deslocavam os trabalhadores rurais para uma região longínqua de sua origem; o desenvolvimento agrícola, a legislação rural, educação e previdência

---

<sup>36</sup> Para Manuel Correia de Andrade (1987, p. 65), “para dar o mínimo de assistência a essa população expulsa da terra, o Governo permitiu o desenvolvimento de um sindicalismo, controlado pelo Ministério do Trabalho, que fizesse reivindicações moderadas. Os sindicatos, sob controle, teriam que desenvolver uma política assistencial, evitando o envolvimento e a integração com os interesses das classes que representava”.

social rural. Ainda fora discutido sobre o Proterra, que era visto pelos trabalhadores como um retrocesso às suas conquistas.

Segundo Manuel Correia de Andrade (1987, p. 63), o Proterra foi criado no governo militar em 1971, após a pressão da classe trabalhadora rural; o governo criava este projeto de forma extremamente conservadora, através do qual, em algumas áreas do Nordeste, o latifundiário poderia oferecer parcelas de suas terras ao Incra para a instalação de parceleiros. Geralmente as terras que eram oferecidas para o Incra eram as menos valorizadas. Portanto, ocorria que muitos latifundiários quando recebiam a indenização colocavam parentes ou amigos seus nas terras, muitos nem se tratavam de agricultores, mas seria uma forma de receber as parcelas da indenização.

Dentre as diversas questões que foram discutidas no evento, as lideranças se posicionaram ainda a favor da ampliação dos benefícios providenciais, assegurando o direito ao auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, salário-família, seguro obrigatório de acidentes de trabalho, como também o reconhecimento da mulher trabalhadora rural pelo Funrural, que era o direito a aposentadoria. Propôs ainda o aperfeiçoamento da assistência médico-hospitalar e odontológica.

Os maiores conflitos ocorriam no campo, onde a Igreja defendia os trabalhadores rurais dos interesses dos grandes proprietários de terra e contra as autoridades. Embora houvesse clérigos que não compartilhassem com o trabalho, mas o setor progressista da Igreja teve uma atuação muito forte junto a essa população, defendendo e denunciando os abusos cometidos pelos militares, em consequência, muitos desses membros foram fortemente perseguidos, presos, torturados e mortos.

Houve uma repressão brutal no campo, onde os trabalhadores rurais sofreram as mais cruéis atrocidades e arbitrariedades. As perseguições, prisões, torturas e assassinatos de militantes e líderes sindicais eram constantes. “Entre janeiro de 1979 e julho de 1981, foram assassinados 14 líderes e agentes sindicais no campo, em todo o país, sem contar três líderes indígenas, metade na Amazônia” (ANDRADE, 1987, p. 58). Desde o período militar, muitos que fizeram parte dessa luta, até hoje, ainda se encontram desaparecidos, seus familiares não sabem se

estão vivos ou mortos, pois seus corpos não foram encontrados. Outros foram enterrados como indigentes ou em cemitérios clandestinos.

Todas as conquistas adquiridas foram resultados de muita ação, reivindicações, pois muitos sacrificaram a própria vida. Os sindicatos sofreram todo tipo de intervenção. Mesmo assim, os trabalhadores erguiam a bandeira sindical e estavam sempre na luta.

A Igreja Católica foi uma instituição que deu grande apoio aos trabalhadores rurais, no período militar, que eram uma classe que vivia em estado de opressão no campo. “A Igreja aparece nesse momento muito preocupada com os direitos das pessoas, com o fato de que existem direitos consagrados na lei, e direitos que não são respeitados na prática” (MARTINS, 1985, p.119). Sua atuação contribuiu para o avanço dos movimentos sociais junto aos órgãos de representação sindical, embora sofrendo fortes repressões, tendo seus momentos de avanços e recuos.

A partir do momento que a Igreja assume com clareza uma posição contra o Estado, e passa a atuar em prol da classe subalterna, logo o Estado procura desativar sua força política. Para José de Sousa Martins (1985), o golpe de 1964 tinha sido feito para tirar as populações rurais das mãos das esquerdas. Mas com a saída das esquerdas, entra em cena a Igreja Católica, embora ela tivesse entrado antes de 1964, mas é nesse momento que consolida sua atuação de forma mais efetiva e atuante, defendendo e penetrando em muitas regiões. Devido a sua ação e posição junto a essa população, passaria a ser chamada, vulgarmente, de progressistas. Portanto, ocuparia o lugar que antes estava nas mãos das forças de esquerda, mobilizando as populações pobres marginalizadas não só no campo como na cidade.

A Igreja Católica era vista pelos militares como um partido político, embora defendesse que não se tratava de um partido, uma vez que, a reforma agrária, era apreendida como uma demanda política. Para Martins (1985, p. 121), mesmo não sendo um partido político, ela atua e cria condições de base para que a população do campo possa se organizar. O apoio desta instituição foi de extrema importância, no sentido de permitir a mobilização sindical e a mobilização partidária

dos trabalhadores rurais. Não obstante, os militares trataram de desativar a função política e partidária que a Igreja acabou adotando, principalmente no campo.

A Igreja Católica, como instituição sociopolítica e religiosa, sua atuação tem variado de acordo com o tempo e o contexto histórico ao qual está inserida. Portanto, sua trajetória é marcada por avanços e recuos, ora com a classe dominante, ora com a classe dominada. Segundo Sérgio Henrique Rodrigues (2006, p.20), com a instauração do regime militar em 1964, “o governo reprimiu com violência os seus movimentos de base. Portanto, ela se vê obrigada a mudar o seu posicionamento em relação ao Estado. Para os militares, lugar de padre era na sacristia”.

Analisando o período militar no Brasil, o trabalho, principalmente do exército, foi extremamente prepotente e violento até 1979, o número de conflitos e de violência no campo cresceu em um nível surpreendente neste mesmo ano. Somente foi amenizado com o processo de anistia e abertura política, que foi uma conquista das classes populares que estavam nas ruas reivindicando. Daí a razão da pesquisa delimitar de 1964 a 1979.

A expansão do capitalismo no campo foi acompanhada pela intensificação da luta dos trabalhadores rurais. Num certo sentido, a mobilização da população do campo, tira-o do isolamento político e do anonimato, assumindo uma identidade política. O golpe de 1964 teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais. Pela primeira vez em sua história ingressavam no cenário político,

### *III- Capítulo*

## *A luta sindical*

“Os trabalhadores, por ser uma classe contraditória, a outra face da dominante, nunca fora lembrada, sendo explorado, ficando a margem do quadro político e social da sociedade”.

(CRUZ, Dalcy da Silva).

### 3.1 – NASCE A BANDEIRA SINDICAL: OS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NO SERIDÓ

A sindicalização no Seridó está relacionada ao Movimento de Natal, com a presença do então bispo auxiliar Dom Eugênio Sales, e outros sacerdotes que estavam empenhados na difusão da doutrina social da Igreja, tentando mostrar que é de sua preocupação a promoção do “homem comum”. Para Ferrari (1968), “tratar do Movimento de Natal, implica mencionar três sacerdotes: Monsenhor Paulo Herôncio de Melo, o Cônego Luiz Monte e o bispo de Caicó Dom Manoel Tavares<sup>37</sup> que ficou conhecido por suas realizações no campo social”.

A Diocese de Caicó foi criada em 1940, abrangendo todo o Seridó, tendo como primeiro bispo Dom José Delgado, que desenvolveu vários trabalhos na região, tornando-se conhecido por sua atuação em favor da população pobre desta cidade. Antes do advento dos sindicatos, a Igreja, além de desenvolver obras pastorais, realizava trabalhos sociais.

Dom José Delgado foi responsável pela fundação de várias escolas primárias, uma escola doméstica, criação de ambulatórios e serviços de distribuição de vestuários e ainda doação de alimentos no período de seca. Desenvolveu atividades junto aos círculos operários e às cooperativas. Devido ao trabalho de Dom José Delgado, o Seridó passou a formar o maior bloco cooperativista do Estado<sup>38</sup>. Na cidade de Currais Novos, havia o pároco Monsenhor Paulo Herôncio de Melo, que dava assistência às crianças pobres. Mas a ação da Igreja não se limitou apenas a essas atividades.

Através de D. Eugênio de Araújo Sales, o bispo da Diocese de Caicó, D. Manoel Tavares, articulou-se com os párocos da região para que fosse desenvolvido o trabalho de sindicalização no Seridó. Portanto, realizou-se em Currais Novos o

---

<sup>37</sup> 3º Bispo da Diocese de Caicó, que se estendia por toda a região do Seridó e que estava envolvido com a sindicalização do trabalhador rural. Fundador da Rádio Rural de Caicó AM em 1963. Assumiu a Diocese de Caicó em 1959, permanecendo até 1978.

<sup>38</sup> “A semelhança que apresenta, sob alguns aspectos, o trabalho de Caicó e o Movimento de Natal em sua FASE URBANA deve-se, também, a nosso ver, à influência da L. B. A. (Legião Brasileira de Assistência) e do SERAS (Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social) que passaram a colaborar com uma série de obras iniciadas já antes pela Igreja. Não resta dúvida, porém, que até por volta de 1950, o “movimento de que se falava era o de Caicó e não o de Natal”. (FERRARI, 1968, 53).

primeiro curso de líderes rurais do Seridó em 1962. Era ministrado por Clérigos e leigos, como padre Ausônio Tércio e Itan Pereira e das professoras Célia Vale, Julieta Calazans e Severina Porpino. Os temas abordados foram: visão do Nordeste, Doutrina Social, Cooperativismo, Educação de base e sindicalismo rural<sup>39</sup>.

Em 1963 era fundado o primeiro sindicato na cidade de Caicó, sob a orientação da Igreja Católica, com a denominação de sindicato dos Produtores Autônomos de Caicó. No entanto, com a luta iniciada na década de 1970 pela diretoria de então, através de uma Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de outubro de 1972, mediante o processo n.º 18.831/76 foi expedida uma nova Carta Sindical em 08 de maio de 1980, em que essa entidade adotaria o nome de Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.

Na época, a situação do trabalhador rural era muito difícil, pois no período de inverno os trabalhadores ficavam envolvidos com a plantação dos roçados e campos de algodão, sendo muito explorados pelos proprietários de terra, recebendo como forma de pagamento um valor muito baixo. Trabalhava com o sistema de parceria e sempre saía perdendo para o proprietário da terra. Segundo o trabalhador Sinval Soares Dantas,

na fazenda Dominga, município de Caicó, que eu nasci e me criei o sistema de trabalho [...] quem trabalhava como vaqueiro, queijeiro, ele tinha uma “ordenaria” não era um salário, pois naquela época ninguém falava em salário, mas tinha uma diária que correspondia a um valor “x”. Agora os trabalhadores que trabalhavam na plantação de roçado, na época do inverno eles dividiam a meia de sua produção e quando entrava a época de estiagem, que era o período que não chovia, então o patrão tinha aquelas diárias para eles trabalharem semanalmente recebendo também uma quantia “x”<sup>40</sup>.

Na região do Seridó, o sistema de trabalho que mais vigorou foi o de parceria, em que era dividida a produção com o proprietário da terra, mas essa relação de trabalho não impossibilitou o aparecimento de outras formas, inclusive a salarial, como relata Expedito Jorge de Medeiros: “quando não tinha o trabalho de

---

<sup>39</sup> Nota do Jornal A Folha do dia 7 de julho de 1962. Página 01.

<sup>40</sup> Entrevista concedida à autora em 12/12/2006. Trabalhou no regime de parceria – meia e como vazanteiro. Atualmente é presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.

limpar mato e nem de colheita, às vezes a gente trabalhava assalariado. Os que trabalhavam contínuo como aqueles que lutam com gado, botando ração ou tirando leite recebiam um valor fixo<sup>41</sup>". Essa forma de pagamento favorecia ao proprietário, pois era um valor muito defasado, o trabalhador por falta de opção acabava aceitando e permanecendo na terra. Havia muitos conflitos entre os trabalhadores rurais e os proprietários devido à exploração.

Em muitos locais de trabalho existiam os "barracões", que eram um estabelecimento de venda dos proprietários; devido à distância para a cidade, muitos trabalhadores rurais, na maioria das vezes, tiravam essas diárias em mantimentos. Outros eram praticamente obrigados a comprar nos chamados "barracões", pois recebiam um vale que correspondia a um valor determinado que o trabalhador poderia comprar. Quer dizer, o proprietário acabava pagando o trabalhador/morador em mantimentos e muitas vezes ainda ficava devendo ao proprietário, devido ao preço da mercadoria, muitas vezes um produto inferior com um preço elevado. Este tipo de exploração acaba retirando do trabalhador tudo aquilo que lhe foi pago. Relata Expedito Jorge de Medeiros que,

na Caatinga Grande, município de São José do Seridó existia um barracão, que pertencia à companhia de Medeiros e Dantas, de Jardim do Seridó. Quando eu tinha dezoito anos eu fui convidado para trabalhar lá no barracão, eu passei três dias lá fazendo um estágio, mais com a exploração que eu notei que existia, então eu só passei os três dias e não fui mais lá. No barracão você trabalha, mais vai te fornecendo, as vezes o produto nem tem qualidade, e o preço, é o que o dono determina. Trabalha demais e continua sempre devendo.

Como podemos perceber, a situação dos trabalhadores não era nada fácil; viviam em condições de extrema pobreza e exploração. Muitos ainda eram roubados pelos próprios patrões, e quando iam reclamar eram ameaçados de perder o

---

<sup>41</sup> Para Expedito Jorge de Medeiros, ao se referir ao salário que era pago pelos proprietários aos trabalhadores rurais não se tratava do salário-mínimo estabelecido pelo governo federal, mas de um valor que o proprietário atribuía, sendo inferior ao mínimo. Os trabalhadores iniciavam às 6 horas da manhã e só paravam às 6 da noite e no caso daqueles que cuidavam do gado, geralmente começavam de madrugada e só terminavam à noite.

emprego. Geralmente as propriedades tinham um número grande de trabalhadores. Segundo relata Sinval Soares que um dos piores momentos era na época da seca:

Devido ter a vacaria precisaria de muito capim, na época da seca para o gado se manter na questão do leite, então, como os moradores tinham aquela turma de pessoas que era plantadores de capim, um açude muito grande o caba passava a semana todinha plantando de um lado, na outra semana plantava o outro e dessa forma ia se virando com a seca. Uma outra turma era no roçado de algodão que já estava ficando velho, ele destocava, arrancava para fazer um replante.

No período de seca, a situação do trabalhador rural era muito crítica, pois não podia plantar pela escassez de chuva, portanto, ficava se virando com qualquer trabalho que ia aparecendo nas fazendas. A fome se alastrava no campo, o trabalhador se via numa situação difícil ou aceitava a oferta do proprietário, ou partia para a cidade em busca de emprego. As famílias na região do Seridó se constituíam em um número elevado, muitas tinham 10, 12 e até 20 filhos.

Para a alimentação dos animais eram utilizados o xique-xique e o cardeiro, queimados, para substituir o capim, enquanto o inverno não aparecia. Esta prática atualmente ainda permanece na região do Seridó no período de seca, substituindo a ração ou misturado com o alimento que é dado ao gado.

Havia uma redução do número de trabalhadores nas propriedades, no período de estiagem, o que barateava a mão-de-obra. Na verdade, no período de seca quem mais sai perdendo é a camada pobre, que não dispõe de reservas para se manter na estiagem. Portanto, beneficia-se da seca a camada de renda mais elevada – proprietários, comerciantes e outros. A seca é a oportunidade de adquirir a terra e o gado dos agricultores pobres, por preços muito baixos, pois não têm condições de manter seu gado e a terra. É também o momento oportuno de exploração, por parte dos grupos dominantes, principalmente no período de política, que prometem resolver esse quadro quando forem eleitos, estratégia utilizada como forma de angariar votos, sem contar que são distribuídas cestas básicas para a população pobre.

Como forma de amenizar ou eliminar os conflitos sociais no campo o governo procura investir nos programas de emergência<sup>42</sup>, mas nem sempre resolve essa situação, como é colocado por Sinval Soares Dantas:

Existiam vários sistemas de emergência, teve gente que foi trabalhar em frente de serviço, como teve gente que foi para Acari trabalhar, outros nas estradas daqui para Jucurutu. Em outras emergências a gente trabalhava nas próprias propriedades, alistava três pessoas. Eu tinha uma terra arrendada no meu nome que papai arrendou, eu vim alistei dois irmão meu e uma outra pessoa que trabalhava lá e eu fiquei de fora.

Os trabalhadores que participavam das emergências recebiam uma feira de gêneros alimentícios – o que corresponde hoje a uma cesta básica –, e uma quantia em dinheiro e prestavam serviços na propriedade. Devido à escassez de alimentos, estes eram distribuídos através de “Alimentos para a Paz”, que era um dos programas da Aliança para o Progresso<sup>43</sup>, que teve uma grande atuação no Nordeste, e que contou com o apoio da Igreja Católica. Embora apoiando a Aliança para o Progresso, em alguns momentos, membros do clero, como também os trabalhadores, direcionavam diversas críticas ao programa, como, por exemplo, em relação à cesta básica, que era distribuída, no período de seca, à população pobre, devido não atender a gastronomia sertaneja, como é colocada pelo padre Itan Pereira:

O povo só quer feijão, farinha e rapadura... Alguns prefeitos da região estão encontrando dificuldade com os chamados “Alimentos para a Paz,” do governo americano, como se sabe, pelos convênios assinados pelos prefeitos podem contratar trabalhadores para pagamentos em alimentos, e parte em dinheiro. Mas os Alimentos para a Paz consta de trigo, óleo, fubá, leite e búlgur. A nossa

---

<sup>42</sup> O programa de emergência, também denominado de Frente de Trabalho era uma política governamental para dar assistência à população acometida pela estiagem climática – as tradicionais secas do Nordeste brasileiro.

<sup>43</sup> Era um programa de política externa dos EUA criado no início da década de 1960. Representou o enfrentamento do “perigo comunista” que teria emergido com a Revolução Cubana de 1959. Ainda Segundo Marlúcia de Paiva Oliveira (1992, p. 259), “havia uma preocupação com a possibilidade de irromper na região uma revolução inspirada no modelo cubano. A ascensão política de Miguel Arraes, em Pernambuco, e Djalma Maranhão, no Rio Grande do Norte, apoiados pelo conjunto das forças de esquerda, contribuiu para “acelerar” essa preocupação”.

pobreza não está acostumado com esses “artigos”, que não pode ser vendido nem trocado. A parte do dinheiro não dá nem para comprar o tempero é daí o problema. Muita gente tem dito: eu não quero esse tal de “brugue” [...], que não dá nem para matar a fome de ninguém. Na verdade, o nosso pobre é criado com feijão, farinha e rapadura... Não sabe comer outra coisa...<sup>44</sup>

Os proprietários de terra saíam sempre com vantagens. Muitos convenciam os trabalhadores rurais para que não deixassem as propriedades e se alistassem nas emergências para trabalhar em suas terras. Houve casos de grandes proprietários de terra se alistar e colocarem seus familiares; recebiam da mesma forma que os trabalhadores rurais e ainda conseguiam um número de trabalhadores para suas terras<sup>45</sup>. Ainda, Segundo Sinval “em uma outra emergência, só era dado à cesta básica, a comida para trabalhar”.

Os sindicatos de trabalhadores rurais surgiam para tirar o homem do campo dessa situação crônica em que viviam. Mesmo contando com o apoio da Igreja Católica, tiveram muitas dificuldades para trabalhar. Decorrentes de suas condições financeiras, se constituíam de forma precária e tinham pouca aceitação por parte dos políticos, que eram, em sua maioria, proprietários de terras.

Não tinham um espaço físico, as reuniões geralmente aconteciam numa escola, em casa de algum membro do sindicato, na Igreja ou nos Círculos Operários Cristãos. O sindicato de Caicó foi o primeiro a ser fundado na região do Seridó, em maio de 1963, reconhecido oficialmente pelo Ministério do Trabalho em dezembro do mesmo ano.

Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo, pároco da Diocese de Caicó, foi quem orientou as primeiras reuniões, com o intuito de despertá-los para uma tomada de consciência da sua dignidade humana, também mostrando ao trabalhador rural a importância da criação dos sindicatos. Seu primeiro presidente, Antônio Bernardino

---

<sup>44</sup> Nota do Jornal A Folha em abril de 1966, por padre Itan Pereira da Silva, que pertencia à Diocese de Caicó.

<sup>45</sup> Conforme Jorge Coelho (1985, p. 35-36), “as Frentes de Trabalho foi uma forma que o governo encontrou para subjugar o Sertão ao implementar tão desastrosa medida que somente contribuiu para a demagogia política, para a corrupção e até para a desmoralização do sertanejo. Elas se tornaram a mais vergonhosa fonte de corrupção de nossa história, humilhando o sertanejo, e enriquecendo os inescrupulosos aproveitadores da miséria alheia”.

de Sena, foi acusado de ser comunista e sofreu muitas ameaças por parte dos proprietários de terra, como também membros da Igreja Católica, que estavam comprometidos com a sindicalização rural.

Segundo Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo, tratar de sindicato naquela época era, de certo modo, entrar em choque com os comunistas – as Ligas, consideradas pela Igreja como comunistas – porque eram eles que estavam à frente de muitos sindicatos importantes, até mesmo pelo anseio de poder, no sentido de controlar a classe trabalhadora.

Na região do Seridó existia um pároco que desenvolvia trabalhos na zona rural, que era o padre Ernesto da Silva Espínola, que conhecia a realidade dessa população. De acordo com o depoimento de Sebastião Arnóbio de Moraes<sup>46</sup>, que acompanhava o padre Ernesto nesse trabalho “[...] ele foi sempre um homem comprometido com o trabalho junto ao homem do campo, e orientando esse trabalho de sindicalização aqui na região do Seridó”. Portanto, ao iniciar o trabalho de sindicalização não teve dificuldade, pois já pertencia às paróquias de Cruzeta, Ouro Branco e São José do Seridó.

No entanto em Ouro Branco foi mais difícil, devido não haver nenhuma atividade com a população urbana; a maioria da população se encontrava na zona rural. O acesso a certas localidades acabava atrapalhando o trabalho. Quando o rio enchia, dificultava a passagem, ficava praticamente impossibilitado de, até mesmo, de celebrar uma missa, visitar as comunidades ou ir à capela.

Em Ouro Branco, como a maioria da população vivia na zona rural, as primeiras orientações sobre sindicato foram realizadas nas comunidades rurais, geralmente ocorriam à sombra de grandes árvores, depois passaram a ser realizadas na residência de algum trabalhador rural. Enquanto Dom Manoel Tavares desenvolvia trabalhos de formação com a juventude na cidade, padre Ernesto encarregou-se de fazer um trabalho mais ligado ao homem do campo, visitava as comunidades, orientava os trabalhadores rurais; passava informações sobre seus direitos, para poderem, posteriormente, criar os seus sindicatos.

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida à autora em 19/07/2006 na cidade de Jardim do Seridó. Secretário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Jardim do Seridó. Acompanhou o padre Ernesto desde 1964 no trabalho de sindicalização na região.

Na cidade de Cruzeta, anterior a institucionalização do sindicato em 1963, o padre Ernesto promoveu a festa da colheita em 1960, contando com o apoio da Juventude Agrária Católica (JAC). Aquele era um momento em que o homem do campo celebraria a páscoa e agradeceria a Deus pelos alimentos advindos da terra, através da agricultura.

Nesta semana em que comemoravam a festa da colheita, os padres se reuniam com os trabalhadores rurais e discutiam questões relacionadas aos seus direitos e deveres, em relação aos sindicatos; ainda eram lidas algumas partes da Bíblia. Ocorre neste evento a celebração de uma missa Solene em Ação de Graça pelo Trabalhador Rural, confissões e batizados. O altar é decorado com produtos naturais, como milho, melancia, melão, coqueiros, ou seja, com os produtos que são típicos da região.

Havia uma passeata em que os trabalhadores saíam com seus instrumentos de trabalho, como enxada, pá e outros. Levavam ainda muitos produtos que brotavam da terra, como cachos de bananas, jerimum, milho, feijão etc. No final da festa, os objetos que eram ofertados pela população, eram leiloados e o dinheiro arrecadado seria para pagar a despesa da festa, das capelas e das paróquias. Esta mesma festa foi realizada em Lagoa Nova e em Ouro Branco, quando padre Ernesto fazia parte da paróquia destas cidades sendo que, a realização em Lagoa Nova é anterior ao evento em Cruzeta, quando padre Ernesto era auxiliar da paróquia de Currais Novos.

Como podemos perceber pelo trabalho desenvolvido pela Igreja Católica, paralelo à orientação e fundação dos sindicatos, estava a ação evangelizadora. A Igreja atuava, também, no sentido de evangelizar e politizar, uma vez que ao se reunir com os trabalhadores rurais, para discutir a criação dos sindicatos, era feito o convite para que os trabalhadores participassem das missas, que fossem se confessar e levassem seus filhos para serem batizados. “A manutenção das ‘práticas habituais’ é a condição necessária para a sobrevivência da religião, pois elas constituem a forma essencial das relações culturais entre os fiéis e Deus” (PORTELLI, 1984, p.132). A Igreja utilizou-se de diversas estratégias para manter o controle de seus fiéis, para que os mesmos não fossem desviados por outras religiões.

Ainda a Igreja trabalhava na criação de paróquias. Um exemplo foi a criação das paróquias de São José, de Caicó, e a de Nossa Senhora dos Aflitos, em Jardim de Piranhas, em 1966, por Dom Manuel Tavares, bispo até então da Diocese de Caicó. Desta forma, fortalecia o catolicismo na região e reforçava a devoção aos santos, realizando as festas religiosas de padroeiros nas cidades, com a finalidade de levantar recursos financeiros para sua manutenção.

Para a Igreja Católica, o trabalho de sindicalização realizado por ela na região do Seridó, seria mais um dos diversos que a instituição tem feito em favor da população pobre. Procura defender-se em relação às críticas que são feitas ao período de fundação dos sindicatos, que é vista, por muitos estudiosos e pesquisadores, como uma forma de manter a influência no campo e tirar seu adversário de cena. Conforme é colocado pelo Monsenhor Ausônio Tércio,

muitas críticas são feitas em relação à aproximação e ao trabalho que a Igreja passava a desenvolver junto aos trabalhadores rurais na realização dos sindicatos, como um ato de oportunismo político, e que a Igreja no Brasil está sempre jogando com oportunismo. O que existe no Brasil é um desconhecimento da Igreja, pois o apoio da Igreja às organizações e associações é muito antigo, a Igreja sempre esteve do lado da população pobre.

Em suas palavras, procura mostrar que não existiam atos de oportunismo, na verdade estavam querendo promover, principalmente, o homem do campo, no sentido de orientar e organizar os trabalhadores. Portanto, lutar pelo sindicalismo era algo normal nas preocupações da Igreja. Ainda Monsenhor Ausônio Tércio:

A Igreja no Brasil pode até ter errado quando não teve energia suficiente em alguns momentos para defender [...], mas a Igreja sempre procurou elevar os necessitados, basta ver todo o esforço educativo da Igreja, a vida de muitos santos é a vida de instituidores em educação, nas escolas. Nos mosteiros, os monges já desenvolviam a prática da agricultura, tinham a hora para rezar e a hora de trabalhar. Por isso que a idéia de ir ao povo não é de se surpreender. Mesmo que em algum momento a Igreja estivesse com as lideranças, mas muitas vezes estando com as lideranças era uma forma de ajudar a todos.

Embora exista um consenso, até mesmo entre pesquisadores e pessoas que estavam envolvidas com o sindicato, parte da Igreja Católica insiste em dizer que não existia em seu trabalho um ato de oportunismo, como forma de aproximar-se da classe trabalhadora e manipulá-la, para que ela não se aproximasse dos comunistas, como era visto pela Igreja. Assim, o sindicalismo cristão não era necessariamente um contraposto ao comunismo, como forma de tirar as Ligas de cena, mas uma forma de promover o homem do campo, dando melhores condições de vida.

Segundo Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo a Igreja procurava dar uma direção política aos sindicatos, no sentido de os trabalhadores serem cidadãos independentes e que deveriam dar o voto pensado, que contribuísse para a melhoria da classe trabalhadora, mas, segundo o mesmo, nem sempre acontecia. Relata que “houve um caso em Caicó de um presidente do sindicato de trabalhadores rurais, que saiu candidato a vereador, nesta época o sindicato já tinha mais de dois mil sócios, somente seiscentos votaram no candidato do sindicato”. Muitos trabalhadores pressionados pelos padrões acabavam votando contra seus próprios interesses.

Ainda conforme Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo, assim como havia padres que se preocupavam com a promoção do homem do campo, existiam clérigos que eram contra o trabalho de sindicalização que a hierarquia da Igreja desenvolvia junto aos sindicatos, pois os sindicatos eram vistos como comunistas. Alguns que não eram adeptos da sindicalização expressavam de forma evidente outros não.

Relata que havia um padre na região do Seridó que era contra o trabalho de sindicalização, devido ter morado vizinho à Rússia, na Polônia, e os poloneses receberam o comunismo à força, com o golpe de Estado. Mas esta não era uma posição da maioria do clero. Procura mostrar, em seu discurso, que a criação dos sindicatos partia da preocupação da Igreja para com o homem do campo e não de uma forma de barrar o comunismo.

Mas nas palavras do Monsenhor Ernesto da Silva Espínola, que também esteve empenhado na sindicalização rural no Seridó, podemos perceber que existe

uma divergência de discurso entre os membros da instituição, enfatizando a preocupação que a Igreja tinha em barrar o comunismo:

Dom Eugênio Sales ao perceber que os sindicatos comunistas estavam crescendo, então ele criou os sindicatos da Igreja Católica, então ele pediu a Dom Manoel Tavares para fazer esse trabalho e começamos a trabalhar reunindo os trabalhadores rurais, que os trabalhadores precisavam criar uma organização, que eram os sindicatos.

Relata, ainda, Monsenhor Ernesto Espínola que a Igreja, nessa época, estava muito parada, envolvida mais com questões religiosas e na parte social não havia quase nada. A partir da expansão dos sindicatos comunistas, começa a criação dos sindicatos católicos que foram se expandindo por toda a região do Seridó e criados justamente para contrapor os sindicatos comunistas que surgissem no Estado, que eram os sindicatos fundados pelas Ligas Camponesas. O padre Ausônio Tércio procura justificar essa divergência:

Havia o medo do comunismo, principalmente de envolver o Rio Grande do Norte, onde tinha havido em 35 a revolução comunista. E a reação contra naquele momento foi muito violenta, muitas pessoas foram perseguidas, tiveram que deixar o Estado e se refugiar na Paraíba e as famílias ficaram assombradas, não queriam o comunismo de forma alguma.

Em sua justificativa, tenta mostrar que a preocupação de alguns membros do clero, em relação ao comunismo partia do que ocorrera no movimento denominado Insurreição Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte, e que embora exista dentro da Igreja a preocupação de combater o comunismo, mas que esse discurso não cabia naquele momento em que as Ligas Camponesas emergiam:

Se alguns cristãos ou até padres viam no trabalho de sindicalização uma barreira contra o comunismo [...] é preciso recordar que o sindicato era também uma realização cristã. Agora, se alguns padres e alguns leigos e principalmente proprietários de terra etc. viram no sindicato só uma forma de escapar do comunismo ou uma barreira diante do comunismo possível; outros cristãos que viram na

realização sindical um cumprimento da chamada doutrina social da Igreja. [...] as Ligas nasceram também de uma idéia cristã, as irmandades, que Julião soube modernizar. Agora se as Ligas foram manipuladas pelo PCB ou por outros políticos, é um fato, não nasceram para ser, nasceram como uma última resistência do oprimido.

Dando prosseguimento a seu discurso, não havia a necessidade de combater as Ligas porque se tratava de um movimento que tinha sido criado com apoio de congregações cristãs. Ao perceber que o governo e os partidos políticos tentavam manipulá-los, a Igreja entra nesse cenário para defender os trabalhadores. Os sindicatos deveriam ser livres, ao contrario do que ocorre; são controlados pelo Ministério do Trabalho, atrelado pela lei. Portanto, a atuação da Igreja com os trabalhadores rurais, seria uma forma de promover o homem do campo. Segundo padre Ausônio Tércio,

promover seria Libertar o homem da fome, da ignorância, dar condições de ter casa para morar, comida para comer e uma vida familiar, educação para seus filhos. Nós queríamos que o homem voltasse as suas dignidades. Acabar com a parceria, a meia, pois pela meia era sempre o trabalhador que perdia.

Na verdade, a situação no campo era bastante crítica e o trabalhador na maioria das vezes, trabalhava com um “capital” emprestado, e mesmo quando a safra não era boa, quem iria arcar com todo o prejuízo seria o pequeno produtor que ficava endividado nos bancos. Mas devemos nos remontar que a Igreja foi uma instituição que deu grande apoio aos militares, quando o governo tentava implementar as reformas de base. A esse respeito ainda relata:

Havia uma luta pelas reformas de base. Será que o país estava em condições de fazer as reformas de base ou foi um sonho apressado de Goulart de uma cúpula que talvez tivesse muita boa vontade mais não tinha base, o fato é que Goulart caiu como um castelo de areia na beira do mar, não conseguiram nada. [...] Muitas coisas que nós temos hoje, só foi depois do período de Goulart.

Como forma de justificar a posição que a Igreja assumiu no governo Goulart e o apoio aos militares, relaciona ao quadro político e econômico da época.

Para a Igreja, ela não era contra as reformas de base, mas sim, ainda não havia chegado o momento, o país não tinha condições para realizá-las. Analisando por uma outra ótica, podemos perceber que a realização das reformas de base, para a Igreja, seria de sua competência, ficando claro quando a Igreja passa a defender as reformas, ou seja, ao tirar seu adversário de cena, ela passa a defender, praticamente, os mesmos propósitos, sendo barrada pelos militares.

De acordo com as análises e discussões que foram realizadas, através dos depoimentos de pessoas que estavam inseridas naquele contexto, podemos afirmar que o comunismo era uma das preocupações, uma vez que muitos clérigos afirmavam nitidamente. Na análise de padre Raimundo Sérvulo, ao contrário do que é colocado pelo padre Ausônio Tércio, as Ligas eram vistas pela Igreja dentro de uma linha marxista, e não cristãs, como afirmara o padre Tércio. Vendo sua expansão, começa a agir. O depoimento do trabalhador rural e assessor da FETARN, Expedito Jorge de Medeiros, mostra a inquietação que a Igreja tinha com a penetração do comunismo:

Eu lembro que a primeira reunião de comunidade que eu participei, foi exatamente no sitio Badarucu, município de Cruzeta, coordenada pelo padre Raimundo Sérvulo da Silva. Eu até me lembro muito bem de duas colocações que eles fizeram na reunião à noite que a Igreja estava empenhada no sentido de que, da criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais exatamente para barrar a ação das Ligas (...), é naquela época existiam as ligas camponesas, que era incentivada pelo advogado Francisco Julião e também, justamente para barrar a penetração do Partido Comunista do Brasil.

Na verdade, o que podemos perceber é que existia uma rivalidade e ao mesmo tempo uma disputa entre as Ligas, o Partido Comunista e os sindicatos cristãos. A partir daí, a Igreja passa a desenvolver trabalhos, de forma mais atuante junto aos trabalhadores rurais. Em nota ao jornal A Folha, a Igreja e leigos sempre advertiam do perigo comunista, várias manchetes eram publicadas, como: “A utopia Comunista do Brasil<sup>47</sup>”, “A liberdade religiosa nos regimes comunistas<sup>48</sup>”, “A farsa do comunismo<sup>49</sup>”.

---

<sup>47</sup> Edição do dia 14/3/64. Página 2.

O clero na região do Seridó ainda se encontrava muito reduzido. Dentre os que faziam parte desse trabalho de sindicalização na região do Seridó, estava o bispo da Diocese de Caicó, Dom Manoel Tavares de Araújo, por sinal, muito empenhado. Padre Ausônio Tércio de Araújo, que era o vigário geral da Igreja Católica no Seridó, coordenava esse trabalho de organização e de estímulo na fundação dos sindicatos rurais na região, fazendo reuniões nos municípios. Também, padre Ernesto Espínola, que era ligado a Jardim do Seridó, Cruzeta, São José do Seridó e Ouro Branco; padre Raimundo Sérvulo da Silva, que era vigário de Parelhas, e depois foi transferido para a paróquia de Acari; padre Antonio Balbino de Araújo, pároco da cidade de Jucurutu; o cônego Deoclides de Brito Diniz, de Acari; padre José Dantas Cortês de Curras Novos; padre Itan Pereira da Silva, pároco de Caicó e primeiro diretor da Rádio Rural, dentre outros, que estavam envolvidos nessa luta.

A mobilização no campo tornava-se difícil devido ao medo que os trabalhadores tinham de ser expulsos das terras, muitos freqüentavam os sindicatos sem que os patrões tivessem conhecimento. Segundo relata o trabalhador Inácio Laurindo,<sup>50</sup> por fazer parte dos sindicatos rurais, ele e seu pai foram expulsos da propriedade em que trabalhavam, porque o patrão não queria que seus trabalhadores fizessem parte do sindicato. Os trabalhadores eram bastante explorados pelos proprietários de terra, como afirma Inácio Laurindo:

Muitos trabalhadores trabalhavam de meia nas terras e eram muito explorados, os patrões não davam nem a semente, não dava a terra arada, não dava nada e queria meio a meio. Inclusive às vezes ficava até com mais devido o “foro” pela lei, ele tinha o direito à metade.

---

<sup>48</sup> Edição do dia 7/8/65. Pagina 2.

<sup>49</sup> Edição do dia 29/4/1967. Página 2.

<sup>50</sup> Entrevista concedida a autora em 15/07/06. Trabalhador rural e sócio do sindicato dos trabalhadores rurais desde 1963 e foi o 3º presidente do sindicato em Caicó, em 1969, sendo reeleito por dois mandatos.

Casos como estes eram bem comuns, muitos trabalhadores quando lhes era cedida a terra para ser cultivada sobre uma renda pré-capitalista<sup>51</sup>, tinha que dividir a produção meio a meio com o dono da terra. Existiam várias formas de trabalho no campo. Os que moravam na propriedade onde trabalhavam, recebiam uma pequena extensão de terra para seu cultivo – geralmente chamados de “sítios” –, e produtos para subsistência.

Outros viviam nas terras cultivando lavouras de subsistência, pagando um aluguel anual ao proprietário da terra, os chamados arrendatários ou popularmente foreiros. No sistema de parceria, o trabalhador que aluga um pedaço de terra dá como pagamento ao seu proprietário de terra uma parcela de sua produção. Esta forma de trabalho assume diversas modalidades, como a meia, a terça, a quarta parte da produção e outras, variando de acordo com o tipo de cultivo. Nesses acordos de parceria sempre quem sai em desvantagens é o pequeno produtor.

Mesmo que em um período de seca não tivesse havido uma boa colheita, cabia ao pequeno agricultor passar a parte combinada para o dono da terra, enquanto o agricultor que tinha comprado as sementes, adubo, ferramentas de trabalho, na maioria das vezes, o que obtinha com a colheita não dava nem para pagar as despesas que tivera com a plantação.

Os proprietários de terra pressionavam a Igreja para que ela não interferisse a favor dos trabalhadores rurais, pois, em alguns momentos tentava intervir nessa situação conflituosa entre trabalhadores e proprietários. Muitos destes mantinham contato com as autoridades na cidade, tentavam resolver suas questões mesmo através de influência política; quando isto não funcionava, partiam para a violência.

Nas reuniões dos sindicatos havia um acompanhamento e assessoramento formado de técnicos agrícolas e padres. A mobilização no campo também se tornava difícil porque muitos trabalhadores rurais acabavam se

---

<sup>51</sup> Segundo Ariovaldo de Oliveira (1986, p. 77), a renda em produto é uma forma de venda pré-capitalista “que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. Essa forma de renda, evidentemente redefinida pelo próprio capital, está presente na agricultura brasileira através das diferentes formas de parceria: a meação, a terça, a quarta etc. Ela nada mais é do que a renda-em-trabalho convertida em produto”.

acomodando com a vida que levavam e muitas vezes se revoltavam até mesmo com os sindicatos. Relata monsenhor Ausônio Tércio:

Houve uma resistência mesmo, também, por parte do trabalhador, porque tinha medo de sair perdendo, pois muitos estavam acostumados, pelo peso da cultura, àquela vida e não viam a necessidade de mudar e essa turma atrapalhava quase mais quanto a própria resistência do proprietário. Eles mostravam desvantagem ao movimento sindical, em relação à estrutura, etc..., etc..., por que eles diziam meu pai meu avô vivia assim e se tiver um bom inverno eu vivo bem. Então ficavam esperando as vantagens da própria natureza.

Por um lado, poderíamos imaginar que essa atitude de não se envolver com os sindicatos pudesse estar diretamente ligada ao índice de analfabetismo; no entanto, devemos levar em consideração, que, mesmo se fossem pessoas alfabetizadas, que tinham freqüentado escolas, mas as escolas na zona rural, em sua maioria, só ofereciam até o 4º ano primário e que, naquela época, não mostravam o direito à cidadania, nem discutiam política. Portanto, a falta de conhecimento sobre cidadania pode não ter sido um fator determinante para muitos trabalhadores rurais não procurarem os sindicatos ou se revoltar contra eles, mas contribuiu para que muitos deles não buscassem reivindicações, lutassem por seus direitos, direitos estes que eles desconheciam. Podemos também levar em consideração o apego que eles tinham à terra e o medo de serem expulsos dela. Muitos recebiam salários miseráveis, mas mesmo assim permaneciam na terra.

Até a década de 1970, a maior parte da população da região do Seridó estava concentrada no campo e os políticos da região eram, na sua grande maioria, grandes proprietários de terra; criadores de gado e produtores de algodão em regime de parceria. Conforme Expedito Jorge,

o presidente do sindicato de Cruzeta foi preso, por que tinha um trabalhador [...] ele trabalhava com um proprietário de terra de uma família tradicional de Acarí e Cruzeta, que por sinal foi o primeiro prefeito de Cruzeta, e houve um problema lá, agrário, entre o trabalhador e o proprietário e botou na justiça e por conta disso [...] Nessa época o juiz de direito era sobrinho e genro do proprietário e ainda era irmão do pai do prefeito de Jucurutu. Então esse poder todo reunido, o proprietário era chefe político, fazendeiro, doutor, filho e sogro do juiz de direito. Então prendeu o presidente porque estava

dando, estimulando, incentivando um trabalhador entrar com uma ação na justiça contra ele.

Ainda, três trabalhadores rurais foram presos ao entrarem em conflito com o proprietário de terra, sendo liberados com a intervenção do Monsenhor Ernesto Espínola. Mesmo após a fundação dos sindicatos a situação dos trabalhadores ainda era muito difícil, pois os proprietários não queriam aceitar o que a lei assegurava aos trabalhadores. Na verdade, a justiça em prol do trabalhador pouco funcionava, pois muitos proprietários de terras eram pessoas influentes na sociedade, de grande poder aquisitivo, como políticos, empresários e donos de indústria. Na maioria das vezes, o trabalhador ao procurar seus direitos, a justiça, geralmente, dava apoio ao proprietário da terra.

As ameaças de expulsão dos trabalhadores e suas famílias das terras onde trabalhavam eram constantes. De acordo com o relato de Ionilson de Azevedo,<sup>52</sup> quando os proprietários sabiam que havia trabalhadores ou moradores seus participando dos sindicatos, não davam mais a terra para plantar, não expulsavam de imediato para não ter que pagar os direitos aos trabalhadores, mas o fato de não dar emprego fazia com que fossem procurar outro local.

Segundo Sebastião Arnóbio, “[...] em Ouro Branco os proprietários com medo da questão trabalhista, que cabia ao associado do sindicato quando saísse da propriedade receber uma indenização pelo tempo de serviço, não cedeu mais a terra para o trabalhador”. Esta situação dificultava seu poder de militância junto ao sindicato rural, pois temiam os patrões, que não aceitavam trabalhadores seus fazendo parte dos sindicatos. “Os sindicatos rurais eram odiados pelos proprietários de terra, eles queriam expulsar os arrendatários que faziam parte dos sindicatos<sup>53</sup>”. Afirma o trabalhador rural Joaquim Enéas Batista que,

os trabalhadores naquela época eram muito humilhados, muitas vezes quando era morador e o proprietário estava insatisfeito, dizia

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida à autora em 19/07/06. Trabalhador rural e sócio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jardim do Seridó foi presidente do sindicato em 1992 até 2001 e atualmente é vice-presidente.

<sup>53</sup> Entrevista concedida a autora em 14/07/06. José Ozério de Araújo, ex-arrendatário e sócio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó desde 1963.

amanhã eu quero a chave da casa, o cara tinha que mudar, ou colocar as coisas fora de casa mais tinha que entregar. Havia muita pressão por parte dos proprietários.

Os proprietários que usufruíam da exploração do trabalhador eram contra os sindicatos. Portanto, na região do Seridó houve vários casos de patrões que não queriam mais moradores em suas terras, por estes fazerem parte dos sindicatos, os quais tornavam-se uma ameaça para os proprietários de terra, uma vez que reivindicavam o direito dos trabalhadores. Implicaria na redução de submissão aos patrões e pressionavam para que os direitos dos trabalhadores fossem cumpridos de acordo com o que estabelecia o Estatuto do Trabalhador Rural. Os sindicatos emergem dentro de uma perspectiva de defesa de direitos dos trabalhadores, como órgãos representativos dessa classe.

Muitos proprietários, por não terem conhecimento sobre os sindicatos, acreditavam que estes estavam sendo criados para tomarem suas terras. Outros passaram a perceber que, a partir do momento em que os trabalhadores tivessem conhecimento de seus direitos, não mais aceitariam aquele tipo de exploração. Com o surgimento dos sindicatos, houve várias reações por parte dos proprietários de terra. Ainda, segundo o depoimento de Expedito Jorge de Medeiros,

os patrões reagiram assim. [...] por que antes de existir os sindicatos os trabalhadores não tinham nenhum direito e trabalhava para os proprietários da maneira que os proprietários exigiam que eles trabalhassem. Trabalhava o dono da casa, esposa, filho. Trabalhavam de meia ou às vezes trabalhavam quando não era na época de colheita, plantação de roçado, às vezes trabalhava também alugado e tal [...] mais que acontecia aquela história do proprietário quando queria colocava o gado no roçado dos moradores, botava e não queria nem saber, não respeitava coisa nenhum e [...] depois que os trabalhadores, com o advento dos sindicatos passaram a conhecer os seus direitos, os direitos que tinham, passaram a não aceitar mais essas coisas<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Trabalhador rural, sócio do sindicato de cruzeta; foi professor no MEB (Movimento de Educação de Base) no Seridó, atuou como secretário da FETARN na região do Seridó e atualmente é assessor da FETARN.

As tensões sociais no campo motivaram os trabalhadores rurais à luta por melhores condições de vida. O surgimento dos sindicatos fez com que muitos proprietários se revoltassem, até mesmo, com os presidentes dos sindicatos, que defendiam a causa em favor do trabalhador rural. Muitos presidentes foram ameaçados pelos proprietários. Quando ocorria algum conflito entre o trabalhador e o patrão, os representantes sindicalistas tentavam solucionar ou fazer com que eles entrassem em acordo, por vias sindicalistas.

A história do sindicalismo no Seridó foi marcada por muitos conflitos no campo. Como já mencionado, o primeiro sindicato fundado na região foi em 1963, e o último fundado na década de 1960, foi em Currais Novos, em 06 de janeiro de 1964. Em 1º de abril do mesmo ano ocorria o golpe militar. De acordo com o depoimento de Cristino Jerônimo da Silva,

com esse ato que ocorreu em 1964 desapareceu o grupo de trabalhadores da época, que estavam dando os primeiros passos para o movimento de educação de classe no município de Caicó. E com esse movimento que ocorreu desapareceu os associados dos sindicatos e foram todos perseguidos [...] no município de Caicó. E a gente sofreu muito nesse período. Depois disso, passou 65, 66, 67 e somente em 68, antes alguns dias de 69, foi criada uma junta governativa para reativar o sindicato.

Quando ocorreu o golpe militar, os sindicatos no Seridó ainda estavam surgindo; devido ao golpe, a situação torna-se cada vez mais árdua, em que militantes e representantes sindicalistas sofreram várias perseguições, deixando os sindicatos com um número cada vez mais reduzido de sócios. Muitos sindicalistas tiveram de sair da cidade para não serem presos, outros rasgaram suas carteiras para não serem identificados.

Vários sindicatos sofreram intervenções militares e foram perdendo força, outros chegaram a fechar por causa da repressão militar. Segundo o depoimento de Expedito Jorge de Medeiros,

na Região do Seridó, muitos sindicatos chegaram a fechar, os trabalhadores com medo de serem presos rasgavam suas carteiras de associados. Jardim de Piranhas tinha fechado, os diretores

abandonaram e, imagine os associados [...] então padre Balbino guardou na casa paroquial, o material do sindicato e as carteiras dos associados que tinham deixados na sede do sindicato, então ficaram todos guardados lá na casa paroquial e eu ia daqui de Caicó para Jardim de Piranhas assistir a missa com padre Balbino, e após a missa, ele fala: então vocês que são trabalhadores rurais permaneçam aqui na matriz, que o homem do sindicato está aqui para fazer uma nova carteira do sindicato, aí nessas reuniões que a gente fazia, então conseguimos reestruturar os sindicatos dos trabalhadores rurais.

No sindicato de Caicó, existiam 200 associados que faziam parte do quadro social, com o golpe militar, ficaram apenas 18. Devido às perseguições, a maioria dos sindicatos rurais paralisaram suas atividades, outros passaram a atuar de forma sigilosa. O presidente do sindicato que era, na época, António Bernardino de Sena foi convocado pelas forças armadas para prestar depoimento.

Mesmo assim, essa diretoria continuou seu trabalho em favor do trabalhador rural, não só em Caicó, mas em todo o Seridó, como Jucurutu, Cruzeta, Parelhas, São José do Seridó, São João do Sabugi e outras, articulando, organizando, mobilizando, levando a mensagem sindical aos poucos sindicalistas e aos trabalhadores, para que se reunissem e fundassem o seu sindicato.

Os sindicatos que não chegaram a fechar na região do Seridó tiveram uma redução no seu quadro de associados. Na cidade de Ouro Branco, onde o sindicato foi criado antes do golpe, suas atividades foram interrompidas por medo da repressão. Em Cruzeta, ficaram menos de 10 diretores se reunindo.

Com a instauração do golpe de 1964, os sindicatos encontram dificuldades para concretizarem suas lutas. Segundo Exedito Jorge de Medeiros, “naquela época a gente não podia falar em união [...] pra quê, essa união? Se falava em reunião [...] pra quê essa reunião? Resistência, pra quê essa resistência? Eles entendiam que era para fazer resistência contra o governo”. Segundo relata o padre Raimundo Sérvulo:

Houve muitas reações, alguns proprietários chegaram a me acusar e o padre de Jardim do Seridó [Ernesto], de está fazendo um plano contra o governo e sua política econômica. Então nós sofremos investigação da polícia federal e fomos denunciados por causa desse nosso apoio ao sindicalismo rural, no regime militar.

Entretanto, apesar do clima de repressão desencadeada pelo regime ditatorial, foi possível a atuação dos sindicatos em desenvolver ações de luta junto aos trabalhadores, mesmo recuando em alguns momentos, quando a repressão extrapolava seus limites, como a perseguição a militantes e a membros da Igreja Católica e intervenções militares nos sindicatos. Um outro caso relata Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo:

Houve um momento que até os sermões no domingo [...], nós sabíamos que tinham ouvintes que deduravam, se você saísse da linha cristã, que eles chamavam extremamente evangélica e entrasse na política deduravam para polícia secreta. Eu dei uma aula no Colégio Diocesano Seridoense, sobre o imperialismo brasileiro na América – latina. Conteí só fatos [...] no outro dia chegou para mim, um livro de presente, dizendo qual era a posição do Brasil a América – Latina [...] alguém ouviu minha aula! No livro dizia que o Brasil era pacífico [...] nosso exército não era de comunista mais de defesa, que nós não éramos imperialistas. Algum aluno deve ter ouvido a aula e feito um relatório para a polícia, para o serviço de informação.

Para Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo, este ocorrido está relacionado ao serviço secreto de informação que existia na região; havia sempre advertência por parte dos militares e muitas pessoas sofreram fortes ameaças. Os militares abusavam de medidas repressivas. Em relação ao ensino, seria com o intuito de anticonscientizar, a fim de que os estudantes permanecessem num estado de alienação, sem interesse na política.

Mesmo com toda essa repressão, os clérigos continuavam na luta com os trabalhadores rurais. Foram realizados encontros para tratar do reativamento dos sindicatos que haviam sido fechados, como noticiava o jornal A Folha:

Realizou-se essa semana, em Caicó, um encontro de líderes rurais do Seridó para debate dos problemas atinentes à reorganização dos sindicatos rurais na região. O encontro foi proveitoso, podendo os

sindicatos da categoria tomarem novo rumo, para a promoção do homem do campo<sup>55</sup>.

Vários sindicatos que tinham sido fechados ou paralisadas suas atividades foram reativados, como o sindicato de Ouro Branco que foi reaberto pelo padre Ernesto, ainda no período militar, o qual foi alertado diversas vezes pelos militares de estar desenvolvendo trabalhos, considerados pelo exercito, como subversivos.

Conforme Sebastião Arnóbio, nas cidades em que padre Ernesto desenvolveu o trabalho de sindicalização, ele também orientou nas construções dos prédios, na parte física das sedes dos sindicatos. Na cidade de Caicó, o sindicato de trabalhadores rurais somente foi reaberto, em 1968, embora alguns sócios se reunissem, mas tratava-se de um número bastante pequeno.

Segundo depoimentos colhidos dos presidentes e sócios, o ano de 1968 foi um dos piores anos para essa entidade, pois a procura pelos sindicatos ainda era bem reduzido, os trabalhadores rurais ficavam amedrontados. Neste mesmo ano foi promulgado o Ato Institucional número cinco (AI-5), no governo de Costa e Silva, considerado um dos piores em todo o regime militar no Brasil, o que iria aprofundar a repressão. Os órgãos de aparatos do regime militar, como o exército, estavam atentos para ações cometidas pela oposição ao regime.

A repressão se abateu nos “quatro cantos do país”; nem mesmo a população do campo estava isenta das atrocidades praticadas pelos militares. Ainda era possível suspender as garantias do Hábeas Corpus, direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos e cassar mandatos eletivos. Segundo Alvarado Costa de Queiroz, “com a instauração do AI-5 houve um fechamento total de diálogo, a ditadura impediu o diálogo de liberdade<sup>56</sup>”. Segundo Expedito Jorge,

em cruzeta tinham associados que vinha de São Vicente, de Acari, de Jardim do Seridó, de Parelhas. Eu lembro que Manoel

---

<sup>55</sup> Notícia publicada no dia 26/2/66. Página 4.

<sup>56</sup> Entrevista Concedida à autora em 24/07/2000. Norte-rio-grandense, ex-presos político torturado pelos órgãos repressores do regime militar em Natal. Ex-militante do Movimento estudantil e do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Evangelista, que depois foi presidente de Acari, ele disse que era sócio do sindicato de Cruzeta e que tinha vindo de Acari para Cruzeta de bicicleta, e que quando vinham na estrada e ouvia a zoadada de um carro eles entravam no mato com medo da repressão, e ficava esperando o carro passar para eles saírem. Com medo de ser alguém procurando sindicalista para combater o sindicato.

Houve uma repressão exacerbada que se abateu nas organizações sindicais e muitas intervenções militares, o que acabava amedrontando os trabalhadores rurais e dificultando sua atuação. Somente a partir de 1969 foi que os trabalhadores rurais voltaram a procurar os sindicatos na região do Seridó. A partir desse momento, há um aumento no seu quadro de sócios.

Após a fundação do sindicato de trabalhadores rurais em Currais Novos, em janeiro de 1964, sendo o último fundado nesta década, somente, foram criados outros na década de 1970. Além de membros da Igreja Católica que estavam empenhados no trabalho de sindicalização, havia a atuação da FETARN e da CONTAG, que foram fundamentais para o fortalecimento da organização sindical e pela expansão do sindicalismo na região do Seridó. O Primeiro sindicato desta década foi o de Timbaúba dos Batistas, em 1971, onde padre Ernesto continuava seu trabalho de sindicalização, reunindo-se com os trabalhadores em suas residências. No ano seguinte era fundado um outro sindicato, que também seria criado pelo padre Ernesto o sindicato de Jardim do Seridó, em 1972, quando assumiu a Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Monsenhor Ernesto Espínola<sup>57</sup> realizou em 1971 várias reuniões com os trabalhadores rurais sempre utilizando o espaço da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, após a missa do Agricultor, que acontecia aos sábados. Incentivava os trabalhadores rurais a constituírem um organismo em defesa da causa do homem do campo. A Igreja servia como ambiente para as reuniões dos trabalhadores rurais. Relata Sebastião Arnóbio:

A Diocese, as Igrejas Católicas [...] as paróquias estavam muito comprometidas nessa época junto ao trabalhador rural. Aqui em

---

<sup>57</sup> Em 1992 recebeu o título de Monsenhor, Capelão de sua Santidade, o Papa João Paulo II. Recebeu este título na festa do Sagrado Coração de Jesus.

Jardim do Seridó, após a festa da padroeira, nossa Senhora da Conceição, sempre acontecia um encontro de trabalhadores rurais. Não só da Diocese mais de todo o Estado. Nesses encontros havia a participação do padre José Servat que vinha de Recife. Que orientava a Ação dos Cristãos no meio Rural (ACR), em que os trabalhadores eram bem orientados, não só na questão social, mais esse social com o sentido cristão.

Não há como negar que a Igreja se envolveu de forma muito intensa com a situação do homem do campo. Havia uma preocupação de organizar e orientar os trabalhadores rurais. Mas como podemos perceber dentro desse trabalho de sindicalização, o religioso sempre esteve muito presente, uma vez que, como é colocado pelo depoente, “o social com o sentido cristão”, quer dizer, para a Igreja Católica, ambos estavam conexos. Ao passar orientações sobre o social eram dadas, também, orientações cristãs.

Devido à expansão dos sindicatos na região do Seridó, há uma forte reação por parte dos proprietários de terra. Segundo Expedito Jorge, uma das frases que o padre Raimundo Sérvulo da Silva costumava colocar nas reuniões: “As dificuldades elas surgem não para vencer a gente, mas para que a gente procure refletir e se reunir com os outros e tentar vencê-las”. Estas palavras eram utilizadas como incentivo ao homem do campo, para que ele não desistisse de seus objetivos. Assim, mesmo diante de tanta dificuldade em relação à fundação dos sindicatos, diante da reação dos proprietários que ameaçavam expulsá-lo de suas terras, e a falta de recursos devido às condições que eram muito precárias, deveria ser um estímulo para que todos se unissem e lutassem por uma vida melhor, mais justa, onde o homem do campo tivesse um “pedaço de terra” para plantar, sem ter que se submeter à exploração dos proprietários.

Através das orientações que eram dadas pela Igreja aos trabalhadores rurais, estes passaram a perceber que só através da organização sindical, em que todos estivessem unidos, é que poderiam reivindicar os seus direitos. Desta forma, os sindicatos passavam a “brotar” na região. Segundo Sebastião Arnóbio,

o trabalho de sindicalização não foi difícil devido o interesse que o monsenhor tinha nas pregações nas comunidades e as pessoas acreditavam e confiavam muito na palavra do padre, os

trabalhadores seguiam muito a Igreja. Os padres acompanhavam, estavam sempre ali dentro faziam reuniões nas zonas rurais.

Nos encontros que aconteciam nas comunidades havia lideranças de trabalhadores, escolhidos pelos padres, que ficavam encarregados de convencer os outros a participar das reuniões e fazer parte dos sindicatos.

### **3. 2 – O AVANÇO SINDICAL NA DÉCADA DE 1970 E OS CONFLITOS NO CAMPO**

Uma das lutas desempenhadas pelos sindicatos na década de 1970 foi em relação à aposentadoria. Conforme consta no Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó, “este sindicato, participou ativamente com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), da luta pela implementação da aposentadoria do trabalhador rural, de acordo com a Lei Complementar nº 11, de 25.05.1971”, coordenado pelo Funrural <sup>58</sup>, que era um programa de assistência ao homem do campo. Segundo Expedito Jorge de Medeiros,

apesar da repressão, mais o movimento sindical ainda continuava trabalhando, se reunindo e lutando. Um dos fatos que a gente conquistou, que o movimento deu, foi à questão da aposentadoria, que naquela época, era só meio salário-mínimo. Então foi uma conquista, porque tem gente que fala que foi o governo que aposentou, é, foi um decreto dele, mais não por incentivo do governo, mas uma cobrança do movimento sindical. Então a partir disso aí continuou a fundação dos sindicatos.

Nas palavras de Expedito Jorge de Medeiros, o Funrural foi uma conquista dos trabalhadores rurais, através de pressão feita pelos sindicatos, o governo acaba cedendo, e os trabalhadores rurais passavam a ser incluídos no sistema de Previdência Social. O Funrural estabelecia ao trabalhador rural o direito à

---

<sup>58</sup> Um das conquistas do trabalhador rural, de acordo com a Lei Complementar nº 11, de 25/05/1971, era implementada a aposentadoria do trabalhador rural.

metade de um salário-mínimo para aqueles com idade acima de 65 anos, ainda auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte. Para Claudinei Coletti, analisando por uma outra ótica o Funrural foi,

o mecanismo mais perverso utilizado pelo regime ditatorial para destruir qualquer possibilidade de os sindicatos oficiais rurais converterem-se, durante os anos 70, em instrumentos de organização e luta dos trabalhadores, foi a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), mais conhecido como Funrural. [...] fora criado em 1963 com o ETR, e tinha com finalidade instituir alguns benefícios previdenciários aos trabalhadores [...] mas somente em 1971 que ele passou efetivamente a funcionar, a partir da aprovação da Lei Complementar nº 11, de 25/571, que criava o Prorural. (1998, p. 69-70).

Foi uma forma que o governo encontrou para amaciar e controlar o movimento sindical, através desse programa. Ao mesmo tempo, o Funrural funcionava para desviar o trabalhador do seu foco de luta, uma vez que muitos trabalhadores rurais viviam em conflitos com os proprietários de terras, pois queriam que eles pagassem os direitos pelo longo tempo em que trabalharam na propriedade. “Os sindicatos foram transformados em verdadeiros postos de saúde e agências de encaminhamento de aposentadorias e pensões, a serviço do governo” (COLETTI, 1998, p. 71). Esta era uma forma de amortecer a luta no campo e subordinar os sindicatos ao Estado. Serviu também para que em muitas regiões o trabalhador rural abandonasse a luta em prol da posse da terra, ou amenizasse os confrontos no campo por questões trabalhistas.

Os sindicatos passavam a obter um aparato de serviço assistencial e previdenciários atendido pelo Funrural, direcionados aos trabalhadores rurais, dispondo de atendimento médico e odontológico. Os sindicatos que vinham desde as Ligas Camponesas lutando por esse benefício, se vêem seduzidos. Essa realidade contribuiu para um aumento do número de sindicatos. Na região do Seridó aumentou o número de trabalhadores rurais à procura dos sindicatos. Mesmo num período de maior repressão na década de 1970, houve um crescimento nos sindicatos. Foram fundados, nesta mesma década, 12 sindicatos, como podemos observar no quadro abaixo:

<b>Timbauba dos Batistas</b>	<b>25/07/71</b>
<b>Jardim do Seridó</b>	<b>16/10/71</b>
<b>Parelhas</b>	<b>28/02/72</b>
<b>Florânia</b>	<b>14/05/72</b>
<b>Acari</b>	<b>08/07/72</b>
<b>São João do Sabugí</b>	<b>17/07/72</b>
<b>Equador</b>	<b>03/09/72</b>
<b>Carnaúba dos Dantas</b>	<b>10/09/72</b>
<b>Serra Negra do Norte</b>	<b>29/10/72</b>
<b>São Fernando</b>	<b>29/10/72</b>
<b>São Vicente</b>	<b>11/08/73</b>
<b>Santana do Seridó</b>	<b>08/12/74</b>

Fonte: Sindicato de trabalhadores rurais de Caicó. Assessor da FETARN da região do Seridó, Expedito Jorge de Medeiros.

Mesmo na década de 1970, após ter realizado algumas conquistas através do organismo sindical, os trabalhadores não estavam livres da repressão e nem da violência; não saíam em atos públicos amedrontados com a repressão, como relata o senhor Joaquim Enéas Batista: “nós mobilizávamos os trabalhadores nas comunidades, não na cidade que nunca mobilizamos, só no sindicato a mobilização dos trabalhadores, nunca saímos para a rua, os trabalhadores tinham medo da repressão”. Como forma de mobilizar os trabalhadores rurais, a FETARN promove várias campanhas de esclarecimento ao homem do campo, sobre seus direitos e a necessidade de se unirem.



Figura 03 – Trabalhadores Rurais em ato público na cidade de Caicó, na década de 1980. Acervo: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó

Em muitos sindicatos na região do Seridó, somente passaram a reivindicar seus direitos através de atos públicos, em fins da década de 1970 e início de 1980. Com o processo de anistia e abertura política, a ditadura militar já dava sinais de crise, tanto política como econômica, somando-se ainda o desgaste com as lutas populares.

Embora em um momento em que os trabalhadores já haviam avançado nas lutas sociais, mas ainda sofriam ameaças dos proprietários de terras, atos de violência ainda rondavam nesse período. Na cidade de Caicó, na década de 1970, um presidente de sindicato foi espancado por um proprietário de terra ao entrarem em conflito. Devido ao crescente número de conflitos no campo, a FETARN colocaria, em 1974, à disposição dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais um advogado do seu departamento jurídico para atender aos trabalhadores rurais filiados às entidades sindicais no Seridó. Um outro caso que ocorreu foi na cidade de Parelhas.

O Sindicato de trabalhadores rurais de Parelhas surgiu como fruto de um trabalho coordenado pelo pároco da época, o padre Raimundo Sérvulo da Silva, que pertencia a Igreja Matriz de São Sebastião. A FETARN atuou como entidade parceira e articuladora para a organização dos trabalhadores rurais de Parelhas. Em janeiro de 1972, o padre Raimundo convidou os representantes das comunidades rurais e do MEB para uma reunião no Centro Social da Paróquia, com o objetivo de organizar a festa do padroeiro São Sebastião.

Semelhante à festa da colheita, que acontecia em Cruzeta e em Ouro Branco, era a festa do agricultor na cidade de Parelhas, que acontece no mesmo período da festa do padroeiro, São Sebastião, tendo à frente o padre Raimundo Sérvulo da Silva. Os trabalhadores rurais saíam às ruas desfilando com produtos naturais da região. O sucesso do evento foi ao longo dos anos aglomerando pessoas de diversas categorias e classes sociais.



Figura 04 – Festa do Agricultor em Parelhas, no ano de 2002. Acervo: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parelhas.

Ao propor a realização da festa, a Igreja sugeria uma temática que se voltasse às discussões para os direitos e deveres em defesa da classe trabalhadora. Esse era um momento em que os trabalhadores saíam com faixas tentando mobilizar, e mostrar a importância de os trabalhadores se unirem e se organizarem em sindicatos.



Figura 05 – Festa do Agricultor em Parelhas, no de 2002. Acervo: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parelhas

No decorrer da festa todas as comunidades rurais eram visitadas, ocasião em que eram realizadas reuniões, palestras, no sentido de incentivar os agricultores a constituírem um organismo voltado para a defesa da causa do homem do campo.

Muitos sindicatos de trabalhadores rurais na região do Seridó funcionaram nos prédios da Igreja. Padre Raimundo cedeu o Centro Social da paróquia para que o sindicato passasse a funcionar enquanto adquiria uma sede própria. Relata o presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Parelhas, o senhor Joaquim Enéas Batista:

Quando o sindicato de Parelhas foi fundado a Igreja deu muita cobertura aos sindicatos de trabalhadores rurais, o nosso foi fundado dentro da casa paroquial, então apoio o nosso sindicato, depois o presidente foi chamado pela polícia federal para prestar depoimento, passou alguns dias depondo lá pela polícia federal, então os militares pediram que se retirassem da Igreja. Porque dizia na época que sindicato era coisa de comunismo, naquela época de 72, na década de 70 e 80, que sindicato era subversivo, era comunista, então saímos da Igreja por conta da polícia federal que pressionou o presidente a retirar da Igreja, deu até o prazo de horas e ainda e a participação da Igreja ao lado dos trabalhadores.<sup>59</sup>

Os militares ainda pressionaram os membros da Igreja para que eles se afastassem e deixassem de dar apoio aos sindicatos. Ainda relata o senhor Joaquim Enéas que o padre Raimundo, talvez por medo da repressão, recuou um pouco, se afastando do sindicato. Assim como padre Raimundo, o presidente do sindicato sofreu muita repressão por parte da polícia federal e do próprio governo. Devido à atuação que a Igreja fazia junto aos trabalhadores rurais, vários padres foram ameaçados e acusados de serem comunista. Conforme Monsenhor Tércio,

eu, assim como outros padres fui acusado de sermos comunistas. Eu recebi inclusive um recado de que, se eu entrasse em tal região seria recebido à bala. Mas a gente podia trabalhar [...], veja toda região não é tão fechada como o dono pensa, tinha o rádio para

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida à autora em 12/01/2007. Trabalhador rural e presidente atual do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parelhas.

entrar na região dele, tinha a feira, tinha a conversa dos compadres, os vizinhos; a conversa de uma pessoa com a outra da mesma profissão tem um valor incrível.

O rádio foi um veículo muito utilizado pela Igreja Católica, como também os jornais, que eram publicados pela própria Igreja, deram grande contribuição no sentido de veicular as informações. Na cidade de Equador, que fazia parte da paróquia de Parelhas, padre Raimundo, que também desenvolvia trabalho de sindicalização, foi ameaçado por proprietários de terra e pelo próprio exército. Ainda segundo o relato do senhor Joaquim Enéas,

os proprietários diziam aos moradores, se vocês se associarem nos sindicatos eu coloco pra fora, então isso demorou uma temporada boa, dificultando a participação do trabalhador. Muitos trabalhadores a gente conscientizava e eles pagavam os sindicatos escondidos dos patrões. Falavam que não iam se associar, mesmo já fazendo parte.

Devido à ameaça dos patrões, os trabalhadores omitiam sua frequência ao sindicato, mesmo participando das reuniões e fazendo parte do quadro de sócios. O sindicato de Parelhas, embora à sombra da repressão, acusado de fazer parte do comunismo pelos militares, desde sua fundação permaneceu com suas “portas abertas”, e vem até hoje defendendo o direito dos trabalhadores rurais. A população da cidade de Santana do Seridó, como era pequena, fazia parte do sindicato de Parelhas; somente em 1974 é que foi fundado seu sindicato, sendo este o último na região do Seridó na década de 1970.

Em razão de algumas cidades, na época, ainda não se constituírem como municípios, seus sindicatos só vão ser fundados na década de 1990, quando há o desmembramento. Um caso isolado foi em relação a Ipueira que se desmembrou de São João do Sabugi em 1963, mas manteve por um longo tempo uma relação político-econômica com este município. Seu sindicato somente foi criado em 2001.

No período que compreende de 1974 a 1978, os sindicatos desenvolveram cursos de formação sindical, sendo criadas várias delegacias nos municípios. As delegacias foram criadas para facilitar a participação dos trabalhadores nos sindicatos, uma vez que devido à distancia para a cidade, onde

funcionava a sede do sindicato, e as péssimas condições das estradas dificultava a participação da população do campo. Nas delegacias havia representantes que ficavam encarregados de promover as reuniões.

A fundação e o funcionamento dos sindicatos contaram com o incentivo e colaboração da Diocese de Caicó, de alguns párocos da região do seridó, através do MEB e da Emissora Rural de Caicó - AM e com a orientação e diretrizes da FETARN.

Como já foi mencionada, no período militar, a repressão fez com que muitos trabalhadores abandonassem os sindicatos, até mesmo a Igreja aos poucos foi se afastando dos sindicatos. Mas segundo monsenhor Ausônio Tércio, “a Igreja não se afastou, foi afastada pelos poderosos do poder militar, mas mesmo quando os sindicatos estavam atuando na clandestinidade a Igreja lhe dava apoio, mas de forma não visível”. Já monsenhor Ernesto Espínola, em suas palavras, afirma que, embora tenha ocorrido o golpe militar, a Igreja sempre esteve com os trabalhadores, que em nenhum momento se afastou, e que permanece até os dias atuais. Essa é uma outra divergência entre os dois clérigos. Segundo padre Tércio,

na nossa região ela foi alijada, ela não se afastou porque queria se afastar, mas todas as portas estavam fechando para ela. Porque não havia mais espaço, se nós não podíamos mais falar, atuar, as diretorias, etc. era treinadas pelo governo, o que sobrava pra gente? Com o regime autoritário montado, a gente não podia ficar longe porque muitos estavam sofrendo, mais que a gente tinha poder sobre os sindicatos, não tinha não.

A organização sindical de caráter oficial, sob o controle do Estado, reduziu as lutas políticas dos trabalhadores rurais. “O Estado detém poderes legais para controlar essa organização” (CRUZ, 1982, p. 121). Muitos padres que faziam parte dos treinamentos das diretorias sindicais, a partir do momento em que se “afastam” dos sindicatos, passam a atuar mais na educação, na formação política através dos meios de comunicação, desenvolvendo trabalhos assistenciais, mas tendo uma atuação maior nos trabalhos religiosos voltados para a doutrina cristã.

A Igreja Católica teve uma atuação expressiva na região do Seridó, no sentido de organizar os trabalhadores para que fundassem seus sindicatos, mesmo

que fosse para “impedir o avanço comunista, o surgimento de novas seitas que ameaçavam suas bases” (CRUZ, 1982) ou também de forma a “temer perder o controle do seu rebanho” (GERMANO, 1994) ou ainda por ser “defensora do direito dos oprimidos” (ALVES, 1969), mas o seu papel desempenhado junto a essa classe trabalhadora foi fundamental para as conquistas realizadas pelos sindicatos e para que os mesmos sempre continuassem na luta reivindicando seus direitos.

Para os sindicatos, o pior momento de luta foi quando ocorreu o golpe militar de 1964 em que muitos sindicatos fecharam e mesmo os que ficaram sob a repressão tiveram um número reduzido de sócios, o que não impediu que os sindicatos continuassem lutando. A partir de 1969, os trabalhadores rurais voltam a procurar os sindicatos no Seridó. O movimento dos trabalhadores renascia na década de 1970, levantando a bandeira em favor de melhores condições salariais e melhores condições de vida para o trabalhador. Mesmo com toda a dificuldade para trabalhar, os sindicatos sempre estiveram na luta, reivindicando o direito dos trabalhadores e lutando por uma sociedade mais justa e igualitária.

O movimento sindical, embora tenha sido afetado com o golpe de 1964, constituiu-se, ao longo desse período, num instrumento capaz de unificar as principais reivindicações da classe trabalhadora rural, e inseri-la no cenário político nacional.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do sindicalismo no Brasil foi marcada por muitos conflitos, principalmente no campo, devido à luta pela posse de terra e pelas reivindicações dos trabalhadores através das entidades sindicais. A modernização na agricultura ocasionou a concentração de terra nas mãos de grandes proprietários. “Generalizaram-se as relações de assalariamento, aprofundaram-se as relações técnicas agricultura-indústria” (DELGADO, 2002, p. 209). Propiciou a liberação de crédito rural aos proprietários de terra, para que os mesmos pudessem investir na agricultura. Essa “modernização conservadora” acarretou a expulsão do trabalhador do campo, acabando assim, com o trabalhador/morador, contribuindo para o aumento da proletarização.

As relações de trabalho no campo não eram regulamentadas pelo Estado, não havia nenhuma lei de amparo ao homem do campo, ficando o trabalhador à margem de direitos sindicais ou de acesso a benefícios da previdência social. Os contratos de trabalho, bem como de arrendamento ou parceria, eram negociadas diretamente com o grande proprietário da terra e rompidas, arbitrariamente, quando quisesse.

É no Nordeste onde vão surgir as primeiras organizações do trabalhador rural, devido às condições desfavoráveis em que viviam no campo, sendo explorados e submissos aos proprietários. Esse quadro de exploração contribuiu para o surgimento de mobilizações. As associações e organizações dos trabalhadores rurais surgiam com a finalidade de frear esse poder “senhorial”. Os sindicatos vão surgir em um momento em que o Estado estava totalmente ausente no campo dos direitos da população rural.

Dentro desse cenário havia a disputa de forças políticas e sociais, como o PCB, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica. As Ligas Camponesas tiveram uma atuação muito forte no Nordeste, organizando e orientando os trabalhadores que viviam em condições de extrema pobreza no campo. O PCB, por sua vez, fundou vários sindicatos no país. Esta era uma das preocupações da Igreja Católica.

Com a deflagração do golpe militar, houve uma repressão a todos que faziam oposição ao regime. Muitos políticos tiveram seus direitos cassados, o terror da repressão caía sobre todas as organizações, partidos políticos ou grupos, intelectuais da classe média que criticavam o regime ditatorial, e que eram vistos pelos militares como uma ameaça. A violência tornou-se uma prática comum pelos militares. Muitas pessoas que faziam oposição à Ditadura Militar foram presas e torturadas, outras foram mortas.

Os sindicatos de trabalhadores rurais que vinham surgindo na década de 1960, foram fortemente reprimidos. No campo houve um grande número de trabalhadores que foram torturados e mortos pelo regime militar, até mesmo pelos proprietários de terra, que dispunham de um grande poder junto às autoridades políticas. “O povo brasileiro viveu a mais trágica de todas as experiências antidemocráticas que já perturbaram a sua evolução política, social e cultural” (MINC, 1985, p.30).

A Igreja Católica, que foi uma instituição que deu apoio ao golpe de 1964, passa a questionar as atrocidades praticadas pelo regime e entra na luta em prol dos trabalhadores rurais. Devido à repressão, muitos sindicatos fecharam suas portas, outros passaram a atuar de forma clandestina. A repressão ocasionara a redução dos trabalhadores rurais nesses organismos de luta que seria os sindicatos. Mas mesmo com todo o terror da repressão e redução das mobilizações, os sindicatos continuaram na luta, embora recuando em alguns momentos. Os sindicatos ressurgem apoiados por setores da Igreja Católica que se empenharam na construção de uma resistência transformadora.

No Rio Grande do Norte, a Igreja se constituiu em uma força importante na mobilização do homem do campo. A Arquidiocese articulou-se com os párocos das Dioceses para que fosse desenvolvido esse trabalho em todo o Estado. Contou com toda uma equipe de sindicalização, com o apoio do SAR, que foi criado por D. Eugênio de Araújo Sales, que era bispo auxiliar na época, com o MEB, que funcionava através das escolas radiofônicas, e ainda com a Escola de Serviço Social, formando lideranças e enviando para as zonas rurais, dentre outros que estavam envolvidos nesse trabalho.

Desse trabalho resultariam os sindicatos cristãos, fundados pela Igreja Católica para contrapor o comunismo, cuja fundação adentrou-se por todo Estado, organizando e orientando os trabalhadores rurais, sendo criado o primeiro sindicato na década de 1960, em Serra Caiada. O sindicalismo na região do Seridó foi marcado pela presença e influência dessa instituição no meio rural, que temia a penetração de forças políticas e religiosas que se constituíam em uma ameaça à sua base religiosa.

A Diocese de Caicó abrangia toda a região do Seridó, tendo como bispo D. Manuel Tavares de Araújo que se empenhou no trabalho juntamente com os padres da região. Nessa região houve a predominância dos sindicatos fundados pela Igreja Católica, que desenvolveu um intenso trabalho em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Com o MEB, através das escolas radiofônicas, começam a desenvolver atividades com a população do campo. Visitam as comunidades rurais, reúnem os trabalhadores e orientam na fundação dos sindicatos.

Os trabalhadores, que eram explorados, pelos proprietários de terra, trabalhavam em regime de parceria; assim se vêem atraídos, pois uma das questões discutidas pelos sindicatos era acabar com a meia, pois os trabalhadores sempre saíam em desvantagem. O surgimento dos sindicatos provocou uma forte reação por parte dos proprietários de terra que não queriam que os trabalhadores se associassem aos sindicatos, ameaçando expulsá-los de suas terras, o que acabava dificultando a participação nos sindicatos. Outros freqüentavam sem que os patrões tivessem conhecimento.

Ao se reunir com os trabalhadores, eram dadas orientações sobre seus direitos e deveres, e, no final das reuniões, os padres pregavam ensinamentos cristãos, liam uma parte da bíblia ou faziam uma oração. Neste sentido, a Igreja dava uma direção política e religiosa aos sindicatos, evangelizando e politizando os trabalhadores, pregava o discurso que para ser um bom cidadão deveria ser cristão, como é reforçado pelo Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo: “a Igreja está preocupada em fazer um bom cristão, e para fazer um bom cristão, precisa evangelizar, não há como ser um bom cristão sendo um mau cidadão”. Nas reuniões havia o convite para que os trabalhadores freqüentassem as paróquias, participassem das missas, desta forma, procurando reforçar o catolicismo na região.

Os sindicatos, em sua maioria, funcionavam em prédios pertencentes à Igreja; outros, por não terem sede própria, geralmente as reuniões eram realizadas em escolas ou na residência de algum trabalhador rural. Devido ao trabalho desenvolvido pela Igreja, muitos padres foram acusados de ser comunistas ou de estar compactuando com eles, e as ameaças eram constantes.

Com o golpe militar houve uma forte repressão aos sindicatos, uns chegando a fechar, trabalhadores rurais saindo da cidade para não serem perseguidos. Muitos padres foram ameaçados pelo exército, e até mesmo pelos proprietários. Este clima de hostilidade fizera com que passassem a se reunir de forma sigilosa, com medo da repressão.

Muitos sindicatos que tinham paralisado suas atividades foram rearticulados pela Igreja Católica, a qual chegou a intervir por muitos trabalhadores que estavam na mira dos militares ou em conflitos com os proprietários de terra, mesmo em um momento em que a repressão ainda era muito forte, em que os militares reprimiam todo tipo de organização popular que pudesse ameaçar seus interesses.

Os sindicatos não se deram por vencidos; sob a sombra da repressão, atuavam ao lado da Igreja Católica e da FETARN, reivindicando melhores condições de vida. Na década de 1970, os trabalhadores rurais passaram a ser incluídos no sistema da Previdência Social, coordenado pelo Funrural, o que contribuiu para o crescimento do número de sindicatos na década de 1970, os quais passaram a ampliar seu quadro de sócios, embora sendo criados de forma estratégica pelo governo, como forma de desviar os trabalhadores rurais do seu foco de luta. Mas os sindicatos continuaram na luta levando a bandeira sindical em prol da reforma agrária, atuando ao lado da Igreja Católica, que foi uma instituição que teve um papel fundamental na orientação e fundação dos sindicatos, não só na região do Seridó, mas em todo o Estado.

Assim, diante do que foi exposto, o sentido da atuação da Igreja Católica com os sindicatos na região do Seridó dava-se em um duplo sentido: politizar, para que os trabalhadores lutassem por seus direitos através das entidades sindicais, e, ainda, mostrar a importância da inserção no quadro político-social, para que saíssem do anonimato. Evangelizando, mostrando a importância da doutrina social da Igreja,

resguardando o catolicismo de forças, consideradas, por esta, como anticristãs, pois “a Igreja Católica tem como missão, em relação à sociedade, mediar entre a humanidade e Deus. E tem necessitado, para cumprir essa missão, [...] adaptar-se às mudanças ocorridas na sociedade onde atua”. (CRUZ, 1982, p.113-114).

Portanto, sua trajetória é marcada por avanços e recuos, ora com a classe dominante, ora com a classe dominada, de acordo com o contexto histórico, quando sente que suas bases estão sendo ameaçadas. Além de dispor de uma infra-estrutura material, utiliza como instrumento de controle o poder “extra-terreno” sobre a consciência humana, através do qual se intitula como salvadora da humanidade, portadora de uma grande fé religiosa e promotora da paz entre os homens. Como coloca Dalcy Cruz (1982, p. 115), “neste sentido, trata-se de não permitir que o rebanho se desvie para outras alternativas religiosas, como as seitas protestantes que cresciam, na época, nem para o comunismo”.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte: Momentos de uma trajetória**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

\_\_\_\_\_. **Abolição a Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. **Nordeste: Alternativas da Agricultura**. Campinas, SP: papyrus, 1988.

A LIBERDADE religiosa nos regimes comunistas. **A Folha**, Caicó - RN, p. 02, ago. 1964.

A FARSA do comunismo. **A FOLHA**, Caicó, - RN, p 02, abr. 1964.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do Sertão Antigo no Seridó: O desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ARAÚJO, Manuel, Tavares. Depoimento. In: **RÁDIO Rural: AM 830: 40 anos**. Natal: Natal Records, 2003. 1 CD. Faixa 2.

ALVES, Marcio Moreira. **Igreja e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: ed. Sabiá, 1968.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARROS SOBRINHO. A utopia comunista do Brasil. **A Folha**, Caicó – RN, p. 02, mar. 1964.

COLETTI, Claudinei. **A Estrutura Sindical no Campo**: A proposta da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste** (seca, irrigação e desenvolvimento). Rio de Janeiro: Associação brasileira de irrigação e drenagem, 1988.

CARVALHO, Abdias Vilar de. **A Igreja Católica e a Questão Agrária**. In: PAIVA, Vanilda.(org). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

CURSO de líderes rurais. **A Folha**, Caicó – RN, p. 1, jul. 1962.

CRUZ, Dalcy da Silva. **A Redenção Necessária** (Igreja e Sindicalismo Rural: 1960-1964). Mimeografado. Campina Grande, 1982.

\_\_\_\_\_. **Igreja Católica no RN** – Participação política e social nos anos 60. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte**: Momentos de uma trajetória. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Sindicalismo Rural e a Luta Pela Terra**. Natal: CCHLA/ Mestrado de Ciências Sociais, 1992. (Coleção Humanas e Letras, 3).

COELHO, Jorge. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis/ RJ: Editora Vozes Ltada, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado – Ação política, Poder, e Golpe de Classe. 3. ed. Petrópolis/RJ: 1981.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Migração e crescimento urbano**: O Seridó Potigar em Análise. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 94 (75), 1 de agosto de 2001. In <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-75.htm>, acesso dia 11 de setembro de 2006.

**DIOCESE** de Caicó: meio século de fé. Natal: Indústria Gráfica União, 1990.

DELGADO, Guilherme Costa et all. **A modernização da agricultura**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo.

FÜCHTER, Hans. **Os sindicatos brasileiros** - organização e função política. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FETAESP, 1981. **Assassinatos no campo** – crime e impunidade: 1964 - 1985. Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, 1986.

FERRARI, Alceu. **Nordeste**: Descrição Global da Região. Natal, 1964 (datilografado).

\_\_\_\_\_. **Igreja e desenvolvimento** – o Movimento de Natal. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

Gê, Maria Zilda de Siqueira. **As Escolas radiofônicas no projeto de comunicação social da Igreja Católica**. Natal: Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, 1991.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Lendo e Aprendendo**: A campanha de pé no chão. Editora Autores Associados/Cortez, Rio Grande do Norte, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Ação Católica. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. v. 4, p. 143 – 236.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964 – 1986. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

LOPES, Carmen Lúcia evangelho. **O que todo cidadão precisa saber sobre sindicatos no Brasil**. São Paulo: Global, 1986.

LANGLOIS, José Miguel, Ibañez. **Doutrina Social da Igreja**. 2ª. ed. Lisboa: Ed. Rei dos livros, c1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente: 1964-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MONIZ, Bandeira. **O Governo Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MINC, Carlos. **A reconquista da terra: Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

**MATER ET MAGISTRAS** - Carta Encíclica de sua Santidade o Papa João XXIII. 12. ed. São Paulo:Edições Paulinas, 2004.

PAIVA, Vanilda.(org). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

MARTINS, José de Sousa. **A Igreja face à política agrária do Estado**. In: PAIVA, Vanilda (org). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil – Terra e Poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: 1984.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó Norte-Rio-Grandense: uma geografia de resistência**. Caicó, RN: Ed. do autor, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NOVAIS, Regina Reyes. **De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. **Igreja e Renovação**: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). São Paulo (Tese de Doutorado em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1992.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1985.

PINTO, Maria Lúcia Leite. **Escolas Radiofônicas**: Ação Política e Educativa da Igreja Católica no Rio Grande do Norte (1956-61). Natal: Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN RN, 1989.

PEREIRA, Henrique Alonso A. R. **O homem da Esperança**: Uma conseqüência populista no Rio Grande do Norte (1960-1966). Recife, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

PEREIRA, Itan. Feijão, farinha e rapadura. **A Folha**, Caicó - RN, p. 02. 1966.

\_\_\_\_\_. Curso de Madureza. **A Folha**, Caicó-RN, p. 01, 1967.

PAIVA, Marlúcia. **A Igreja Católica nos Anos 50**. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (org). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a Questão Religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

ROCHA FILHO, Ruy Alkimim. **O Parto dos Caminhos**: formação dos sindicatos rurais no Rio Grande do Norte (1960-1964). Natal: dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, 2005.

ROMAMO, Roberto. **Brasil**: Igreja contra Estado. 1. ed. São Paulo: kaïros, 1979.

**REALIDADE RURAL**. - Listas de mortos e desaparecidos após o golpe militar feita pela Contag. FETAESP, 1981.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da Costa. **Entre a cruz e a espada**: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977). Rio de Janeiro: dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFRJ, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: De Getúlio a Castelo - (1930 – 1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Graziano da. **O Que é Questão Agrária**. 16. ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAICÓ. **Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó**. CAICÓ, RN, [19 \_\_ ?].

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. DUTRA, Neily Lopes. **Caicó e a Ditadura Militar: mortes, torturas e perseguições**. Ceres – Campus de Caicó/RN, (Monografia apresentado ao departamento de Historia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), 2000.

SILVA, Paulo Palhano. **Novo momento da luta pela terra: quando o patrão sai de cena**. Natal/RN: Dissertação apresentado ao programa de pós-graduação da UFRN, 1995.

SOUSA, Itamar de. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOARES NETO, Cícero José Alves. **O Seridó e “os votos de porteira batida”**: um estudo monográfico sobre o coronelismo no Rio Grande do Norte. Unicamp, 1984 (Dissertação de mestrado).

SERBIN, Kenneth, P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VELIZ, Cláudio. **América Latina - Estruturas em crise**. São Paulo: 1970.

## **APÊNDICE**

## **Apêndice 1 – Relação de entrevistados**

Para a concretização da pesquisa contamos com a realização de entrevistas cedidas pelos trabalhadores rurais e clérigos que se engajara na fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região do Seridó. Foram gravados pelo (a) autor (a) os seguintes depoimentos:

Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo  
Monsenhor Ernesto Espínola  
Monsenhor Raimundo Sérvulo da Silva  
Antonio Marcelino dos Santos  
Bento de Araújo  
Cristino Jerônimo da Silva  
Expedito Jorge de Medeiros  
Inácio Laurindo do Nascimento  
Ionilson de Azevedo  
Joaquim Enéas batista  
José Ozério de Araújo  
Sebastião Arnóbio de Moraes  
Sinval Soares Dantas

## Apêndice 2 – Roteiro para Entrevista com padres e religiosos.

Dados do depoente

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome:

Idade:

Endereço:

1 – Como se encontrava a Diocese nos anos de 1960 no Seridó?

2 – O que levou a Igreja Católica juntamente com os trabalhadores rurais a fundarem os sindicatos? Como se deu a fundação?

3 – Anterior ao trabalho de sindicalização a Igreja desenvolvia algum trabalho com a população pobre na região do Seridó? De quê forma atuavam?

4 – Os sindicatos na região do Seridó mantinham convênio ou era filiado a outras instituições?

5 – O com o golpe militar de 1964 os sindicatos sofreram alguma intervenção por parte dos militares?

6 – Os sindicatos de trabalhadores rurais eram bem aceitos pelos políticos e proprietários de terra?

7 – Qual a situação do trabalhador rural na época? Como era vista a reforma agrária pela Igreja Católica?

8 – Em algum momento membros da Igreja foram acusados de serem comunistas por estarem na luta com os trabalhadores rurais?

9 – Quando ocorreu o golpe militar, qual a posição da Igreja Católica no Seridó?

10 – De que forma a Igreja Católica na região do Seridó atuava junto ao MEB?

11 – Alguns autores trabalham com a discussão do que levou a Igreja Católica a se envolver com os sindicatos ou com os movimentos populares, seria a perda de seus fiéis com o surgimento de outras correntes políticas e religiosas. (Gostaria que fizesse um comentário).

12 – Qual seria o papel da Igreja Católica no Seridó junto aos trabalhadores rurais, evangelizar ou politizar?

### **Apêndice 3 – Roteiro para entrevista com os presidentes e trabalhadores rurais**

Dados do depoente

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome:

Idade:

Endereço:

- 1 – Como foi fundado o sindicato de trabalhadores rurais da cidade?
- 2 – Quem eram as pessoas que faziam parte dos sindicatos?
- 3 – O sindicato era filiado a outras instituições? Como funcionava?
- 4 – O correu alguma reação por parte dos proprietários de terra com o surgimento dos sindicatos?
- 5 – O que levou o senhor a participar do sindicato?
- 6 – O senhor participou de algum grupo ou partido político?
- 7 – De que forma a Igreja atuava junto aos sindicatos de trabalhadores rurais no Seridó?
- 8 – Qual o grau de escolaridade dos trabalhadores rurais? Quantos filiados existiam?
- 9 – O senhor teve acesso às escolas organizadas pela Igreja católica, o Movimento de Educação de Base (MEB)?
- 9 – Qual a situação do trabalhador rural naquela época?
- 10 – Quando ocorreu o golpe militar houve alguma mudança no sindicato?
- 11 – Algum presidente ou filiado do sindicato sofreu algum tipo de repressão durante a ditadura militar?
- 12 – Qual o período de maior dificuldade para os sindicatos? Por quê?
- 13 – como se dava a atuação da Igreja Católica com os trabalhadores rurais, anterior aos sindicatos e no período de fundação? De que forma atuava?
- 13 – Como se encontrava a Igreja Católica na região do Seridó?

## **ANEXOS**

## Anexo 1 – A relação da Igreja Católica com os trabalhadores rurais



Foto 01 - Inauguração da Barragem Comunitária da comunidade Riacho, município de Caicó (RN), por D. Jaime Viera Rocha, ex-bispo de Caicó, no ano de 2000.

Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.



Foto 02 - Missa de inauguração da barragem comunitária do Riacho, com a presença de clérigos e representantes políticos da cidade de Caicó, no ano de 2000.

Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.



Foto 03 - Padre Ernesto Espínola da Silva, discursando na porta da Igreja do padroeiro São José, para os trabalhadores na cidade de São José do Seridó, na década de 1970.  
Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.



Foto 04 - Os trabalhadores atentos à discussão do padre Ernesto Espínola da Silva, na década de 1970.  
Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.



Foto 05 - Os trabalhadores rurais vibram ao processo de desapropriações para a reforma agrária, discutido pelo padre Ernesto, na década de 1970.  
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó.

## Anexo 2 – Trabalhadores rurais em atos públicos exigem reforma agrária.



Foto 06 – Os trabalhadores rurais de Caicó exigindo o cumprimento do Plano Regional de Reforma Agrária, que estabelece uma desapropriação de 80 mil hectares de terra, sendo 16 mil na região do Seridó na década de 80.  
Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.



Foto 07 - Trabalhadores rurais em ato público. Paralisação da greve geral contra o arrocho salarial, em defesa da reforma agrária e uma constituição progressista, na década de 80.  
Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caicó.

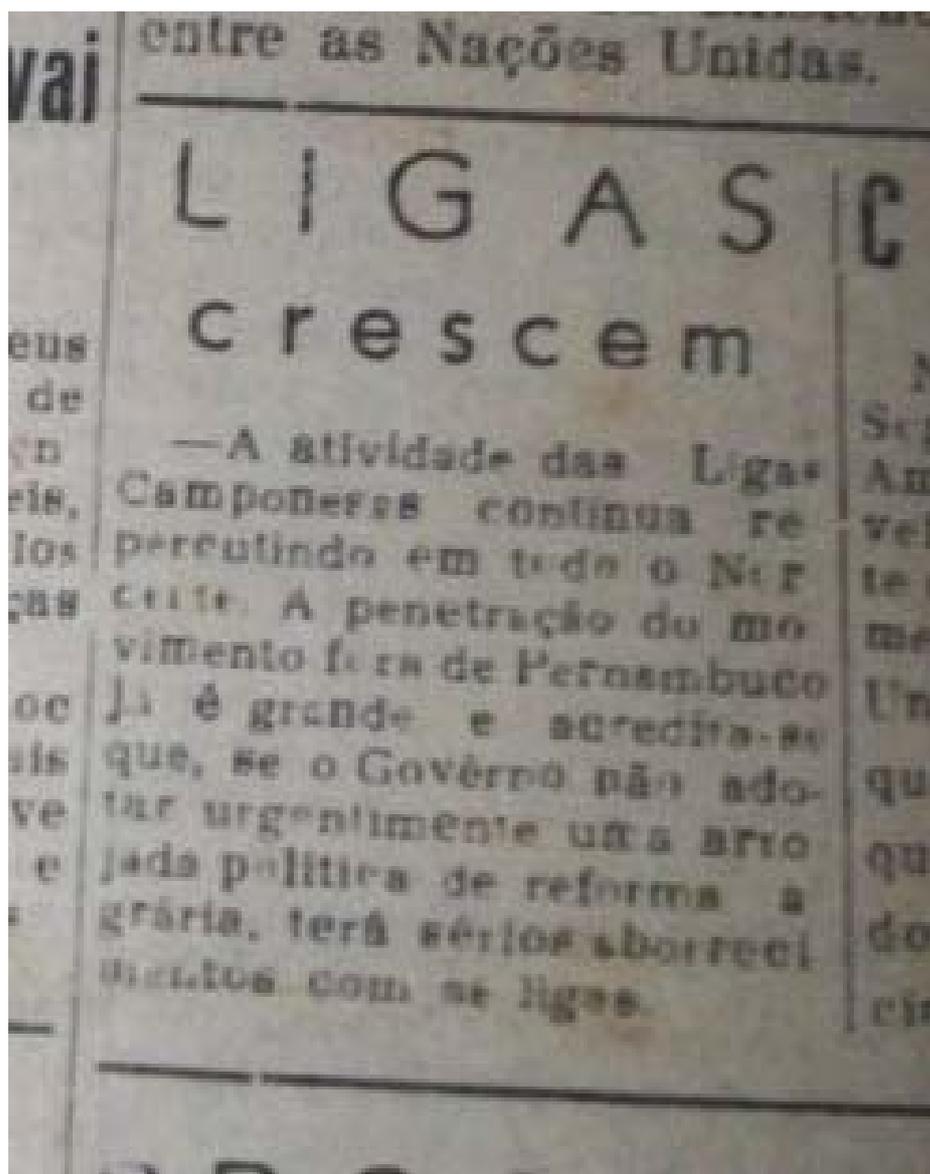


Foto 08 - Trabalhadores rurais de Caicó em ato público pelas ruas da cidade  
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó, na década de 80.

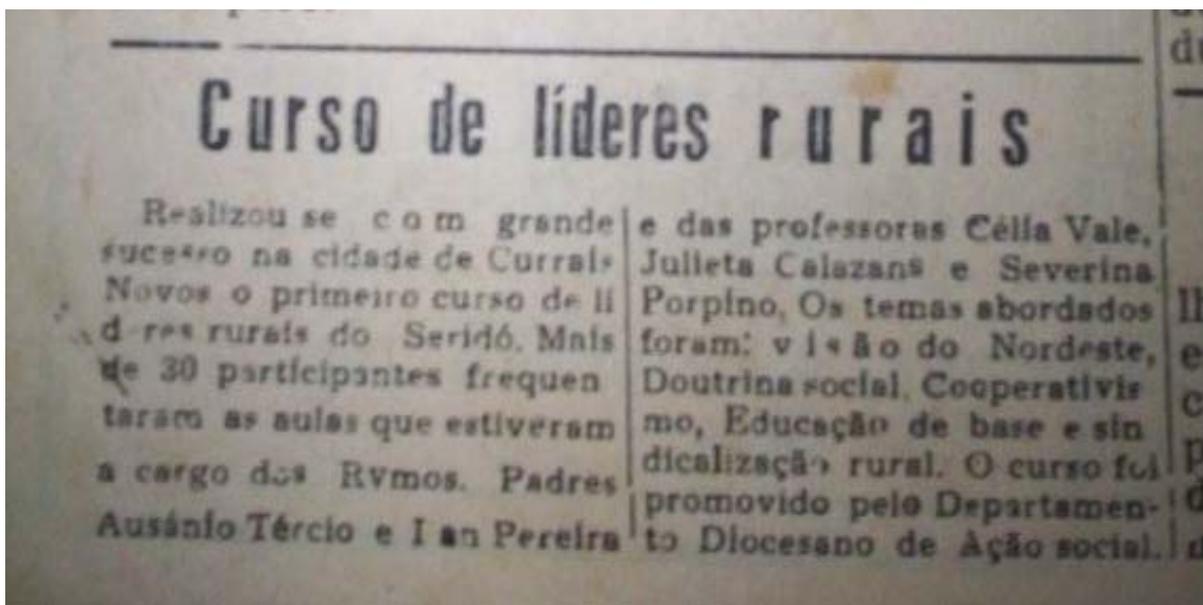


Foto 09 - Os trabalhadores rurais na cidade de Caicó em Ato Público em fins da década de 70.  
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó.

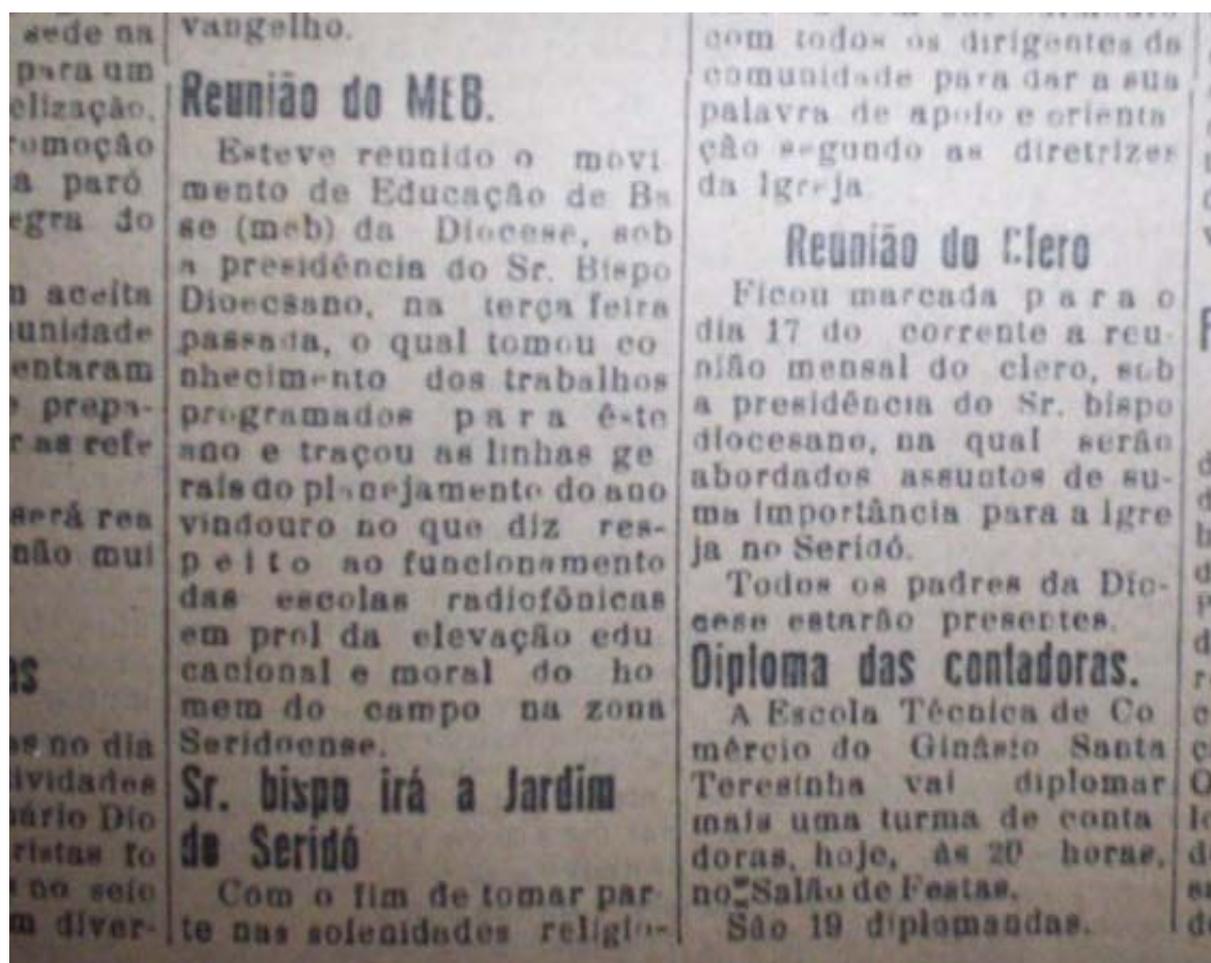
**ANEXO 3 – MATÉRIAS DO JORNAL *A FOLHA* (CAICÓ, 1961 – 1967).**



Jornal A Folha do dia 03 de julho de 1961.



Jornal A Folha do dia 07 de julho de 1962.



Jornal A Folha do dia 05 de dezembro de 1964.

to Democrático Brasil  
 guar que Aluizio não  
 na.  
 de Araújo ainda não  
 Prefeito de Caicó, em  
 O Parlamentar procu  
 der pronunciar-se em  
 a Prefeitura de nos  
 movimentos se para  
 , como representan  
 os Esse candidatos  
 estudantes da cidade.  
 à voltar a alertar  
 s para que realize  
 corda, a Prefeitu  
 sado o prédio,  
 educação paralisada  
 ra em breve artieu  
 e Aranha Marinho  
 a uma Cadeira  
 tado, a situação  
 a do Prefeito José  
 rão aparecer ou  
 esentantes de le  
 festejos carnavala  
 ente fazeimento  
 Valfredo Gurgel  
 Somana Galin  
 dor devera visi  
 na a reabertura  
 ue receberá no  
 20 estudantes  
 io, a Casa do  
 ber a verba de  
 pelo Governo  
 somente inten

Pascoal.

## Frei Damião Virá

Conforme compromisso assumido com a Paróquia de Caicó, o conhecido missionário do Nordeste, o capuchinho Frei Damião estará em nossa cidade no

ordinária vem alcan

## Virá

próximo mês de maio para pregar as Missões de 1966. Depois será divulgada a data exata em que começarão as missões de Frei Damião.

## Líderes Rurais Estudarão em Natal

Realizou-se esta semana, em Caicó, um encontro de líderes rurais do Seridó para debater dos problemas atinentes à reorganização dos sindicatos rurais na região. O encontro foi proveitoso, podendo os sindicatos da categoria tomarem novo impulso, para a promoção do homem do campo.

Não tendo sido possível o funcionamento do 3º ano científico deste ano em Caicó, os alunos se deslocarão quase todos para Natal, onde concluirão o seu 2º ciclo, com exceção de alguns poucos que não poderão concluir o seu curso este ano. Providências já estão sendo tomadas para o funcionamento do 3º ano em 1967.

## CURSO DE MADUREZA

Está sendo anunciado para Caicó um Curso de Madureza. Trata-se de um curso ministrado pelo Rádio, durante 11 meses, correspondente ao Ginasio. Recebe o patrocínio do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação, do Serviço de Assistência Rural da Diocese de Natal.

Os interessados deverão fazer a sua inscrição aqui em Caicó, com o pessoal do MEB. O curso é gratuito e tem valor jurídico, com diploma reconhecido pelo Ministério, equivalente ao Ginasio.

Os alunos deverão submeter-se a testes iniciais e, dependendo da aprovação, serão matriculados. No fim presenciarão exames finais. Aqui em Caicó as aulas, pelo Rádio, começarão no mês de setembro.

Esta iniciativa não deixa de ter o seu valor, principalmente numa região como o Nordeste, em que nós sabemos que o ensino ainda é um privilégio de minoria e o direito à educação é um direito dos ricos.

Sabemos perfeitamente o quanto é deficiente entre nós a possibilidade de aprender, neste imenso país onde mais da metade da população é analfabeta, cifra esta que se agrava ainda no Nordeste com os seus setenta por cento de analfabetos.

O Curso de Madureza proporcionará uma chance aos que não podem estudar nos colégios ou porque não têm recursos ou porque trabalham o dia inteiro.

Um grande número de alunos já fizeram a sua inscrição, o que vem comprovar este desejo que muitos têm de estudar e não o fazem porque não podem.

Quando não tivermos uma população instruída no Brasil, estaremos fatalmente condenados ao subdesenvolvimento e à miséria. Um curso desta natureza será pelo menos um paliativo para as condições da terra subdesenvolvida.

padra itan

Jornal A Folha, agosto de 1967.

# Campanha da Fraternidade a partir de amanhã

## Promoção da Igreja Católica para obras sociais

Como acontece todos os anos, a Igreja promoverá a partir de amanhã em todo o Brasil a Campanha da Fraternidade, uma promoção que visa a criar laços de fraternidade entre as famílias, e no plano financeiro, a angariar meios para manutenção de obras sociais.

### A Campanha

Esta campanha da Fraternidade começou em 1966 e já se estende por todo o Brasil. Será feita durante a Quaresma e arrecadação que se des-

### Em Caicó

Em Caicó, pela 4ª vez será realizada a campanha da Fraternidade, cujos resultados econômicos vêm sendo aplicados nas obras sociais da Diocese. Mais uma vez se espera a colaboração do povo. O ano passado, a campanha rendeu 1 milhão de cruzeiros.

### Objetivos

Primeiramente a Campanha da Fraternidade pretende reavivar nos fiéis a consciência de membros do povo de Deus, corresponsáveis pela comunidade da Igreja local, diocesana, nacional e universal. E ainda desenvolver entre os movimentos, organismos e obras apostólicas a mentalidade de ação conjunta sob uma responsabilidade da Igreja.

### Clero se reúne

Está reunido na próxima 5ª feira o Conselho Diocesano, na cidade de Caicó. Trata-se de uma reunião mensal presidência do Bispo, algumas comuns da Diocese. Dos cinco, para a eleição de 5 dos serão eleitos pelos Padres que compõem os seus secretários que

## A FOLHA

Órgão Independente e Noticioso

Caicó RN, Sábado, 11 de fevereiro de 1967

ANO XIII N.º 309

### Energia, Problema

Continua a instalação da nova rede elétrica de Caicó, motivo por que tem faltado energia em alguns Bairros da cidade ou em algumas ruas. Assim aconselhamos até que fique pronta a rede da cidade, que durará ainda muito tempo pois os servi-

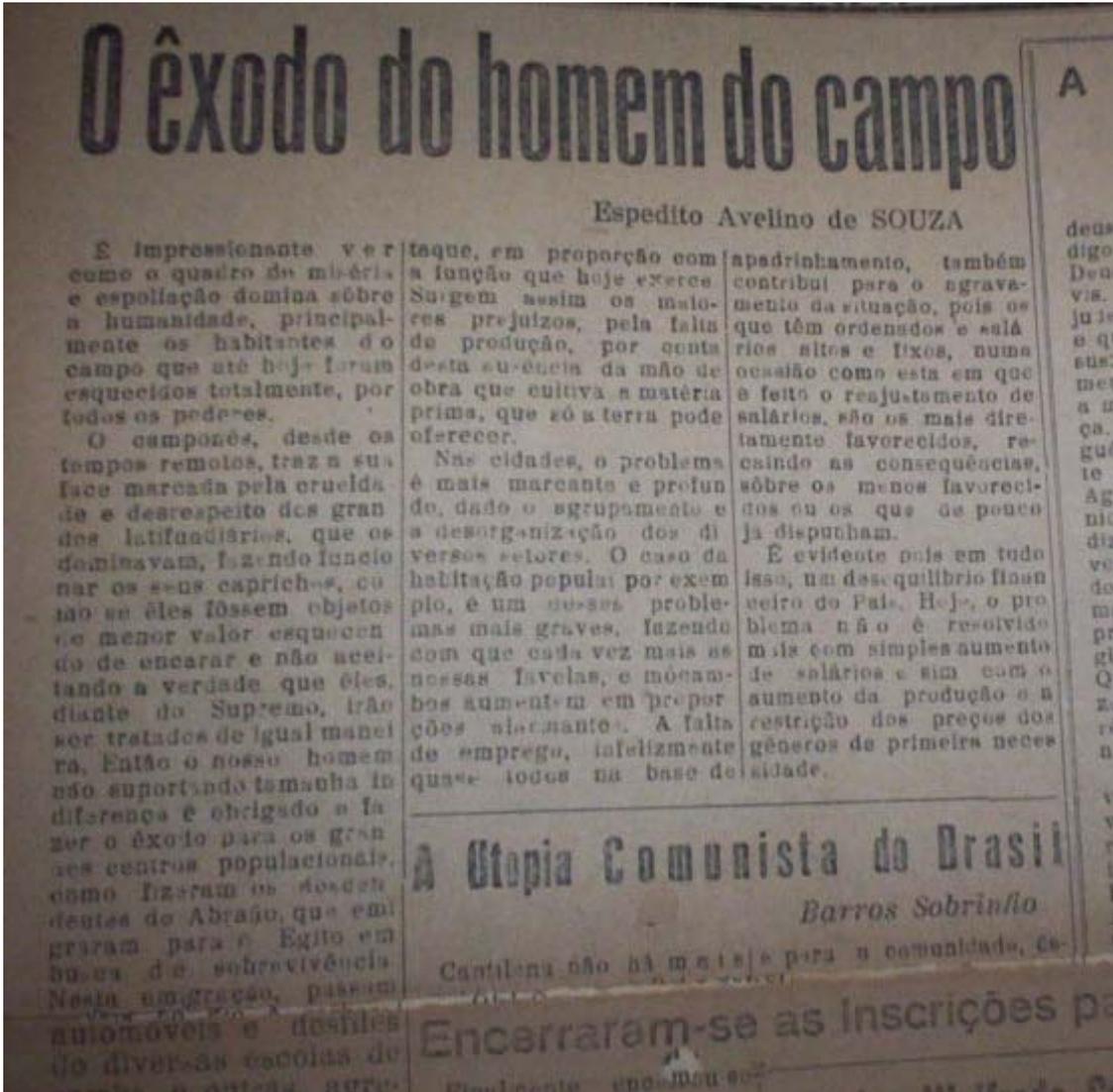
Jornal A Folha, sábado, 11 de Fevereiro de 1967.



Jornal A Folha, sábado, 07 de janeiro de 1967.



Jornal A Folha, sábado, 07 de agosto de 1965.



Jornal A Folha, sábado, 14 de março de 1964.



Jornal A Folha, sábado, 29 de abril de 1967.

**ANEXO 4 – ATA DE FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO SINDICATO DOS  
TRABALHADORES RURAIS NO SERIDÓ.**

123

Cópia autêntica da Ata da Reunião de Fundação do Sindicato dos Produtores Autônomos de Caicó.

Aos 5 dias do mês de maio de 1963 nesta cidade de Caicó, à rua Celso Dantas nº 837 reuniram-se os trabalhadores rurais, para resolverem sobre a fundação e legalização do respectivo sindicato e demais assuntos, constantes do edital de convocação. Havendo número legal, foi aclamado para presidir a sessão o sr. Antônio Bernadino de Sena, que, ao assumir, convidou para Secretário o sr. Josino Carneiro da Silva. Iniciada a sessão, determinou o sr. Presidente ao sr. Secretário que procedesse a leitura do edital de convocação, concebido nos termos: Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária para Fundação e Pedido de Investidura Sindical. Pelo presente Edital na forma do artigo 7º item I letra "c" da Portaria Ministerial nº 355-A, de 20/11/1962, ficam convocados / trabalhadores integrantes da dita categoria, residentes neste município, para se reunirem em assembléia Geral Extraordinária, no dia 5 de maio de 1963 às 10 horas, na sede provisória do Sindicato a fim de deliberar sobre: a) Fundação e Pedido de investidura sindical; b) Leitura e aprovação dos Estatutos; c) Escolha duma diretoria provisória para administrar o Sindicato até a obtenção de sua investidura sindical; d) Contribuição. Caicó, 6 de março de 1963. Antônio Bernadino de Sena; Josino Carneiro de Almeida; Manoel Batista da Silva; Francisco Garcia de Amaral; Severino Batista Dantas. Em seguida, o sr. Presidente teceu ligeiras considerações em torno do objetivo da reunião e após, ofereceu a palavra a quem dela desejasse fazer uso. Falou então o sr. Francisco Garcia de Amaral, um dos principais propugnadores da idéia de fundação do sindicato, o qual passou a fazer uma circunstanciada exposição sobre a conveniência da fundação de uma entidade de classe, nos moldes da que é projetada através da presente reunião, chamando a atenção dos presentes para as vantagens que decorriam dessa iniciativa em favor dos exercentes da atividade, aqui congregados, atualmente ao desamparo da proteção que somente órgãos dessa natureza podem proporcionar. Fundada a entidade de classe e obtida, através do Ministério do Trabalho, a investidura sindical, acrescentou S. Sa. ela passará a desfrutar das prerrogativas e a estar sujeita as obrigações enumeradas nos artigos 3º e 4º do Dec. Lei nº // 7,038, de 10 de novembro de 1944, assistindo-nos em nossas reivindicações e pagando pelos nossos direitos. Concluída a exposição do sr. Francisco Garcia de Amaral, foi a palavra novamente posta a disposição dos presentes e, como ninguém se manifestasse, o sr. Presidente pôs em votação a idéia de fundação do Sindicato e da formulação do pedido, ao Ministério do Trabalho, de reconhecimento de Investidura sindical, sendo tudo aprovado por unanimidade. Passou-se, em seguida, à leitura, discussão e aprovação dos Estatutos Sociais. Pediu a palavra o sr. Eipólito de Medeiros, que chamou a atenção da casa para o fato de serem os estatutos das entidades sindicais padronizados pelo Ministério do Trabalho, motivo / porque entendia desnecessária sua discussão, votação e aprovação artigo por artigo, propondo por essa razão que a mesa procedesse simplesmente sua leitura e se o plenário desejasse introduzir algum dispositivo em Lei, que o fizesse no decorrer da mesma. A casa aprovou essa sugestão, tendo o sr. Secretário passado à leitura do projeto do Estatuto, o qual foi aprovado integralmente, na forma como está redigido e em exemplar cujas páginas estão rubricadas pelo sr. Presidente

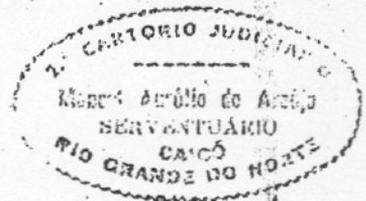
231

nessa Assembléa. Proceheu-se, a seguir, à escolha de uma diretoria provisória para reger a entidade até a obtenção de sua investidura sindical, sendo eleito e imediatamente empossados os seguintes colegas: Para presidente o sr. Antônio Bernadino de Sena; para Secretário o sr. Josino Carneiro de Almeida; para Tesoureiro o sr. Manoel Batista da Silva. Para suplente da Diretoria os senhores Leão Hipólito de Medeiros, Francisco Garcia de Amaral e Manoel Gomes da Silva. Para o Conselho Fiscal foram escolhidos os senhores Sebastião Simões de Araújo, Severino Batista Dantas, Cicero Bernadino de Sena. e para suplentes do Conselho Fiscal os senhores Sebastião Luiz dos Santos, Genésio Felipe Nery, Francisco Dento de Moraes. Na forma da lei, as votações relativas aos estatutos sociais e a Diretoria obedeceram sempre ao sistema de escrutínio secreto, abstenendo-se a votar os legalmente impedidos e funcionando como escrutinadores os srs. Leão Hipólito de Medeiros, Manoel Batista da Silva. Esgotada a matéria, objeto da / ordem do dia, o sr. Presidente pôs novamente a palavra a disposição dos presentes pela fundação do Sindicato da classe e, após agradecer a honra de sua indicação para dirigir os trabalhos, declarou encerrada a sessão, do que para constar lavrei a presente ata. Caicó, 5 de maio de 1963. Antônio Bernadino de Sena, presidente; Josino Carneiro de Almeida, secretário. Atento que a presente é cópia autêntica tirada do livro próprio, constante das fls. nºs . Dou fé.

Caicó, 20 de Maio de 1963

*Josino Carneiro de Almeida*  
Secretário

Reconheço verdadeira a firma supra  
de Josino Carneiro de Almeida  
da \_\_\_\_\_ Dou fé.  
Caicó 29 de maio de 1963.  
Em testemunho \_\_\_\_\_ de verda.  
O Tabelião Manoel Hipólito de Araújo



Firma no 3.º Tab. TEIXEIRA  
Rua 3 de Dezembro, 61 - S. Paulo

FIRMA  
TAB. RIBEIRO  
Av. Cícero Rocha, 212 - Rio

**ANEXO 5 – HISTÓRICO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE  
CAICÓ – PARTICIPAÇÕES IMPORTANTES NAS LUTAS REGIONAIS,  
ESTADUAIS E NACIONAIS.**

## PARTICIPAÇÕES IMPORTANTES NAS LUTAS REGIONAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS:

1968

Este Sindicato participou das eleições para escolha da nova diretoria da FETARN, cujo presidente eleito foi Francisco Urbano Araújo Filho, que era presidente interino de Joaquim Coutinho. Faziam parte da chapa de Francisco Urbano, Expedito Jorge de Medeiros, como Secretário e Euzébio da Silva, como Tesoureiro.

1972

Participou ativamente junto com a FETARN da luta pela implementação da aposentadoria do trabalhador rural, de acordo com a Lei Complementar n.º 11, de 25.05.1971.

1979

Neste ano, o Sindicato mobilizou e orientou os pequenos produtores rurais do "Vale do Sabugi" que perderam suas vazantes do leito do rio, inundadas pelas águas liberadas pelas comportas do açude Santo Antonio, sob a responsabilidade do DNOCS, para os mesmos entrarem na Justiça Federal, com uma ação coletiva de indenização, cobrando os seus direitos pelos prejuízos dos quais foram vítimas. Esse trabalho foi feito em conjunto com o departamento jurídico da FETARN.

O Sindicato participou dos Congressos Reivindicatórios e Eleitorais da CONTAG nos anos de: ( 1.º - 1969); (2.º - 1973); (3.º - 1979); (4.º - 1985); (5.º - 1991); (6.º - 1995) e (7.º - 1998) .

1980

Participou, no dia 1.º de maio, de um ato público em Assu, de protesto a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, de outros abusos cometidos pelo regime ditatorial e de reivindicação pela reforma agrária e de outros direitos para a categoria.

1981

Participou de um ato público, lembrando as lutas e dificuldades que o movimento sindical enfrenta para defender os trabalhadores, também para tentar mostrar ao povo que devemos nos unir para lutarmos pelos nossos direitos e para que saibamos escolher nossos representantes.